

**MESTRADO ASSOCIADO UFMG-UNIMONTES EM
SOCIEDADE, AMBIENTE E TERRITÓRIO**

VANESSA FONSECA AYRES

**A GESTÃO DA EMERGÊNCIA:
políticas públicas, pandemia e agricultura familiar no Vale do Jequitinhonha**

Montes Claros

2023

VANESSA FONSECA AYRES

**A GESTÃO DA EMERGÊNCIA:
políticas públicas, pandemia e agricultura familiar no Vale do Jequitinhonha**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território da Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Estadual de Montes Claros, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Área de Concentração: Sociedade, Ambiente e Território

Orientadora: Flávia Maria Galizoni

Montes Claros

2023

Ayres, Vanessa Fonseca.

A985g
2023

A gestão da emergência: políticas públicas, pandemia e agricultura familiar no Vale do Jequitinhonha [manuscrito] / Vanessa Fonseca Ayres. Montes Claros, 2023.
115 f.

Dissertação (mestrado) - Área de concentração em Sociedade, Ambiente e Território. Universidade Federal de Minas Gerais / Instituto de Ciências Agrárias.

Orientador(a): Flávia Maria Galizoni.

Banca examinadora: Antonio César Ortega, Roberto do Nascimento Rodrigues, Pedro de Carvalho Costa, Flávia Maria Galizoni.

Inclui referências: f. 100-113.

1. Agricultura familiar - Teses. 2. Política e governo - Teses. 3. COVID-19 (Doença) - Teses. I. Galizoni, Flávia Maria. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Agrárias. III. Título.

CDU: 338.43



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
MESTRADO ASSOCIADO UFMG-UNIMONTES EM SOCIEDADE, AMBIENTE E TERRITÓRIO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO / TESE

Aos 28 dias do mês de abril de 2023, às 9:00 horas, sob a presidência da Professora Flávia Ma Galizoni, D. Sc. (Orientadora – UFMG/ICA), e com a participação dos Professores Roberto do Nascimento Rodrigues, D. Sc. (UFMG), Antônio César Ortega, D. Sc. (UFU) e Pedro de Carvalho Costa, reuniu-se, por videoconferência, a banca para defesa de dissertação de Vanessa Fonseca Ayres, estudante do Curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, que apresentou a dissertação intitulada: **A GESTÃO DA EMERGÊNCIA - políticas públicas, pandemia e agricultura familiar no Vale do Jequitinhonha**. A estudante foi considerada **aprovada**, com a seguinte recomendação: acatar as recomendações da banca com relação à introdução, metodologia e análise dos dados.

Obs.1) A estudante somente receberá o título após cumprir as exigências do regulamento do Curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, conforme apresentado a seguir:

Art. 83 – Para dar andamento ao processo de efetivação do grau obtido, o candidato deverá, após a aprovação de sua Dissertação e a realização das modificações propostas pela banca examinadora, encaminhar à secretaria do colegiado do curso, com a anuência do orientador, 3 (três) exemplares da dissertação e 2 (dois) CD, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Obs.2) A estudante deverá apresentar junto com a versão final da dissertação, comprovante de submissão de um periódico com Qualis/Capes na área Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

Montes

Claros, 28 de abril de 2023.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Maria Galizoni, Professora do Magistério Superior**, em 02/05/2023, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

ANTONIO CÉSAR ORTEGA

A handwritten signature in blue ink that reads "Antonio César Ortega".



Documento assinado eletronicamente por **Roberto do Nascimento Rodrigues, Professor Magistério Superior - Voluntário**, em 03/05/2023, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro de Carvalho Costa, Usuário Externo**, em 22/05/2023, às 18:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2268411** e o código CRC **A14BD112**.

AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer a Deus pelo dom da vida e pela concretização dessa conquista. Agradeço a todos os entrevistados pela disponibilidade de tempo e colaboração com o nosso trabalho. À professora Flávia Galizoni pela orientação humanizada que respeitou meus processos e cuidadosamente me conduziu de forma brilhante. Ao meu amado companheiro Eduardo Baiano pela compreensão e conselhos

RESUMO

Políticas e programas públicos têm papel fundamental para o desenvolvimento humano e territorial, sendo requeridos com agilidade em situações de calamidade ou desastres, para contemplar questões urgentes que colocam em risco a saúde, produção e acesso a alimentos e geração de renda. Este foi o caso da pandemia da covid-19 que, a partir das restrições de isolamento para impedir a propagação do vírus, fragilizou processos econômicos, agravando problemas sociais já existentes no país. O objetivo desta dissertação foi investigar estratégias públicas para enfrentamento dos efeitos da pandemia da covid-19 sobre a agricultura familiar em municípios do Vale do Jequitinhonha mineiro. A área de estudo abrangeu 12 municípios distribuídos entre os Territórios do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha. Foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, seguida por levantamento de campo e entrevistas, respeitando as medidas de segurança e utilizando ferramentas digitais. Captou-se informações de dirigentes de organizações de agricultores familiares, gestores públicos municipais, técnicos de organizações públicas e representantes de organizações da sociedade civil. O fechamento das feiras livres bem como a suspensão temporária de mercados institucionais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), importantes canais de escoamento da produção e bases da economia em municípios considerados rurais, foram medidas que prejudicaram diretamente a renda dos agricultores familiares. Por outro lado, a pesquisa revelou a existência de um conjunto de estratégias de ação pública inovadoras, tanto de natureza governamental como da sociedade civil, estimulando a produção agrícola, promovendo a geração de renda e acesso à alimentação para famílias em vulnerabilidade social. Recursos governamentais emergenciais se mostraram relevantes para a saúde pública nas ações de enfrentamento ao coronavírus, inclusive para populações rurais. As tecnologias sociais de captação de água da chuva para convivência com o semiárido reforçaram sua importância nesse período pandêmico, favorecendo condições de permanência das famílias na zona rural. Conclui-se que, na situação de insegurança sanitária, as atividades produtivas baseadas na agricultura familiar foram um importante caminho para o abastecimento alimentar em municípios rurais, reduzindo os efeitos da desigualdade social, fome e desemprego intensificados pela pandemia, sendo, portanto, uma referência na formulação de programas públicos.

Palavras-chave: Gestão social; Programas públicos; Covid-19; População rural; Semiárido Mineiro.

ABSTRACT

Public policies and programs play a fundamental role in human and territorial development, being required with agility in calamity or disaster situations to address urgent issues that jeopardize health, production and access to food and income generation. This has been the case of the Covid-19 pandemic, which, based on isolation restrictions to prevent the spread of the virus, weakened economic processes, aggravating existing social problems in the country. The objective of this dissertation was to investigate public strategies to face the effects of the Covid-19 pandemic on family farming in municipalities in Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. The study area covered 12 municipalities distributed among the Territories of Alto, Medio and Baixo Jequitinhonha. Bibliographical and documentary research was carried out, followed by a field survey and interviews, respecting security measures and using digital tools. Information was collected from leaders of family farmers' organizations, municipal public managers, technicians from public organizations and representatives of civil society organizations. The closure of street markets as well as the temporary suspension of institutional markets such as the PNAE, important production outlets and bases of the economy in municipalities considered rural, were measures that most harmed the income of family farmers. On the other hand, the research revealed the existence of a set of innovative public action strategies, both governmental and civil society, stimulating agricultural production, promoting income generation and access to food for families in social vulnerability. Emergency government resources proved to be relevant to public health in actions to combat the Coronavirus, including for rural populations. The social technologies of rainwater harvesting for coexistence with the semi-arid region reinforced their importance in this pandemic period, favoring conditions for the families to stay in the rural area. It is concluded that productive activities based on family farming were an important path for food supply, reducing the effects of social inequality, hunger and unemployment intensified by the pandemic, being, therefore, a reference in the formulation of public programs.

Keywords: social management; public programs; Covid-19; rural population; northeast of Minas Gerais.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES (FIGURAS)

Figura 1 – Mapa do Vale do Jequitinhonha dividido em Alto, Médio e Baixo, Minas Gerais	35
Figura 2 – Vale do Jequitinhonha com os municípios pesquisados em destaque	39
Figura 3 – Distribuição dos casos de covid-19 no mundo até dezembro 2021	47
Figura 4 – Distribuição de casos de covid-19 no Brasil até outubro /2022	48
Figura 5 - Distribuição dos casos de covid-19 em Minas Gerais em outubro /2022	49
Figura 6 – Datas dos primeiros casos registrados nos municípios e quantidade de infectados, março de 2020 a março de 2022	50
Figura 7 - Volume de recursos destinados para o PAA de 2014 a 2021 para todos os municípios brasileiros	73
Figura 8 - Volume de recursos destinados para construção de cisterna de armazenamento de água de chuvas no Brasil	75

LISTA DE ILUSTRAÇÕES (QUADROS)

Quadro 1 – Síntese das etapas da pesquisa.	30
Quadro 2 – Relação de entrevistados nos municípios selecionados do Vale do Jequitinhonha	32
Quadro 3 - Principais programas públicos voltados para a agricultura familiar na pandemia da covid-19 em 12 municípios do Vale do Jequitinhonha, 2020-2021	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População total, urbana, rural (2021) e número de estabelecimentos rurais total e da agricultura familiar (2017), nos municípios selecionados do Vale do Jequitinhonha	41
Tabela 2 – Densidade demográfica e IDH, municípios selecionados do Vale do Jequitinhonha, 2010	42
Tabela 3 –Indicadores socioeconômicos dos municípios selecionados do Vale do Jequitinhonha no ano de 2018 e 2020	43
Tabela 4 - Registro de primeira morte e total de mortes acumulado nos municípios estudados	54
Tabela 5 – Taxa de letalidade da covid-19 nos municípios pesquisados do Vale do Jequitinhonha entre junho/2020 a junho/2021	56
Tabela 6 - Recursos (R\$) do PNAE destinados aos municípios da pesquisa entre 2019 e 2021	70
Tabela 7 - Repasse de recurso do Fundo Nacional de Saúde para municípios selecionados no Vale do Jequitinhonha, 2020	85
Tabela 8 - Repasse de Recurso do Fundo Nacional de Saúde para os municípios estudados no Vale do Jequitinhonha, 2021	86
Tabela 9 - Montante de recursos do FNS, população total, valor per capita, população vacinada e óbitos por covid-19 nos municípios estudados no Vale do Jequitinhonha, 2020-2022	89
Tabela 10 - Valores do Auxílio Emergencial, municípios selecionados do Vale do Jequitinhonha, 2020 a 2022	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de casos por mil habitantes, municípios selecionados do Vale do Jequitinhonha, em 28/03/2022	53
Gráfico 2 – Mortes por covid-19 nos municípios selecionados do Vale do Jequitinhonha, por cem mil habitantes, em 28/03/2022	55
Gráfico 3 – Porcentagem de população vacinada por covid-19, municípios selecionados do Vale do Jequitinhonha, situação em 28/03/2022	57
Gráfico 4 - Repasse de recurso para os municípios pelo Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) no ano de 2020	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF	Agricultura Familiar
ASA	Articulação no Semiárido Brasileiro
CAV	Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSAD	Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COVID-19	Coronavírus Dieese 2019
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DPVAT	Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FIRJAN	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
FJP	Fundação João Pinheiro
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNS	Fundo Nacional de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDM	Índice de Desenvolvimento Municipal
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
IMRS	Índice Mineiro de Responsabilidade Social
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEI	Microempreendedor Individual
MM	Milhão

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade civil
P1 + 2	Programa Uma Terra e Duas Águas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAPP	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
PIB	Produto Interno Bruto
PIMC	Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido
PIS Mineiro	Piso Mineiro de Assistência Social
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSS-Covid-19	Política Nacional de Saúde Suplementar para o Enfrentamento da Pandemia da Covid-19
PRODETER	Programa de Desenvolvimento Territorial
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROSESC	Projeto Semear Esperança de Carbonita
SADA	Sada Bio-Energia e Agricultura Ltda
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUS	Sistema Único de Saúde
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR.....	177
2.1 Políticas públicas: breve discussão conceitual.....	177
2.2 Agricultura familiar: concepção e relevância.....	18
2.3 Agricultura familiar e programas públicos.....	22
2.4 Territórios rurais.....	2626
3. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	29
3.1 Área de estudo e sujeitos sociais da pesquisa.....	34
3.2 Universo de investigação.....	38
4. A PANDEMIA DA COVID-19 E O VALE DO JEQUITINHONHA.....	45
4.1 Breve relato sobre o surgimento da covid-19.....	46
4.2 Evolução da covid-19 no Jequitinhonha: uma síntese.....	49
4.3 Evolução das respostas à covid-19.....	56
4.4 Efeitos da pandemia sobre a agricultura familiar.....	58
5. PRINCIPAIS PROGRAMAS PÚBLICOS VIGENTES DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 NO VALE DO JEQUITINHONHA.....	6363
5.1 Principais programas públicos vinculados à agricultura familiar durante a pandemia.....	633
5.1.1 Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.....	6868
5.1.2 Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.....	72
5.1.3 Cisternas de captação de água de chuva.....	74
5.1.4 Projeto Tempo de Cuidar.....	77
5.1.5 Projeto Isolar Sem Ferir a Dignidade Humana.....	79
6. RECURSOS PÚBLICOS PARA A SAÚDE EM MUNICÍPIOS DO VALE DO JEQUITINHONHA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19.....	82
6.1 Fundo Nacional de Saúde.....	82
6.2 Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).....	9090
7. PROGRAMAS SOCIAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA.....	944
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS.....	100

1. INTRODUÇÃO

Políticas e programas públicos têm papel fundamental para o desenvolvimento humano e territorial ao criar ações direcionadas para atenderem demandas e minimizar problemas que afetam a população. Em situações de calamidade ou desastres, políticas públicas são requeridas com agilidade necessária para contemplar questões urgentes que colocam em risco a saúde, produção, acesso a alimentos e geração de renda.

Este foi o caso da pandemia da covid-19, uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-20), que se espalhou rapidamente pelo planeta, causando impactos que assumiram diferentes dimensões em função dos contextos sociais, econômicos e sanitários de cada país, bem como de políticas públicas acionadas em cada localidade.

No Brasil, o governo federal implementou a Política Nacional de Saúde Suplementar para o Enfrentamento da Pandemia da Covid-19 (PNSSCovid-19), por meio da Lei nº 13.979 de fevereiro de 2020, que orientou as autoridades a impor o isolamento e a quarentena de pessoas com covid-19 como ação estratégica para impedir a propagação do vírus. Além disso, buscou-se aparelhar o Sistema Único de Saúde (SUS) com aumento e melhoria da infraestrutura de leitos e de Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs) para pacientes infectados.

Elaborar e ou executar políticas públicas frente às urgências criadas pela pandemia se tornaram ações ainda mais desafiadoras: era preciso incorporar as particularidades sanitárias das diversas regiões brasileiras, as especificidades locais de saúde, de acesso à água e à alimentação. A maior parte das atenções governamentais e sanitárias se voltou para as regiões urbanas com intenso adensamento populacional, com maiores riscos de contágio e com maiores dificuldades para medidas de isolamento.

O uso da máscara, medidas de afastamento social, fechamento de escolas e de serviços não essenciais foram as primeiras mudanças evocadas em decorrência da pandemia da covid-19, impactando fortemente as populações de grandes cidades, mas também dos municípios com menor densidade populacional e com dinâmicas econômicas e culturais predominantemente ligadas ao rural¹.

¹ José Eli Veiga (2002) designou localidades com essas características como rurais. Nesse sentido, o autor destacou a importância de se refletir sobre a definição de urbano e rural no Brasil para além do que é determinado por decretos municipais de delimitação de território e de uma perspectiva reducionista que pensa o rural como sinônimo de agrícola; mas sim como espaço que comporta uma complexidade de relações produtivas e de modos de vida. Sobre municípios rurais ver também Ortega (2008).

Localidades com características rurais representam parcela significativa dos municípios brasileiros e, boa parte das vezes, têm sua economia intimamente ligada à agricultura familiar, que dá ritmo à economia local pela produção e consumo de alimentos, bens e serviços, proporcionando circulação de recursos monetários e não-monetários. Esses municípios também foram diretamente afetados pela incidência da covid-19 e, portanto, foram alvo de políticas públicas e ações direcionadas à prevenção e combate da doença. As medidas restritivas que precisaram ser adotadas em função da pandemia da covid-19 afetaram tanto as relações rurais-urbanas quanto os regimes de trabalho de comunidades de agricultores familiares na produção e comercialização de alimentos.

Nesse sentido, as interrogações iniciais que se colocaram para a elaboração deste estudo foram: como a situação pandêmica afetou municípios rurais compostos por uma presença relevante da agricultura familiar? Quais políticas públicas foram criadas ou acionadas nessas localidades? Como a pandemia afetou os sistemas de produção e circulação de alimentos nos municípios onde predomina a produção advinda da agricultura familiar, que são relevantes para o abastecimento e para a dinâmica de sobrevivência da população aí residente? Essas indagações foram os motes que instigaram esta dissertação.

Para respondê-las, organizou-se um estudo em municípios do Vale do Jequitinhonha, região situada no nordeste de Minas Gerais, marcada por economia fortemente ligada a modos de vida e sistemas de produção de agricultores familiares, que cumprem um papel relevante no abastecimento regional de alimentos.

As indagações iniciais foram lapidadas e transformadas nos seguintes problemas norteadores para a pesquisa:

- i. Como municípios do Vale do Jequitinhonha, que são majoritariamente rurais e detêm uma parcela grande da população composta por agricultores familiares, se organizaram para enfrentar a pandemia da covid-19?
- ii. Quais foram as principais ações públicas desenvolvidas? Foram emergenciais ou de longa duração?
- iii. Foi preciso adaptar políticas públicas existentes ou criar novas para lidar com a pandemia? Quais foram os principais entraves/dificuldades?
- iv. Quais aspectos sociais, culturais e econômicos dos municípios influenciaram o desenvolvimento das políticas públicas para o convívio com a pandemia?

A partir dessas questões se estabeleceu o objetivo geral desta dissertação, qual seja, investigar estratégias públicas para enfrentamento dos efeitos da pandemia da covid-19 sobre a

agricultura familiar em municípios do Vale do Jequitinhonha mineiro. Em específico, buscou-se:

- i. Identificar as diferentes políticas públicas destinadas à agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha no período da crise sanitária;
- ii. Analisar o montante e destino de recursos públicos em municípios do Vale do Jequitinhonha em situação de pandemia.
- iii. Investigar dificuldades e entraves encontrados pelo poder público e organizações sociais para conduzir/ executar políticas públicas vinculadas à agricultura familiar, durante o período de vigência da pandemia causada pela covid-19;
- v. Investigar as estratégias das comunidades e dos agricultores familiares do Vale do Jequitinhonha para o convívio com os efeitos da pandemia da covid-19.

A partir desses objetivos, procurou-se, então, compreender como a gestão municipal e a sociedade civil em municípios do Vale do Jequitinhonha lidaram com a crise sanitária e elaboraram políticas públicas de apoio para a população rural.

A dissertação está organizada em quatro tópicos. O primeiro versa sobre as políticas públicas e agricultura familiar, abordando sobre os programas vinculados ao meio rural, organização dos agricultores e produção de alimentos. O segundo apresenta abordagem metodológica para compreender a gestão e alcance de políticas públicas para lidar com a pandemia. O terceiro analisa aspectos relativos à pandemia da covid-19 e seus efeitos sobre a agricultura familiar no Vale do Jequitinhonha. O quarto tópico ressalta as principais ações públicas vinculadas à agricultura familiar no Jequitinhonha para lidar com as situações impostas pela pandemia. E, por fim, apresenta-se um panorama sobre os recursos públicos para saúde nos municípios pesquisados e aspectos sobre a sua gestão.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR

2.1 Políticas públicas: breve discussão conceitual

O conceito de políticas públicas foi lapidado, principalmente, a partir de meados do século XX. De forma geral, pode-se definir políticas públicas como conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos (nacionais, estaduais ou municipais) tendo a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados que visam assegurar determinado direito de cidadania para vários grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico (SOUZA, 2006).

Para Jannuzzi (2014), políticas públicas são ações pensadas e executadas por meio de programas voltados para setores específicos da sociedade. Sua execução pode ser feita tanto por órgãos vinculados aos governos, como por organizações da sociedade civil, não se restringindo somente a ações de órgãos governamentais. Em síntese, o autor define políticas públicas como

empreendimentos complexos, que envolvem a contratação de pessoal técnico; disponibilidade de instrumentos; adequação de equipamentos públicos; alocação de recursos monetários; promoção de capacitação, de forma coordenada no tempo e no território (JANNUZZI, 2014, p.16).

Hofling (2001, p. 31), por sua vez, ressaltou a importância de diferenciar Estado de governo e o papel de cada um na elaboração e execução de políticas e programas públicos. De acordo com o autor,

Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e, Governo como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período.

A implementação e manutenção das políticas públicas ocorrem, para Hofling (2001), a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos da sociedade relacionados à política implementada, não podendo assim reduzir políticas públicas a políticas estatais.

Assis (2009) destacou que, no Brasil, a execução de políticas públicas com interação entre Estado e organizações da sociedade civil foi um fenômeno que se tornou possível a partir da década de 1980, com o projeto de democratização do país e a Constituição de 1988 que

instituiu possibilidades de descentralizar políticas públicas. Antes desse período, o que se observava era uma relação, quase sempre, de antagonismo entre Estado e sociedade civil. Mas essa interação entre Estado e organizações da sociedade civil fez com que o conceito de público fosse ressignificado de forma mais abrangente, não se limitando somente à gestão governamental, mas permitindo que organizações da sociedade civil e iniciativa privada se inserissem em políticas públicas que permeiam o Estado e o Governo.

Essa abordagem foi corroborada por Schneider (2010) ao afirmar que a capacidade de inovação dos agricultores familiares e sua interação com as instituições locais são fundamentais para que se possa ampliar a geração e agregação de valor, assim como reduzir os custos de transação e estimular economias de escopo. Nesse sentido, o autor destacou a importância da interação entre os agricultores familiares e as instituições locais, como fator fundamental para a transformação social, resultando no desenvolvimento das comunidades.

Entretanto, essa interação entre Estado e sociedade civil foi abordada por Dagnino (2004) e Ortega (2008) como uma espécie de confluência perversa, resultado paradoxal entre, de um lado, o projeto neoliberal de “Estado mínimo”, e de outro, um projeto democrático calcado no estímulo à participação social e na descentralização da gestão pública por meio da criação de conselhos. Esta última perspectiva emergiu, principalmente, a partir do fracasso de regimes autoritários. O aspecto perverso está relacionado ao processo dúbio de encolhimento do Estado e da progressiva transferência de suas responsabilidades sociais para a sociedade civil.

De acordo com Jannuzzi (2014), para a elaboração de políticas públicas ajustadas, é preciso que a legitimação dessas políticas seja pactuada entre os entes federativos, com estruturação da burocracia especializada, com a organização de dados sobre situação, com estudos efetivos ou pré-existentes para subsidiar a política, e aliada à capacidade de gestão técnica das equipes para a execução de programas emergenciais. Entretanto, como veremos mais à frente, quase sempre, esses aspectos não foram observados na situação pandêmica.

2.2 Agricultura familiar: concepção e relevância

A agricultura familiar é um segmento social dentro do mundo rural cuja principal característica é o vínculo muito forte entre família, trabalho, terra e gestão, tanto nas atividades que compõem seus processos produtivos quanto nos fundamentos de modos de vida (VAN DER PLOEG, 2014).

Foi nesse sentido que Heredia (1979), em estudo inspirado por Chayanov (1974), apontou que a agricultura familiar de base camponesa devia ser compreendida como um sistema de produção agrícola em que o trabalho e o acesso à terra eram basicamente gestados e realizados por uma unidade doméstica, alicerçada por relações de parentesco. A produção familiar era marcada pela alternatividade, destinada tanto para o autoconsumo quanto para a comercialização de produtos nas feiras livres, e, portanto, não consistia em uma agricultura apenas de subsistência. Ao contrário, era marcada pelo policultivo – diversificado e consorciado – como estratégia de melhor aproveitamento dos terrenos, para possibilitar mais opções na pauta alimentar da família e nas suas opções de venda.

Lamarche (1997) definiu o espaço da exploração familiar como correspondente à unidade de produção agrícola em que terra e trabalho são intimamente ligados à família, compondo formas diversas de unidade produtiva que recobrem situações extremamente variadas. Para o autor, as explorações familiares constituem-se em grupos sociais não homogêneos, que contam com uma excepcional capacidade de adaptação. Ou seja, a agricultura familiar não pode ser definida como uma categoria estanque, imóvel nem isolada.

No Brasil, a relevância da agricultura familiar para o abastecimento interno de alimentos encontrou fundamentos teóricos em estudos iniciados na década de 1990, como os da FAO/Inra (1994) e de autores como Ricardo Abramovay (1998) e José Eli da Veiga (1996). Antes desses estudos, acreditava-se que somente a produção em escala era a responsável por abastecer o comércio interno de alimentos. As pesquisas indicaram a importância da produção familiar para o abastecimento de alimentos que formavam a base da dieta brasileira e analisaram impactos ambientais e sociais provocados pela modernização conservadora da agricultura.

O estudo da FAO/INCRA caracterizou o universo da agricultura familiar como aquele que atendia simultaneamente aos seguintes requisitos: a) gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados eram feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho era igualmente fornecido pelos membros da família; e, c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza a transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. Adicionalmente, foi estabelecida uma área máxima regional como limite superior para a área total dos estabelecimentos familiares (RAMBO *et al.*, 2016).

Após muita mobilização social, o governo brasileiro, por meio da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, Artigo 3º, estabeleceu os critérios para definir agricultores familiares para fins de acesso às políticas públicas. Por esta lei, é considerado agricultor familiar e empreendedor

familiar rural aquele que: (i) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais²; (ii) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; (iii) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

A definição de agricultor familiar pela lei combinou, assim, critérios de tamanho do terreno, predominância familiar do trabalho, gestão familiar da unidade produtiva, bem como percentual mínimo de renda familiar provindo da unidade produtiva. Percebe-se que, nesta definição legal, a relação entre terra, trabalho e família foram considerados fatores que diferenciam a agricultura familiar das outras formas de agricultura.

Os Censos Agropecuários de 2006 e de 2017 afirmaram a presença significativa da agricultura familiar e sua relevância econômica e social para o país. O Censo de 2017³ indicou que 77% dos estabelecimentos rurais brasileiros pertencem à agricultura familiar, apesar de ocupar apenas 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários. Contudo, esses estabelecimentos são responsáveis por 67% de todo pessoal ocupado em agropecuária no país, cerca de 10,1 milhões de pessoas, e conseguem atingir 23% do valor de toda produção agropecuária brasileira, correspondente a 107 bilhões de reais (IBGE, 2017a).

A agricultura familiar constitui a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, com participação significativa na produção de alimentos como mandioca (87%), feijão (70%), milho (46%), café (38%), arroz (34%) e trigo (21%). Na pecuária, responde por 60% do leite, 59% dos suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos produzidos no Brasil (CONAB, 2021).

Nesse sentido, programas de apoio à produção familiar permitem incrementar o consumo, melhorar e ampliar a produção, ocasionando novo dinamismo nos mercados locais (RIBEIRO *et al.*, 2014). Para os agricultores, as inovações que respeitam seus conhecimentos e costumes podem potencializar sistemas produtivos, apoiando a regulação da produção a partir do conjunto de recursos disponíveis, favorecendo o melhor uso dos terrenos (RIBEIRO; GALIZONI, 2013).

²O módulo fiscal é uma unidade de medida agrária que representa a área mínima necessária para as propriedades rurais poderem ser consideradas economicamente viáveis. O tamanho do módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares, conforme o município (LANDAU *et al.*, 2012).

³O Censo Agropecuário de 2017 excluiu o suplemento de agricultura familiar. Assim, as informações sobre essa categoria social foram conseguidas, neste censo, de forma indireta e menos precisas do que a edição de 2006 (DEL GROSSI *et al.*, 2019).

A agricultura familiar também pode contribuir significativamente para a soberania e segurança alimentar e nutricional, fortalecer o desenvolvimento econômico de diversas maneiras, criando empregos e gerando renda, e ainda favorecer a manutenção de belas paisagens e da biodiversidade (VAN DER PLOEG, 2014).

Nas últimas décadas, no debate sobre agricultura familiar, foram incorporadas as discussões sobre pluriatividade e as múltiplas funções da agricultura num rural que não pode mais ser compreendido como setorial nem domínio exclusivo de atividade puramente agrícola. Nessa perspectiva, o espaço rural ganhou novos sentidos e atribuições, desenvolvendo múltiplas atividades produtivas, com funções relativas ao consumo de bens materiais e simbólicos, como manifestações culturais, festas, cultura alimentar e gastronomia, bem como serviços de ecoturismo, conservação ambiental, manutenção de paisagens, entre outros (CARNEIRO, 2013; SCHNEIDER, 2009).

A emergência de atividades não agrícolas e da pluriatividade ocasionou o fenômeno designado por alguns autores como *urbanização do campo*, gerando novas relações entre rural e urbano, em que o meio rural ganha novos tipos de ocupação como lazer, moradia, conservação da natureza e passa a receber profissionais tipicamente urbanos, não podendo, nesse contexto, ser pensado somente como agrícola (GRAZIANO DA SILVA, 2002).

As transformações nas comunidades rurais provocadas pela intensificação das trocas com o urbano não resultaram, segundo Carneiro (2013), necessariamente, numa ruptura decisiva de seu sistema social e cultural, mas sim possíveis mudanças de hábito de maneira irregular, com graus e conteúdos diversificados, consoante os interesses dos atores sociais, conformando novas identidades e ruralidades.

Para Schneider (2009), essas alterações na forma de se compreender o espaço rural vêm contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar, tanto como uma categoria sociopolítica como econômico-produtiva. Porém, ressalta que tais transformações implicam também em modificações nas formas de funcionamento das unidades familiares, com o desenvolvimento de estratégias individuais e coletivas que objetivam, nesse “novo rural”, garantir a reprodução do grupo enquanto uma família.

Assim, ao longo do tempo, a presença da agricultura familiar no cenário brasileiro se destacou tanto pela luta política por reconhecimento de seus direitos quanto por desenvolver produção diversificada de alimentos que tanto garante segurança alimentar dos núcleos

domésticos por meio da produção para autoconsumo quanto pela relevância para o abastecimento interno de alimentos.⁴

2.3 Agricultura familiar e programas públicos

Para José de Souza Martins (1981), a agricultura familiar de base camponesa se desenvolveu, no Brasil, sob o signo da precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e de produção, especialmente, da terra. Martins apontou ainda para um outro aspecto importante na compreensão das trajetórias de grupos camponeses no país, que foram pensadas quase sempre a partir “da tutela dos projetos de outros”, ou vistas como “inimigas” quando apresentavam projetos próprios. Os camponeses foram marginalizados do debate político nacional, o que dificultou a afirmação de seus direitos e a visibilização de sua importância na história do país. De acordo com o autor, a ação política camponesa sempre encontrou imensos obstáculos e desafios. Assim, apesar de sua importância como supridora de alimentos básicos para a pauta alimentar, apesar de influenciar os meios de vida em municípios rurais, a agricultura familiar de base camponesa, suas formas de produção e de vida foram marginalizadas pelas políticas públicas e, quase sempre, excluídas do desenvolvimento econômico, cultural e social do país.

No Brasil, os programas de políticas públicas formulados para a área rural geralmente priorizaram os grandes proprietários de terra. A implantação dos princípios da “revolução verde”, em meados dos anos 1960, em processo que ficou conhecido como a modernização conservadora da agricultura, confirmou essa premissa, pois privilegiou setores mais capitalizados em detrimento dos setores da produção familiar, que ficaram à margem de políticas públicas de crédito rural, preços mínimos e seguro da produção (MATTEI, 2005).

A partir de meados dos anos 1990, após reações à intensa industrialização, à padronização da alimentação brasileira e degradação dos alimentos por agrotóxicos nocivos à saúde humana, a reflexão sobre o papel da agricultura familiar para a produção de alimentos e desenvolvimento rural ganhou força e passou a fazer parte de alguns programas públicos (SANTOS, 2017).

O primeiro salto para pensar políticas públicas para a agricultura familiar foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995. O

⁴Entretanto, não deve descartar também o engajamento da agricultura familiar em cadeias de comercialização conectadas aos mercados nacional e internacional (BAZOTTI; COELHO, 2017).

governo, pressionado pelas reivindicações dos trabalhadores rurais, por meio da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), instituiu o PRONAF através do Decreto Presidencial nº 1.946, de 28/07/1996 (Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 1996), com a finalidade de

Financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhora do uso da mão de obra familiar (SCHNEIDER, CAZELLA, MATTEI, 2021).

Troian e Machado (2020, p. 117) descreveram como o programa se desenvolveu entre 2003 e 2017.

O Pronaf ganhou maior visibilidade, tornando-se uma política agrícola crescente, apresentando altos volumes de liberação de crédito, registrando uma redução no ano de 2007 de R\$ 601 milhões e no ano de 2011 de R\$ 58 milhões. Foi no governo da presidente da República Dilma Vana Rousseff (2011- 2016), entretanto, que o Pronaf é marcado pelas oscilações. Nesse governo, o Programa chegou a conceder aos seus beneficiários mais de R\$ 30 bilhões em 2014, o máximo distribuído em toda a sua história. Nos anos posteriores, contudo, os valores concedidos sofrem reduções relevantes, chegando a contabilizar uma perda no seu orçamento de R\$ 4,5 bilhões no ano de 2015, R\$ 1,9 bilhão no ano de 2016 e R\$ 2,5 bilhões em 2017.

Posteriormente, a promulgação da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabeleceu “os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar”. Esse foi outro importante reconhecimento pelo Estado brasileiro da agricultura familiar como categoria social, e, assim, balizar políticas públicas voltadas para esse segmento.

Programas públicos como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foram vinculados ao PRONAF e proporcionaram múltiplos efeitos positivos para a agricultura familiar, apoiando sistemas de produção locais e organização de canais institucionais de comercialização (CUNHA *et al.*, 2017; MATOS; MENEZES, 2019).

O PNAE é um programa gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Criado em meados da década de 1950, com o nome de Campanha de Merenda Escolar, o PNAE é “a mais antiga política pública de segurança alimentar e nutricional do Brasil” (MEC, s. d). O programa, ao longo das décadas e dos governos, sofreu transformações e ajuste, mas, em suma, visa

contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares

saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricionais e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2009, Art. 4º).

O PNAE se relaciona com a agricultura familiar por meio da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Essa lei, também conquista de mobilizações sociais, instituiu a obrigatoriedade de que um percentual mínimo de 30% dos valores repassados do FNDE para escolas e municípios sejam utilizados para compra direta de produtos da agricultura familiar, buscando estimular o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades (FNDE, [s.d.] a; SANTOS, 2017). Dessa forma, o programa busca valorizar tanto os conjuntos de hábitos e costumes alimentares locais e regionalizados quanto os sistemas produtivos territorializados.

Segundo Paula, Kamimura e Silva (2014), o PNAE ampliou de forma significativa as possibilidades de comercialização dos produtos agrícolas de base familiar. Da mesma forma, Cunha *et al.* (2017) revelaram a ampliação de áreas cultivadas, bem como o aumento da produção vinculada à agricultura familiar após a adesão aos mercados institucionais, incentivados, principalmente, pela estabilidade de pedidos e garantia de pagamento. No Vale do Jequitinhonha, a regularidade da compra promovida pelo programa incentivou os agricultores a investir nos cultivos, garantindo oferta de alimentos, segurança e soberania alimentar, valorizando a produção da agricultura familiar (SANTOS; GALIZONI, 2021; SOUZA *et al.*, 2022).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por sua vez, foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, com os objetivos de incentivar e fortalecer a agricultura familiar e promover a segurança alimentar e nutricional de populações mais vulneráveis, proporcionando o acesso a alimentos em quantidade, qualidade e regularidade adequados (BRASIL, 2003).

Silva *et al.* (2014) apontaram que o PAA se constituiu em um dos instrumentos da política de soberania e segurança alimentar mais promissores e bem-sucedidos, fortalecendo organizações de agricultores e toda a cadeia de relações estabelecidas desde os agricultores familiares até o consumo final.

A implantação e desenvolvimento do PAA foram sintetizados por Perin *et al.* (2021, p. 5) em três principais períodos:

O inicial (2003-2008) foi de aprendizados e organização dos processos tanto no nível gerencial quanto local. O período intermediário (2009-2013) teve como principais destaques: i) o fortalecimento do programa, marcado pelo protagonismo da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); ii) o surgimento do termo de adesão operacionalizado pelo então Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); e iii) a Operação Agrofantasma, a qual causou uma queda abrupta das

operações do programa no fim desse período. No período mais recente (2014-2019), após uma leve retomada inicial de recursos, constatou-se uma contínua redução dos montantes aplicados no PAA, chegando ao fim do período nos menores patamares de sua história.

Tanto o PAA quanto o PNAE são modelos de programas públicos que, ao criarem mercados institucionais, promovem a aproximação entre agricultores e consumidores, fazendo a conexão entre campo e cidade. Porém, análises sobre ambos os programas ressaltam a necessidade de melhorar aspectos ligados à diversificação e às tecnologias apropriadas para a produção de alimentos, e, ao mesmo tempo, respeitar a cultura dos agricultores, atender às exigências sanitárias e organizar logísticas da produção (PAULA, KAMIMURA; SILVA, 2014).

Aliados aos programas de crédito e apoio à comercialização dos produtos da agricultura familiar, se destacaram também o Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), e o Programa uma terra e duas águas (P1+2). Esses programas são de relevância para a população rural em situações de escassez de água para consumo humano e produção de alimentos (ASSIS, 2013). Ambos, voltados para a convivência com o Semiárido, pressupõem a adoção da cultura do armazenamento da água da chuva para consumo humano, animal, e produção de alimentos, permitindo produzir e estocar alimentos para a família e para a criação de animal, bem como sementes para os próximos plantios (ASA, [s. d.]).

Com relação aos objetivos, o P1MC visa atender a uma necessidade básica da população do semiárido que vive no campo, que é água de beber. Promove esse acesso por meio do armazenamento da água da chuva em cisternas construídas com placas de cimento, com capacidade de armazenamento de 16 mil litros. O P1+2, por sua vez, visa promover a soberania e a segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras, ampliando a capacidade da unidade doméstica de estocar água de chuva e enxurradas em cisternas de placas de 52 mil litros, para viabilizar atividades produtivas de plantio e criação de animais (ASA, [s. d.]).

Ambos os programas utilizam tecnologias sociais, se apoiam na participação das famílias e comunidades e buscam a autonomia das famílias na gestão da água. Assis (2009) destacou dois aspectos principais com relação aos programas. O primeiro é que se originam de um grande processo de mobilização social em torno da construção de uma política de convivência com o Semiárido, em contraposição às políticas com concepções de combate à seca. E o segundo está relacionado com a proposição diferenciada de gestão dos recursos em

parceria com o governo federal e com instâncias participativas de decisão em âmbito nacional, estadual, microrregional e local.

Ao longo de suas trajetórias, tanto o P1MC quanto o P1+2 procuraram destacar as diferenças entre políticas de convivência com o semiárido e políticas de combate à seca. Nesse sentido, Silva *et al.* (2020, p.05) explicaram que

Ações de “combate” e esforços por “convivência” com o clima são perspectivas diferentes. Embora, às vezes, possam ficar turvas as diferenças entre uma e outra abordagem, elas diferem no fundamental, ao propor relações diversas com participação social, exploração do estigma da seca, autonomia, clientelismo e volume de investimentos. Afinal, expressam dois propósitos: perpetuar o mandonismo político com ações caras e descontínuas de “combate à seca” ou, então, descentralizar ações e incorporar saberes locais para “conviver” com as características naturais do clima.

Pode-se destacar também o caráter inovador desses programas que estabeleceram uma parceria entre governo e sociedade civil para gestão e execução do uso de recursos públicos, o que até então não era muito usual no Brasil (ASSIS, 2013).

Em síntese, ao analisar o histórico de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, Grisa e Schneider (2014) destacaram que, após a redemocratização do país, pode-se observar três fases na criação e execução de políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar. A primeira, pautada por um viés agrícola/desenvolvimentista; a segunda, focada em “políticas sociais e assistenciais”; e a terceira, marcada “pela construção de mercados orientados para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental”. Os autores destacaram também o aspecto da cogestão dos recursos e ações pelas organizações da sociedade civil para os programas da terceira geração.

Essas gerações de políticas públicas foram observadas no estudo de campo no Vale do Jequitinhonha e foram filtros por meio dos quais o poder público e a população rural lidaram com a pandemia da covid-19.

2.4 Territórios rurais

Ao se pensar sobre programas públicos e agricultura familiar é importante fazer, como visto, uma reflexão sobre as relações rurais-urbanas e sobre os territórios compreendidos como rurais.

A concepção de territórios surgiu, na política pública, como um espaço intermediário entre os municípios e os estados, possibilitando a participação da sociedade civil vinculada à agricultura familiar nas decisões de desenvolvimento (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Dentre os critérios utilizados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial para identificar os territórios rurais estão: i) conjunto de municípios com até 50 mil habitantes; ii) conjunto de municípios com densidade populacional menor que 80 habitantes/km²; iii) maior concentração de agricultores familiares e famílias assentadas pela reforma agrária; iv) conjunto de municípios já organizados em territórios rurais de identidade; v) conjunto de municípios integrados com os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad) (DELGADO; LEITE, 2015).

Pereira *et al.*, (2016, p. 145) ressaltaram que, por muito tempo o rural foi visto somente em uma dimensão produtiva, “visto como espaço residual, o local do atraso, em que a urbanização ainda não havia chegado; essa visão foi sendo difundida pelo pensamento intelectual brasileiro”. Para Ortega (2008), essa forma de olhar e pensar o rural brasileiro desmembrou em consequências: a não compreensão do rural como um todo, não somente como base do setor agrícola, mas como espaço de vida e de trabalho, gerando assim um descompasso no entendimento das interações rurais-urbanas e das diversas atividades e utilização do espaço rural.

Ponderando sobre essas relações rurais urbanas, Veiga (2004, p. 26) afirmou que é

muito atraente a crença de que o destino do espaço rural será seu desaparecimento por força de avassaladora urbanização. Para seus adeptos, a oposição cidade-campo já seria, inclusive, uma questão inteiramente superada, uma vez que a ruralidade não passaria de mero sucedâneo de uma formação social anterior.

O formato analítico de pensar o rural somente como base física de produção agrícola promoveu, para Abramovay (2002), um esvaziamento político, social, econômico e cultural. Para obter outro cenário, seria necessário revelar potenciais baseados em um conjunto de atividades e mercados, e nesse sentido, o fortalecimento do *capital social* seria primordial para a construção de novas instituições propícias ao desenvolvimento rural.

Delgado e Leite (2015) asseveraram que a política de desenvolvimento territorial no meio rural representou um avanço considerável, denominado de inovação institucional, ao ampliar a capacidade de participação social, alinhando atributos da capacidade governativa e da gestão social dos processos de desenvolvimento.

Deste modo, uma questão central que se buscou compreender nesta dissertação foi como a situação pandêmica afetou os territórios compostos por *municípios rurais* que, de acordo com Veiga (2002), representavam significativamente quase 75% dos municípios brasileiros e abrigavam cerca de 30% da população nacional com presença marcante de agricultores familiares? Assim, propôs-se observar a expansão da pandemia da covid-19 para os territórios

rurais com forte presença de agricultores familiares e analisar como as políticas públicas atuaram frente a essa situação.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A abordagem metodológica proposta para compreender a formulação, gestão e alcance de políticas públicas para lidar com a pandemia e suas urgências em localidades do Jequitinhonha combinou pesquisa qualitativa e quantitativa. A junção dessas duas abordagens foi importante para se alcançar um melhor refinamento dos dados, pois permitiu tanto quantificar as informações quanto analisá-las conjuntamente, utilizando um prisma qualitativo. É relevante destacar que não se considerou essas duas abordagens de forma oposta, visto que o uso de metodologias sincronizadas pode agregar, na pesquisa, um entendimento mais amplo (GIL, 2008). Diferentes abordagens de pesquisa possibilitam ainda projetar direções complementares sobre questões ou problemas (GOLDENBERG, 2004).

A pesquisa de campo foi realizada no Vale do Jequitinhonha, no nordeste de Minas Gerais. Essa escolha se deu, principalmente, em função das características rurais dos municípios desta região (RIBEIRO *et al.*, 2007a), da grande presença da agricultura familiar nas dinâmicas produtivas, econômicas, sociais e culturais nas localidades (RIBEIRO *et al.*, 2014; SANTOS e GALIZONI, 2021); e da presença atuante de organizações da sociedade civil que poderiam apoiar no estudo (ASSIS *et al.*, 2007). Também contribuiu para essa definição a vinculação da pesquisadora com um projeto mais amplo intitulado “Efeitos da covid19 sobre agricultura familiar, alimento e água no vale do Jequitinhonha mineiro”, apoiado pelo CNPq e a possibilidade de articular a pesquisa da dissertação com aspectos desse projeto.

A partir de pesquisa bibliográfica (RIBEIRO, 2013; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017) e escuta de representantes de organizações públicas, da sociedade civil e de agricultores familiares, foram apontados dois principais critérios para seleção dos municípios a serem pesquisados: (i) a distribuição espacial dos municípios pelo Vale do Jequitinhonha, abarcando municípios situados no Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, captando assim diferentes situações fundiárias, demográficas e ambientais; e (ii) a presença marcante de população de agricultores familiares nas localidades selecionadas. Foram selecionados 12 municípios: Carbonita, Itamarandiba, Leme do Prado, Minas Nova, Turmalina e Veredinha no Alto Jequitinhonha; Araçuaí, Berilo, Chapada do Norte, Medina, Ponto dos Volantes, no Médio; e Almenara no Baixo Jequitinhonha.

O período pesquisado se refere aos dois anos iniciais da pandemia, ou seja, de março de 2020, quando se decretou a situação pandêmica no Brasil e foram promulgadas as primeiras

medidas de distanciamento social, até final de março de 2022, visto que em início de abril deste ano, as práticas sanitárias foram largamente liberalizadas.

O percurso metodológico utilizado foi estruturado em quatro etapas distintas, mas articuladas (Quadro 1).

Quadro 1 - Síntese das etapas da pesquisa

1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa	4ª etapa
Pesquisa bibliográfica e documental	Levantamento de campo e entrevistas	Levantamento e investigação dos recursos públicos	Síntese e análise das informações

A primeira etapa vinculou-se à pesquisa bibliográfica e documental sobre os eixos temáticos: políticas públicas, agricultura familiar, Vale do Jequitinhonha, a pandemia da covid-19 e seus reflexos no cotidiano rural.

A segunda etapa foi composta por levantamento de campo e entrevistas semiorientadas (QUEIROZ, 1991). Para a realização das entrevistas, foram utilizados todos os procedimentos de prevenção da SARS-CoV-2 (COVID-19). Quando possível, foram realizadas presencialmente, mas mantidas a necessidade de distanciamento social. Alternativamente, as entrevistas foram realizadas de forma remota, usando ferramentas como telefone e plataformas digitais. Estratégias de pesquisa em ambientes virtuais foram se intensificando com as restrições a interações sociais impostas pelo contexto da pandemia. O uso de ferramentas digitais como programas, aplicativos e ligações via telefonia permitiu a comunicação à distância entre pesquisador e participante, podendo acontecer de forma síncrona ou assíncrona (ENSP-FIOCRUZ, 2020).

Foram pesquisados, em cada município, representantes de quatro segmentos sociais: dirigentes de organizações de agricultores familiares (sindicatos de trabalhadores rurais, de cooperativas da agricultura familiar e de associações comunitárias); gestores públicos municipais (Câmaras municipais, Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente, Educação, Saúde e Assistência Social), técnicos de organizações públicas (Emater) e representantes de organizações da sociedade civil que conduziam programas públicos voltados para a agricultura

familiar do Jequitinhonha (Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica-CAV⁵, Cáritas Diocesana de Almenara e Araçuaí, e Fundo Cristão para Crianças⁶ (Quadro 2).

⁵Fundado em 1994, o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica é uma associação da sociedade civil sem fins lucrativos que busca contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha (CAV, [s.d.]).

⁶Fundado em 1966, o Fundo Cristão para crianças é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que trabalha com apadrinhamento de crianças (CHILDFUND BRASIL, [s.d.])

Quadro 2 – Relação de entrevistados nos municípios selecionados do Vale do Jequitinhonha

Municípios	Nº de entrevistados	Secretaria de Saúde	Secretaria de Educação	Secretaria de Assistência Social	Secretaria de Agricultura	Câmaras municipais	Dirigentes de organizações de agricultores familiares	OSC/ Organismo CNBB	Organização pública (Emater)
Almenara	5	x	x	x	x			x	
Araçuaí	4	x			x			x	x
Berilo	2	x					x		
Carbonita	1		x						
Chapada do Norte	2				x		x		
Itamarandiba	3	x				x	x		
Leme do Prado	1								x
Medina	3				x	x	x		
Minas Novas	1						x		
Ponto dos Volantes	1						x		
Turmalina	2		x				x		
Veredinha	1						x		
Total de entrevistados	26	4	3	1	4	2	8	2	2

Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de março de 2020 a março de 2022.

O roteiro semiorientado para a segunda etapa de pesquisa foi elaborado de forma que os diálogos pudessem abranger os temas relativos à produção, comercialização e consumo de alimentos, disponibilidade e uso de água, alteração de renda e serviços de saúde, buscando entender como esses aspectos se relacionam com os programas públicos existentes ou desenvolvidos junto às populações rurais, e os impactos devido à pandemia.

Nesse sentido, o instrumento utilizado possibilitou que fossem mapeadas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar na situação de pandemia, tanto as que foram criadas quanto as que foram adaptadas para o contexto de crise sanitária. As iniciativas foram então agrupadas em cinco categorias, a partir da primazia da gestão: conduzidas por organizações governamentais; por organizações da agricultura familiar; pela sociedade civil; por empresas; e desenvolvidas em parcerias.

A terceira etapa de pesquisa aconteceu concomitantemente com a segunda e envolveu um levantamento sobre os recursos públicos vinculados: a) a programas de apoio à agricultura familiar destinados para o Jequitinhonha, em especial, Pronaf, PAA e PNAE; e b) a decretos emergenciais editados durante a pandemia, nos anos de 2020 e 2021. Neste levantamento, buscou-se compreender quais os objetivos, públicos-alvo e dinâmica de execução desses recursos públicos. As informações foram coletadas nos Portais da Transparência em âmbitos municipal, federal e estadual e em demais sites oficiais. Foram pesquisadas ainda informações sobre repasses governamentais de recursos para os municípios por meio de relatórios de organismos governamentais e decretos federais e estaduais. Para tanto, apoiou-se em técnicas de análise documental (GIL, 2008).

Para recursos de projetos/programas coordenados pelas organizações da sociedade civil e voltados para amenizar os efeitos da pandemia sobre a agricultura familiar, os dados foram coletados por meio de entrevistas e de pesquisa documental em sites das organizações. Ressalta-se que, para essas organizações, existia a possibilidade de captação de recursos tanto de origem nacional quanto de origem internacional.

As entrevistas realizadas nessa terceira etapa também se basearam em roteiros semiorientados (QUEIROZ,1991). Buscou-se, nesse momento, compreender junto às organizações gestoras dos recursos quais os objetivos, gargalos e dinâmica para implementação dos recursos em ações públicas. Entrevistou-se, para tanto, representantes de órgãos governamentais e representantes de organizações da sociedade civil e religiosas que executam programas públicos nos municípios estudados. Nas entrevistas foram adotados os protocolos de prevenção para a SARS-CoV-2 (COVID- 19) já citados acima.

A quarta etapa representa o exercício de filtrar e organizar o conjunto de informações levantadas durante as entrevistas, pesquisa bibliográfica e documental. A leitura das entrevistas transcritas permitiu captar conhecimento e descrição da realidade vivida pelas populações locais conforme os temas e objetivos propostos.

Agregar e separar informações foi uma atividade constante nessa etapa, buscando a compreensão de pontos em comum no universo da pesquisa, bem como condições peculiares pela diversidade de instituições envolvidas no presente estudo. Assim, à medida que essa etapa avançou, alguns tópicos foram sendo revistos, outros se confirmando e os conteúdos sendo modelados.

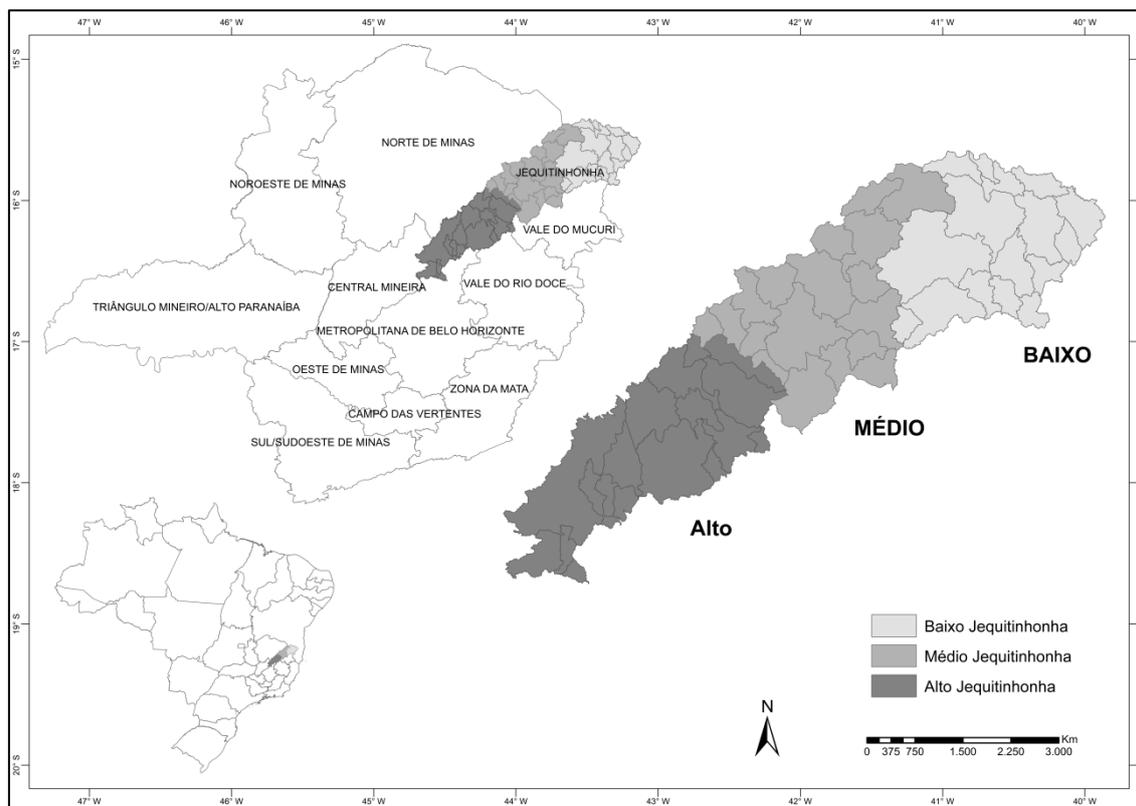
Dessa forma, a sequência das etapas da pesquisa apresentada nesta metodologia buscou conciliar estudos acadêmicos mediante a revisão documental e bibliográfica, com investigações sobre as políticas públicas suscitadas no contexto adverso de pandemia, e, por último, pesquisar aspectos relativos à gestão de recursos financeiros e suas estratégias diante dos impactos ocasionados pelas restrições sanitárias.

3.1 Área de estudo e sujeitos sociais da pesquisa

O Vale do Jequitinhonha se situa na região nordeste de Minas Gerais, é banhado pelo rio Jequitinhonha e articula diferentes biomas: Cerrado, Mata Atlântica e área de transição para a Caatinga. Seu território é marcado pela significativa presença da unidade familiar na agricultura, que produz principalmente alimentos para autoconsumo, bem como para os centros urbanos locais (RIBEIRO *et al.*, 2014).

O Jequitinhonha foi comumente dividido, para fins de políticas públicas, em Alto, Médio e Baixo (Figura 1). O Alto é caracterizado por áreas de transição entre Cerrado e Mata Atlântica, com presença significativa de estabelecimentos rurais familiares e práticas agrícolas extrativistas. O Médio Jequitinhonha se associa à área de Cerrado em transição para a Caatinga, com estrutura fundiária marcada pelo complexo latifúndio-minifúndio, com fazendas de gado ocupando grande parte das terras. Já o Baixo Jequitinhonha é caracterizado por vegetação predominante de Mata Atlântica, marcada pela concentração das terras em grandes fazendas de pecuária extensiva, pelo antigo regime de agregação como uma das formas de acesso à terra, e por enclaves de comunidades de agricultores familiares (GALIZONI, 2002; RIBEIRO; GALIZONI, 2013).

Figura 1 - Vale do Jequitinhonha e suas subdivisões em Alto, Médio e Baixo, Minas Gerais.



Fonte: IBGE, 2021a. Elaborado por Vanessa Fonseca Ayres.

A agricultura familiar é bastante expressiva no Jequitinhonha mineiro: em 2017, do total de 48.953 estabelecimentos agropecuários identificados na região pelo Censo Agropecuário, 84,6% eram da agricultura familiar. A expressividade é mais evidente ainda quando contabilizado o número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários: a agricultura familiar era responsável por 85% do pessoal ocupado no meio rural do Jequitinhonha (IBGE, 2017b).

No Vale do Jequitinhonha, há uma presença marcante de organizações da agricultura familiar de base camponesa. Esse tipo de organização ganhou destaque nos anos 1970, com os conflitos originados do processo de *tomadas de terras* por firmas monocultoras de eucaliptos e fazendas. De acordo com Assis *et al.* (2007, p. 68): “a organização dos agricultores do Jequitinhonha se iniciou com a mobilização social para enfrentamento das políticas do governo militar, ganhando ímpeto com o começo dos movimentos pela redemocratização no Brasil, nos anos de 1970”. Foi nesse período que ocorreram a formação na região das Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs, estimuladas pela igreja Católica, a criação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais e de associações comunitárias. Desde então, a organização comunitária

se fortaleceu e deu maior visibilidade a movimentos de famílias lavradoras na conquista de ações públicas (SANTOS; GALIZONI, 2021; SILVA *et al.*, 2022).

O sistema de produção nas comunidades rurais tem como base a família e um sistema de conhecimento local sobre os agroambientes, construído ao longo dos anos. A elaboração de sistemas de conhecimento e classificação dos ambientes a partir do tipo de vegetação encontrada possibilitou aos agricultores do Jequitinhonha ajustarem as lavouras às especificidades dos agroambientes, permitindo plantar e replantar, mas associado a práticas agrícolas de descanso da terra por períodos equivalentes para recuperar a fertilidade natural do solo e conservar o ambiente (GALIZONI, 2007). Esse sistema de produção permitiu a combinação de atividades produtivas no terreno familiar, suprindo as demandas alimentares, bem como possibilitou acesso à renda monetária pelo beneficiamento de produtos agrícolas ou extrativismo comercializados nas feiras livres (NORONHA, 2003).

Ribeiro *et al.* (2013a, p. 118) destacaram que as atividades dos lavradores no Vale do Jequitinhonha se baseavam em três aspectos: primeiro, no trabalho familiar visando reproduzir e conservar a unidade de produção; segundo, “num vasto conhecimento sobre os recursos naturais”; e terceiro, em gestão comunitária visando “a governança, partilha e conservação dos recursos naturais de uso comum/coletivo”.

Ao longo do tempo, a migração sazonal ou definitiva se relacionou a processos estratégicos de permanência, estabelecimento e reprodução social que faz parte do cotidiano dos agricultores que vivem nos municípios do Vale Jequitinhonha. A saída dos lavradores se dá, quase sempre, a partir de um jogo de combinações entre os membros da família que envolve condições de posse e uso da terra. O trabalho em outras regiões se torna um componente relevante na organização econômica familiar, permitindo reinvestimento na região, buscando manter condições razoáveis no lugar de origem (RIBEIRO, 1993; GALIZONI, 2002; RIBEIRO; GALIZONI, 2013).

Um importante canal de comercialização dos produtos da agricultura familiar é a feira livre, presente em todas as cidades do Vale do Jequitinhonha, sendo um componente essencial na vida dos pequenos municípios e dos agricultores que os abastecem: “As feiras livres fazem parte da economia e da cultura do Norte, Nordeste e Noroeste de Minas Gerais” (RIBEIRO *et al.*, 2013b). No Alto Jequitinhonha, as famílias feirantes representavam em média 7,27% da população rural e abasteciam praticamente 3/4 da população urbana (RIBEIRO *et al.*, 2007b). Por sua vez, um estudo de Ayres *et al.* (2020) indicou que a participação dos agricultores familiares nas feiras livres do Baixo Jequitinhonha variava de 19% a 76% conforme o município. Para Ribeiro *et al.* (2013b) essa variação se deve, em parte, à presença de programas

municipais de transporte de feirantes que apoiam o deslocamento dos agricultores para as vendas nas cidades.

As feiras livres cumprem papel importante dentro da economia local, abastecendo as cidades de alimentos e fazendo girar a venda de produtos no comércio local pelo consumo das populações rurais nos bares e restaurantes, lojas de confecções, farmácias, lojas de produtos agropecuários, materiais de construção entre outros.

De acordo com Fonseca *et al.* (2013), as feiras livres constituem também um espaço de relações sociais e identidade cultural, compartilhando funções de trabalho, mas também de entretenimento para os frequentadores. Para os autores, as feiras favorecem a união de pessoas e a sedimentação de relações sociais, gerando relações de confiança entre os consumidores e os agricultores feirantes por meio dos alimentos que serão consumidos.

Desde a década de 1970, um conjunto de projetos desenvolvimentistas foi direcionado para o Vale do Jequitinhonha. Segundo Ribeiro *et al.* (2014), as estratégias direcionadas para essa região desconsideraram as especificidades da agricultura familiar de base camponesa. Na verdade, foram baseadas em grandes projetos vinculados à mineração, à construção de barragens e à implantação de monoculturas, como plantação de eucalipto e café. Os autores destacam quatro características em comum desses projetos desenvolvimentistas:

Primeiro, eram focados no uso de recursos naturais que, se acreditava, eram abundantes e/ou subaproveitados; segundo, buscavam escalas elevadas de produção, excluindo dos investimentos a população do lugar, formada por agricultores familiares; terceiro, criavam poucos empregos; quarto, produziam bens primários que receberiam agregação de valor fora da região (Ribeiro, *et. al.*, 2014, p. 366).

O plano de desenvolvimento para o rural do Jequitinhonha foi, assim, construído a partir de um olhar externo, anulando o contexto local, percebendo a região como um lugar inanimado. Esse olhar limitado e direcionado para grandes projetos desqualificou uma das maiores riquezas do rural do Vale do Jequitinhonha mineiro: as pessoas que o habitam.

Mas, também de acordo com Ribeiro *et al.* (2013a), recursos de programas públicos investidos no Vale do Jequitinhonha foram, em parte, capturados por organizações de lavradores, e, paradoxalmente, fortaleceram iniciativas públicas não estatais, geridas por associações camponesas, organizações religiosas e não governamentais, que estavam diretamente ligadas ao público beneficiário, conhecendo suas demandas e condições de negociação. O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP) e o Pronaf Infra-Estrutura são exemplos mais remotos desses programas compartilhados, porém, outros mais recentes foram

criados, como o Programa de Desenvolvimento Territorial (PRODETER) e o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento (CONSAD) (ORTEGA, 2008).

O fortalecimento da organização comunitária, principalmente por meio da ação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), concomitante aos movimentos de redemocratização do país na década de 1970, deu origem a novos canais de participação, contribuiu para a construção de organizações sociais e projetos coletivos na região, permitindo modelar proposições governamentais em programas participativos de gestão compartilhada (ASSIS *et al.*, 2007; RIBEIRO *et al.*, 2013c; SANTOS, 2017).

A caracterização da área de estudo e sujeitos sociais da pesquisa revelam condições regionais desenhadas pela presença da organização social vinculada à atividade rural de base familiar marcada por conhecimentos sobre recursos ambientais que orientam sistemas de produção sustentáveis que são a base para abastecimento local e segurança alimentar. São sujeitos que interagem com programas públicos de natureza governamental ou não governamental, modelando estratégias de melhoria das condições e reconhecimentos de modos de vida no campo. Foi nesse contexto que se buscou compreender os efeitos da pandemia da covid-19 sobre a agricultura familiar no Vale do Jequitinhonha.

3.2 Universo de investigação

O universo de investigação da pesquisa, e também desta dissertação, é constituído por 12 municípios do Vale do Jequitinhonha, sendo seis do Alto Jequitinhonha, situados no bioma Cerrado: Carbonita, Itamarandiba, Leme do Prado, Minas Novas, Turmalina e Veredinha; cinco do Médio Jequitinhonha, em biomas de transição entre Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica: Araçuaí, Chapada do Norte, Berilo, Medina e Ponto dos Volantes e um município do Baixo Jequitinhonha, no bioma Mata Atlântica, Almenara (Figura 2). Desses municípios, somente Itamarandiba não se encontra no clima Semiárido.

Com expressiva presença de lavradores, os municípios do Vale do Jequitinhonha carregaram durante um longo período o estigma da pobreza em função de baixos indicadores econômicos (RIBEIRO *et al.*, 2007a). Todavia, apresentam uma sociedade rural de base comunitária, marcada pela cultura local. Detêm produção diversificada, comercializam principalmente em feiras livres, e população relativamente envelhecida, com rendas de aposentadorias e pensões que estimulam a produção agrícola e potencializam os mercados locais (AUGUSTO, 2003).

Dentre os municípios pesquisados, quase metade detém população rural superior à população urbana em 2021. Nesse ponto se destacam Chapada do Norte, Leme do Prado, Minas Novas e Ponto dos Volantes, mas, principalmente, Berilo que possui quase 70% da sua população no meio rural (Tabela 1).

Em relação aos estabelecimentos rurais, observou-se significativa presença da agricultura familiar nos municípios pesquisados, com valores proporcionalmente semelhantes ao estadual e nacional. Dos doze municípios estudados, Araçuaí e Berilo se sobressaíram nesse ponto: mais de 80% dos estabelecimentos dessas localidades são da agricultura familiar. Chapada do Norte e Leme do Prado, por sua vez, representaram os menores valores: respectivamente 67,32% e 60,55% do total de estabelecimentos rurais desses municípios eram da agricultura familiar. Essas situações constituem indicativos para uma zona rural fortemente marcada pela ocupação familiar (Tabela 1).

Tabela 1- População total, urbana, rural (2021) e número de estabelecimentos rurais total e da agricultura familiar (2017), nos municípios selecionados do Vale do Jequitinhonha

Municípios	População total (2021)	Pop. urbana (2021)	Pop. rural (2021)	Percentual de pop. rural (%)	Nº estab. rurais (2017)	Nº estab. rurais da AF (2017)	Percentual de estab. AF. (%)
Brasil	213.315.639	179.826.770	32.594.935	23,00	5.073.324	3.897.408	76,82
Minas Gerais	21.411.923	18.264.371	3.147.552	14,70	607.551	441.829	72,59
Almenara	42.380	34.701	7.679	18,12	1643	1.112	67,68
Araçuaí	36.715	23.890	12.825	34,93	2.589	2.154	83,20
Berilo	11.813	3734	8.079	68,39	1.489	1.275	85,63
Carbonita	9.423	6.941	2.482	26,34	667	481	72,11
Chapada do Norte	15.334	5.749	9.585	62,51	2.262	1.534	67,32
Itamarandiba	35.130	24.008	11.122	31,66	2.426	1.768	72,88
Leme do Prado	4.923	1.805	3.118	63,34	327	198	60,55
Medina	20.701	14.859	5.842	28,22	1.658	1.208	72,86
Minas Novas	31.509	12.875	18.634	59,14	3.210	2.774	70,84
Ponto dos Volantes	12235	4.347	7.888	64,47	1.053	806	76,54
Turmalina	20.280	14.518	5.762	28,41	1.247	873	70,01
Veredinha	5.733	3.894	1.839	32,08	684	515	75,29
Conjunto de municípios pesquisados	235.176	151.321	86.967	38,91	19.255	14.198	73,74

Fonte: IBGE, 2017c; IBGE, 2021b; ISA, 2021.

Em relação à densidade populacional, em 2010 se destacaram, por um lado, Carbonita, com 6,28 hab./km², a menor densidade entre os municípios estudados, e, por outro lado, Berilo, que além de ser a localidade com maior população rural em relação à urbana, também apresentou a maior densidade de 20,95 habitante por km²; mesmo assim, de forma semelhante aos demais municípios pesquisados, ficou muito abaixo da média de Minas Gerais que está em 33,41 hab./km² (Tabela 2).

Tabela 2 - Densidade demográfica e IDH, municípios selecionados do Vale do Jequitinhonha, 2010

Municípios	Densidade demográfica (hab./km²)	IDH
Brasil	22,43	0,754
Minas Gerais	33,41	0,731
Almenara	16,90	0,642
Araçuaí	16,10	0,663
Berilo	20,95	0,628
Carbonita	6,28	0,638
Chapada do Norte	18,28	0,598
Itamarandiba	11,76	0,654
Leme do Prado	11,76	0,670
Medina	14,64	0,624
Minas Novas	16,99	0,633
Ponto dos Volantes	9,36	0,595
Turmalina	15,66	0,682
Veredinha	8,78	0,632

Fonte: IBGE, 2022.

Outro aspecto avaliado foi o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios. Esse índice foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para analisar a qualidade de vida de uma determinada população, tornando-se um parâmetro global de desenvolvimento social (BLUME, 2017). Variando de 0 (zero) a 1 (um), ele é calculado a partir de três indicadores sociais e econômicos: renda, longevidade e escolaridade. A partir da análise do IDH, a localidade pode ser considerada de alto, médio e baixo desenvolvimento, sendo que de 0 a 0,499 o índice indica baixo desenvolvimento humano, de 0,500 a 0,799 médio desenvolvimento, e de 0,80 a 1,0 alto índice de desenvolvimento (SOUZA, 2008).

O Vale do Jequitinhonha, historicamente, foi estigmatizado como região de baixo desenvolvimento; todavia, analisando o IDH da amostra estudada, observou-se que os 12 municípios da pesquisa detêm IDH que os classificam como nível médio de desenvolvimento humano. Os menores valores foram verificados nos municípios de Ponto dos Volantes e Chapada do Norte, com IDH abaixo de 0,600, mesmo assim, no intervalo caracterizado como de médio desenvolvimento (Tabela 2). Contudo, todos os municípios em foco apresentaram IDH abaixo da média nacional e estadual.

Buscou-se também analisar aspectos socioeconômicos dos municípios estudados por meio dos Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), do PIB per capita e do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) (Tabela 3).

Tabela 3 - Indicadores socioeconômicos dos municípios selecionados do Vale do Jequitinhonha no ano de 2018 e 2020

Município	IFDM	PIB per capita (R\$) (2020)	IMRS
Brasil	0,68	35.935,74	-
Minas Gerais	0,82	38.695,31	-
Almenara	0,55	15.014,42	0,574
Araçuaí	0,63	13.441,04	0,578
Berilo	0,58	8.941,69	0,575
Carbonita	0,55	20.461,19	0,660
Chapada do Norte	0,56	6.802,96	0,534
Itamarandiba	0,65	17.062,45	0,627
Leme do Prado	0,71	12.725,68	0,696
Medina	0,57	10.992,19	0,483
Minas Novas	0,53	10.615,24	0,528
Ponto dos Volantes	0,59	9.040,58	0,541
Turmalina	0,65	20.978,30	0,632
Veredinha	0,65	21.138,08	0,634

Fonte: FIRJAN, 2018; IBGE, 2020; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, [s. d.] a.

O IFDM foi criado a partir de um estudo da Federação de Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), com o objetivo de acompanhar anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os municípios brasileiros em três áreas de atuação: emprego e renda, educação e saúde, utilizando estatísticas públicas oficiais. Os municípios são divididos em quatro categorias para análise: baixo desenvolvimento (os que apresentam resultados inferiores a 0,4 ponto), desenvolvimento regular (de 0,4 a 0,6), desenvolvimento moderado (entre 0,6 e 0,8) e alto desenvolvimento (aqueles com resultados superiores a 0,8) (FIRJAN, 2018).

Com relação ao IFDM, notou-se que os municípios pesquisados no Jequitinhonha estão classificados entre regular e moderado, sendo que os melhores resultados foram alcançados pelos municípios de Araçuaí, Itamarandiba, Leme do Prado, Turmalina e Veredinha (Tabela 3).

PIB per capita é o produto interno bruto de um território, dividido pela quantidade de habitantes, sendo um indicador utilizado em análises de crescimento econômico das localidades (IBGE, 2020).

Com relação ao PIB per capita, observou-se que os valores dos municípios pesquisados estão abaixo dos valores nacional e estadual. Os maiores valores, considerando acima de vinte mil reais, foram constatados para os municípios de Veredinha, Turmalina e Carbonita, contudo, apenas os dois primeiros atingiram IFDM moderado. Por outro lado, os menores valores de PIB per capita foram observados para os municípios de Medina, Minas Novas, Ponto dos Volantes, Berilo e Chapada do Norte, que coincide também com valores reduzidos do IFDM, classificados como regular (Tabela 3).

O Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) varia de 0 (zero) a 1 (um) e foi desenvolvido pela Fundação João Pinheiro, com o objetivo de subsidiar, planejar e avaliar as políticas públicas. Por meio dele é possível medir a responsabilidade social da administração pública. São analisados mais de 700 indicadores, dentre os quais são selecionados 44 em sete dimensões: educação, saúde, vulnerabilidade social, segurança pública, meio ambiente, saneamento e habitação, cultura, esporte e lazer (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, [s. d.] b).

Os maiores valores de IMRS na amostra pesquisada foram verificados para os municípios situados no território do Alto Jequitinhonha: Leme do Prado, Carbonita, Veredinha, Turmalina e Itamarandiba, considerando valores acima de 0,60. Dentre eles, também estão os municípios com maiores PIB e com valores moderados de IFDM. Por outro lado, o valor de IMRS mais reduzido foi registrado para o município de Medina, que coincide também com valores reduzidos para IFDM e PIB per capita (Tabela 3).

Segundo a Fundação João Pinheiro (2017), os valores do PIB do Alto Jequitinhonha são constituídos principalmente pelo setor de serviços, seguido pela agropecuária e indústria. No Médio Jequitinhonha, os valores também são constituídos prioritariamente pelo setor de serviços, porém, seguidos pela indústria e agropecuária. No Alto Jequitinhonha se destaca a monocultura de eucalipto, enquanto no Médio e Baixo a pecuária.

Apesar de não ser o único critério avaliado nos índices de desenvolvimento, provavelmente essa característica econômica do PIB influencia nos parâmetros de avaliação dos municípios.

4. A PANDEMIA DA COVID-19 E O VALE DO JEQUITINHONHA

A pandemia da covid-19 exigiu que o Estado se posicionasse perante as emergências, seja elaborando ou ajustando e executando programas e políticas públicas.

De acordo com a CEPAL (2021, p. 1.):

A pandemia evidenciou e exacerbou as grandes brechas estruturais (...) e (...) não há dúvida de que os custos da desigualdade se tornaram insustentáveis e é necessário reconstruir com igualdade e sustentabilidade, visando à criação de um verdadeiro Estado de bem-estar.

Diante do quadro de restrições sanitárias impostas pela covid-19, Schneider *et al.* (2020) avaliaram que a agricultura familiar foi afetada de forma negativa no comércio e circulação de produtos, principalmente nos momentos iniciais da pandemia. Além disso, as políticas públicas e o Estado não se mostraram plenamente eficazes na crise. Os autores indicaram que seria necessário reposicionar o sistema alimentar tornando-o mais resiliente e sustentável.

Da mesma forma, Gazolla e Aquino (2021) apontaram uma baixa atuação do Estado com relação às ações vinculadas à agricultura familiar na situação de crise sanitária. E este é um aspecto que se revelou complicado, uma vez que a produção da agricultura familiar é importante tanto para fortalecer a soberania alimentar dos municípios quanto na geração de renda diante das adversidades surgidas com a disseminação da covid-19.

A pandemia impôs também novas dinâmicas em relação à comercialização, levando os agricultores a readequar os volumes de produção e a adotar novas dinâmicas de comercialização por meio de plataformas digitais e do uso de redes sociais, gerando um aumento expressivo nas compras virtuais, amenizando os efeitos interruptivos da pandemia (SCHNEIDER *et al.*, 2020).

As políticas públicas federais (PNAE, PAA e crédito agrícola) e municipais se mostraram primordiais para viabilizar a cadeia produtiva rural de pequena escala. Porém, a morosidade de execução de programas por parte do Estado prejudicou a agricultura familiar no período de vulnerabilidade pandêmica (ARAÚJO *et al.*, 2021).

Assim, no contexto brasileiro, a pandemia agravou problemas históricos e agudizou questões que perduravam sem solução: acesso a água potável, saneamento básico, transporte, segurança alimentar, saúde, educação e diminuição da renda para parte considerável da população (WERNECK; CARVALHO, 2020).

Mas, como a pandemia da covid-19 impactou a população do Vale do Jequitinhonha e, em especial, o segmento majoritário desta população, cuja atividade produtiva centra-se na

agricultura familiar? Este é o foco deste capítulo, que traça um panorama da evolução e efeitos da covid-19 na região. Essa discussão é precedida por uma síntese descritiva da emergência da covid-19 no mundo.

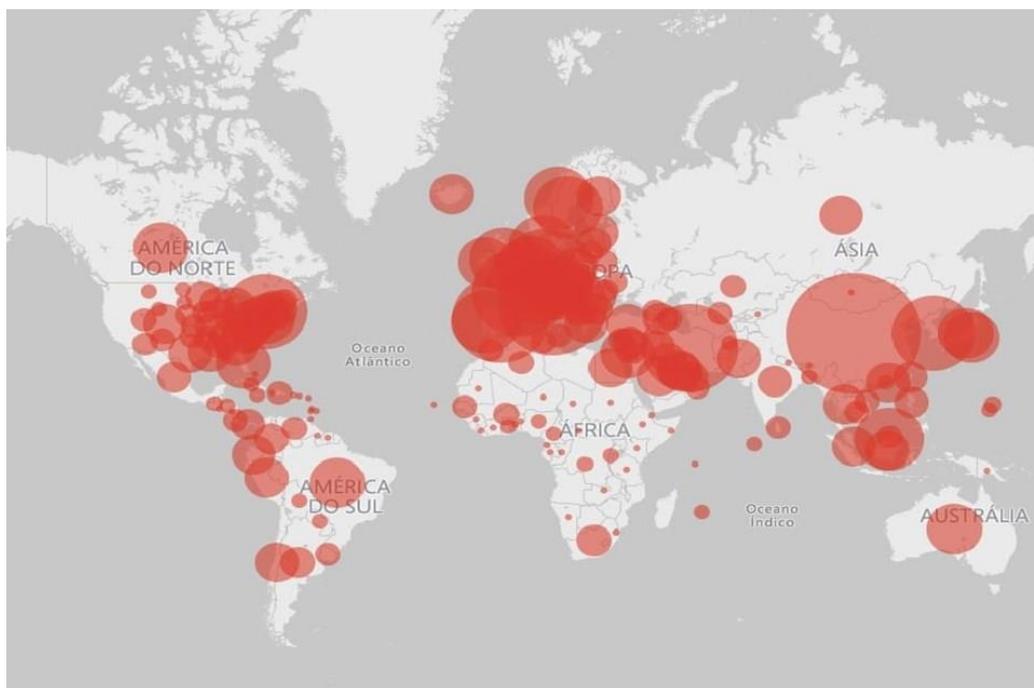
4.1 Breve relato sobre o surgimento da covid-19

No dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia de covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). De acordo com a OMS, a classificação como pandemia ocorre quando há a disseminação mundial, deixando de ser epidemia – surto que afeta uma região – e passa a se espalhar por diferentes continentes, com transmissão sustentada de pessoa para pessoa (SCHUELER, 2021).

A pandemia da covid-19 começou, aparentemente, na cidade de Wuhan, na China, no final de 2019, e no início de 2020 o vírus já tinha ultrapassado as fronteiras e se espalhado rapidamente. A Ásia e a Oceania foram os primeiros focos do novo coronavírus, antes que o surto da doença fosse declarado uma pandemia pela OMS (Instituto Butantan, [s. d.]).

Na Figura 3, os indicadores em vermelho mostram a incidência do vírus nos países: quanto maior o círculo, maior os números de casos de covid-19 confirmados. A força com que a pandemia atingiu os países foi aumentando ao longo de 2020 e foram detectadas ondas de contaminação por todo o globo.

Figura 3 - Distribuição dos casos de Covid-19 no mundo até dezembro 2021



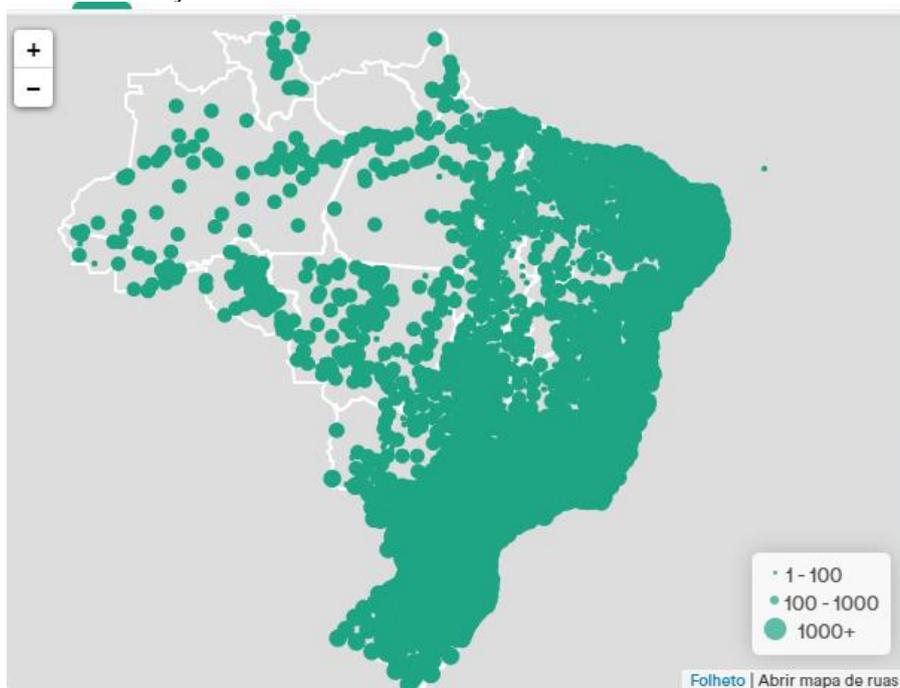
Fonte: Rastreador da COVID-19, [s. d.].

Os países centrais foram os primeiros a sofrerem com a infecção e mortes em grandes quantidades, sendo os europeus, inicialmente, os mais atingidos. Porém, em um mundo globalizado, com intenso deslocamento de pessoas, rapidamente o vírus se espalhou e o planeta todo se tornou pandêmico. Nos países periféricos e em desenvolvimento, o vírus retardou um pouco para se manifestar, mas foi letal. Nesses países, a fragilidade dos sistemas de saúde pública agravada por outros problemas, como o não fornecimento de água tratada, ausência de rede de esgoto e moradias precárias, tornou o distanciamento social quase impossível. Foi nesse cenário que a maior parte dos países da América Latina se encontravam (CEPAL, 2021).

O Brasil identificou a primeira contaminação pelo novo coronavírus no final de fevereiro de 2020 e em março do mesmo ano foi declarada a ocorrência de transmissão comunitária e a primeira morte no país (VERDÉLIO, 2020). A lei inicial que regulamentou as ações durante a pandemia foi a de nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. No dia 4 de fevereiro foi decretado estado de emergência sanitária e o estado de calamidade pública entrou em vigor através do Decreto nº 6, de 20 de março de 2020 (BRASIL, 2020a). Com esse decreto, que desburocratizou o uso de recursos e autorizou dispensa de licitações, ficou oficializado que o Brasil precisava gastar mais em saúde do que o previsto. Assim, na Lei Orçamentária Anual (LOA), para 2020, o Governo Federal ficou dispensado de cumprir a meta fiscal determinada entre despesas e receitas (BRASIL, 2020b).

Ao se observar a Figura 4, percebemos a maior incidência da doença no país até outubro de 2022. É possível verificar que a concentração se deu na região litorânea, se dirigindo para o interior do país.

Figura 4 - Distribuição de casos de covid-19 no Brasil até outubro /2022

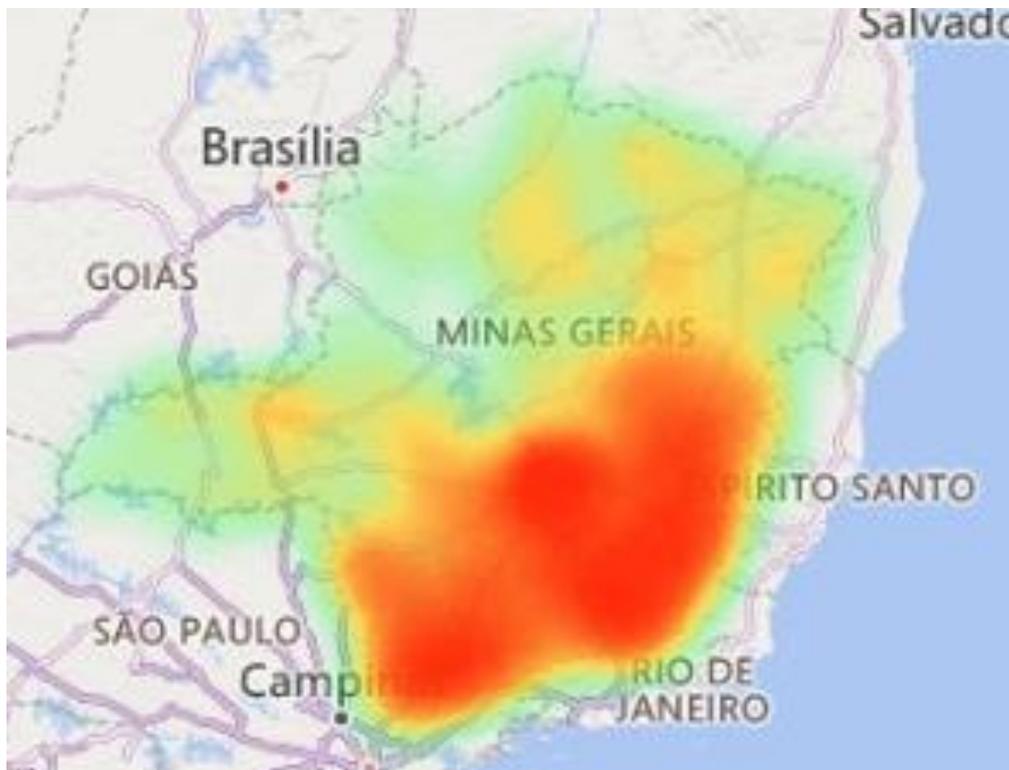


Fonte: BRASIL, [s. d.] a.

O estado de Minas Gerais, situado na região Sudeste, é o quarto maior estado da federação. Em 2021, sua população estava estimada em 21.411.923.666 habitantes (Tabela 1). No estado, o primeiro caso de covid-19 foi confirmado em março de 2020 em uma mulher do município de Divinópolis, que fez uma viagem para a Itália. Um mês depois, o estado contava com 1.283 casos confirmados, a maioria na capital mineira (MINAS GERAIS, 2020).

Os casos avançaram rapidamente num processo de interiorização e atingiram todas as mesorregiões de planejamento da saúde. A maior concentração registrada nesse período foi nas regiões mais povoadas do Centro de Minas, onde está localizada a capital e a região metropolitana, com incidências pontuais no Triângulo Mineiro e Norte de Minas, e menor ocorrência inicial de casos no Jequitinhonha, Mucuri e Noroeste (Figura 5).

Figura 5 - Distribuição dos casos de covid-19 em Minas Gerais em outubro /2022



Fonte: MINAS GERAIS, [s. d.].

4.2 Evolução da covid-19 no Jequitinhonha: uma síntese

Por meio da análise dos boletins epidemiológicos oficiais dos municípios do Jequitinhonha, em foco nesta dissertação, foi possível desenhar o comportamento da covid-19 nas localidades estudadas no intervalo de dois anos: março de 2020 a março de 2022.

Em todos os municípios pesquisados, os registros dos primeiros casos de covid-19 ocorreram no ano de 2020. O primeiro caso de covid-19 no Vale do Jequitinhonha foi confirmado no dia 14 de abril de 2020 no município de Almenara, dois meses depois do primeiro caso registrado no Brasil. O primeiro óbito ocorrido no Jequitinhonha mineiro foi no município de Medina no dia 19 de junho de 2020, três meses após a primeira morte no país verificada em 12 de março de 2020 (GALIZONI *et al.*, 2021). A primeira notificação foi registrada em Almenara, no dia 14 de abril de 2020, e, no mesmo mês foi anotado também o primeiro caso no município de Minas Novas. No mês de maio, surgiram os primeiros casos de covid-19 em Medina, Turmalina, Araçuaí e Carbonita. Em junho, aconteceram os primeiros casos de contaminação nos municípios de Ponto dos Volantes, Itamarandiba e Berilo. Logo

após, no mês de julho, registra-se a presença da covid-19 em Chapada do Norte. Em agosto surgiu o primeiro registro em Leme do Prado, e por último, no mês de outubro, ocorreu o primeiro caso em Veredinha (Figura 6).

No que diz respeito à evolução dos casos no intervalo de março de 2020 a março de 2022, o maior número de infectados pela covid-19 ocorreu nos municípios de Almenara e Itamarandiba que, somados, representam 50% do total dos casos nos 12 municípios pesquisados. Os municípios com menor ocorrência foram Chapada do Norte, Ponto dos Volantes, Veredinha, Berilo e Leme do Prado, sendo que parte desses municípios registraram o primeiro caso mais tardiamente como Chapada do Norte, Leme do Prado e Veredinha (Figura 6).

Figura 6 - Datas dos primeiros casos registrados nos municípios pesquisados e quantidade de infectados, março de 2020 a março de 2022

Casos de COVID-19		
	Brasil	Minas Gerais
	1º caso: 26/02/2020	1º caso: 08/03/2020
	Casos acumulados: 29.852.341	Casos acumulados: 3.317.517
Município	1º caso registrado	Total de casos acumulados (28/03/2022)
Almenara	14/04/2020	6.589
Minas Novas	26/04/2020	1.490
Medina	04/05/2020	1.214
Turmalina	11/05/2020	2.834
Araçuaí	14/05/2020	3.328
Carbonita	25/05/2020	1.236
Ponto dos Volantes	06/06/2020	496
Itamarandiba	19/06/2020	5.702
Berilo	21/06/2020	402
Chapada do Norte	23/07/2020	567
Leme do Prado	20/08/2020	370
Veredinha	10/10/2020	451

FONTES:

Ministério da Saúde. Painel Coronavírus. Disponível em <https://covid.saude.gov.br/>
 Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Coronavírus. Disponível em <https://coronavirus.saude.mg.gov.br/>

Para a Organização Mundial da Saúde, um agravante para o aumento de contaminação pelo novo coronavírus era não manter o distanciamento social recomendado de, pelo menos, um metro como medida de prevenção. O não cumprimento dessa medida de prevenção pode ter sido um dos motivos do grande número de casos em alguns municípios, como relatado pela Secretaria Municipal de Saúde de Itamarandiba.

Mesmo com o poder público realizando suspensão de atividades coletivas, educativas, por parte da população houve baixa adesão ao cumprimento da regra de distanciamento social, e, a isso aliou-se a dificuldade de fiscalização devido a extensão territorial do município.

Em Araçuaí, o terceiro município com maior número de casos, a Secretaria Municipal de Saúde alegou que, com a pandemia, o serviço dos agentes de saúde aumentou e foi preciso criar estratégias de trabalho nos finais de semana na tentativa de evitar aglomerações e conter a disseminação do vírus.

A própria pandemia virou quase que um serviço à parte... Todo trabalho da saúde continuava. Por exemplo, neste momento a gente está rodando duas campanhas de vacinação ao mesmo tempo: tem a vacina da influenza, da gripe, e a vacina da Covid acontecendo ao mesmo tempo em um momento em que não se podia aglomerar. A gente está tendo que fazer campanhas nos finais de semana; aos sábados dois enfermeiros indo para a zona rural para dar uma acelerada na campanha de vacina. Então, p'ra não misturar duas campanhas no mesmo dia, no mesmo lugar... Isso tem sido uma dificuldade muito grande (Secretaria Municipal de Saúde de Araçuaí, 2021).

O número elevado de casos em comunidades rurais de Araçuaí foi uma exceção nos municípios pesquisados. Esse fenômeno foi associado, pelos agentes de saúde, a movimentos populacionais específicos. No período mais grave da pandemia, quando havia uma maior recomendação de distanciamento social, ocorreu um fluxo de habitantes da cidade para se abrigar no rural. Entretanto, continuaram transitando regularmente do campo para a cidade e ou fazendo reuniões sociais em área rural. Houve também o deslocamento de pessoas do rural para retirada dos auxílios e aposentadoria na área urbana, onde acabavam se aglomerando. Observou-se ainda um aumento na migração de retorno, ou seja, pessoas que haviam migrado definitivamente para outras regiões do país, principalmente capitais, e que na crise sanitária retornaram para suas comunidades de origem para se refugiarem do coronavírus junto à família.

Tem uma comunidade aqui mesmo que a gente pode dizer que houve um surto de casos, e, inclusive o prefeito junto com a vigilância epidemiológica foram lá fazer uma ação educativa. A gente viu que na zona rural tem o retorno de muita gente que tinha ido para as cidades grandes trabalhar. Então nesta comunidade é muito comum o povo de lá ir para Brasília e a gente conseguiu perceber que o caso inicial foi uma pessoa que veio contaminada de Brasília (...). Mas a gente tem casos [de Covid-19] hoje na zona rural que é também essa questão do pessoal da zona rural ter que vir para a sede de Araçuaí, então vem em carro, fretam carro, vem com o carro cheio de pessoas. E isso fragiliza muito porque (...) essas pessoas vêm p'ra sede buscar o dinheiro e voltam num carro cheio (Secretaria de Saúde de Araçuaí, 2021).

Em Almenara, município que apresentou maior número de casos e de mortes por covid-19, a Secretária Municipal de Saúde declarou em 2021:

A gente tem a equipe volante da zona rural [agentes de saúde que deslocam pelas comunidades rurais menores], e, em algumas áreas rurais tem as unidades de saúde. (...) A rádio é muito usada por aqui. Então, na rádio municipal a gente fazia entrevistas frequentes, passando orientações. A gente montou uma central de monitoramento Covid que era pelo WhatsApp, que conseguiu atender todas as dúvidas que ia chegando. Além das rádios, a própria equipe volante da zona rural

realizava esse trabalho com campanhas preventivas reforçando medidas como uso de máscaras, álcool em gel, manter o distanciamento... e a gente fez atendimento de moradores da zona rural em um local específico aqui na cidade.

O município de Medina apresentou um número intermediário de casos no período pesquisado. Nessa localidade, conforme um vereador entrevistado, as medidas para prevenção da covid-19 nas comunidades rurais não se deram muito por meio de orientação dos agentes, aconteceu mais *“foi pela informação boca a boca ou através do rádio, e comunicação pelo zap [whatsapp]”*.

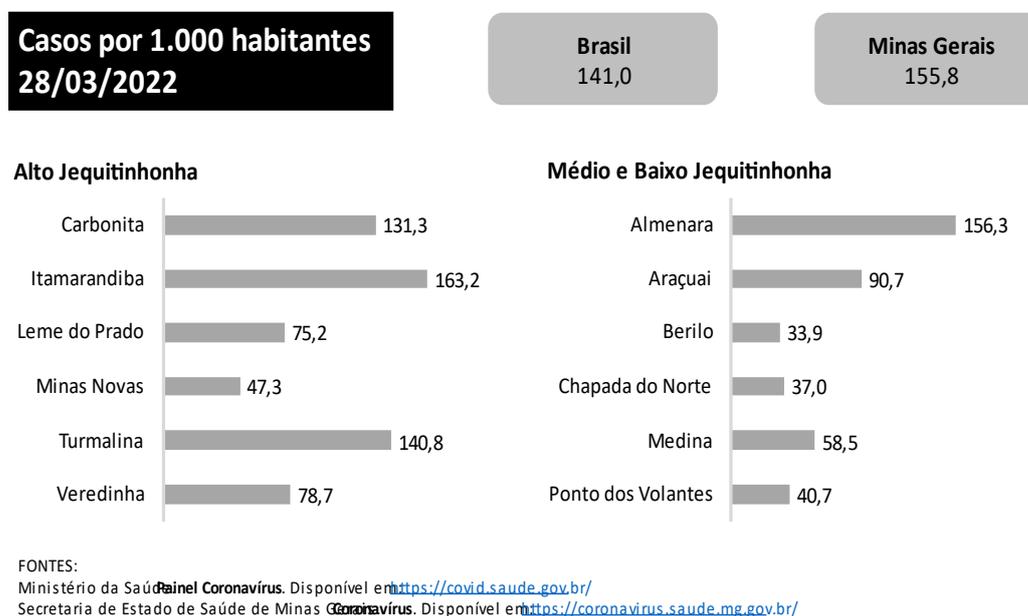
Em Berilo, a Secretaria Municipal de Saúde informou que foram tomadas ações municipais mais rigorosas, além das campanhas de conscientização, informando que na gestão municipal em curso no período pesquisado: *“teve barreira sanitária, teve toque de recolher na rua com a polícia orientando, teve muita informação na rádio e nas redes sociais”*. Percebeu-se que essas iniciativas provavelmente contribuíram para menores índices da doença no município e segurança sanitária, tanto para a população urbana quanto para a população rural.

Apesar de intensidades diferentes, as gestões municipais se mobilizaram no sentido de orientar e conscientizar as pessoas nas comunidades rurais para as medidas sanitárias de prevenção contra a covid-19. As principais ações públicas de prevenção nas comunidades rurais foram realizadas por meio de orientação e conscientização via programa de rádio, via carros de som (ou moto som) que percorriam as localidades, por “boca a boca” e por mensagens pelo aplicativo WhatsApp. Em todos esses veículos de comunicação, as mensagens alertavam os moradores para o uso de máscara, higienização utilizando álcool em gel, e a necessidade de manter o distanciamento social.

Mesmo diante de desafios como a extensão territorial e as diferentes características das comunidades em termos de tamanho, deslocamento e condições de acesso, buscou-se utilizar diversos meios de comunicação na expectativa de que, no mínimo, a informação educativa de orientação sanitária preventiva chegasse às comunidades rurais.

Ao analisar a quantidade de casos de covid-19 por 1.000 habitantes, tanto Almenara quanto Itamarandiba se destacam novamente por apresentarem valores altos, juntamente com os municípios de Turmalina e Carbonita, com valores próximos à média nacional e estadual (Gráfico 1). Ponto dos Volantes, Chapada do Norte e Berilo prosseguiram com valores inferiores aos demais municípios para as avaliações de caso de infecção pelo coronavírus. Veredinha e Leme do Prado, apesar de deterem baixo número de casos, apresentaram valores intermediários quando analisado o número de casos por mil habitantes da população municipal.

Gráfico 1 - Quantidade de casos de covid-19 por mil habitantes, municípios selecionados do Vale do Jequitinhonha, em 28/03/2022



Em relação a registros de mortes causadas pela covid-19, os municípios do Baixo/Médio Jequitinhonha, Medina, Almenara e Ponto do Volantes, foram os primeiros a anotarem mortes de pacientes infectados pelo vírus. Por outro lado, o município de Veredinha apontou o primeiro caso de morte de pessoa infectada pelo coronavírus somente um ano após o primeiro registro na área pesquisada (Tabela 4).

Os municípios que tiveram o menor registro de mortes por covid-19 no período em questão foram Berilo e Veredinha, com uma morte cada um, seguidos por Chapada do Norte e Leme do Prado com três óbitos registrados cada um, e Carbonita, com seis. Os demais municípios registraram valores intermediários entre 24 e 34 mortes no período entre 2020 e 2022 (Tabela 1).

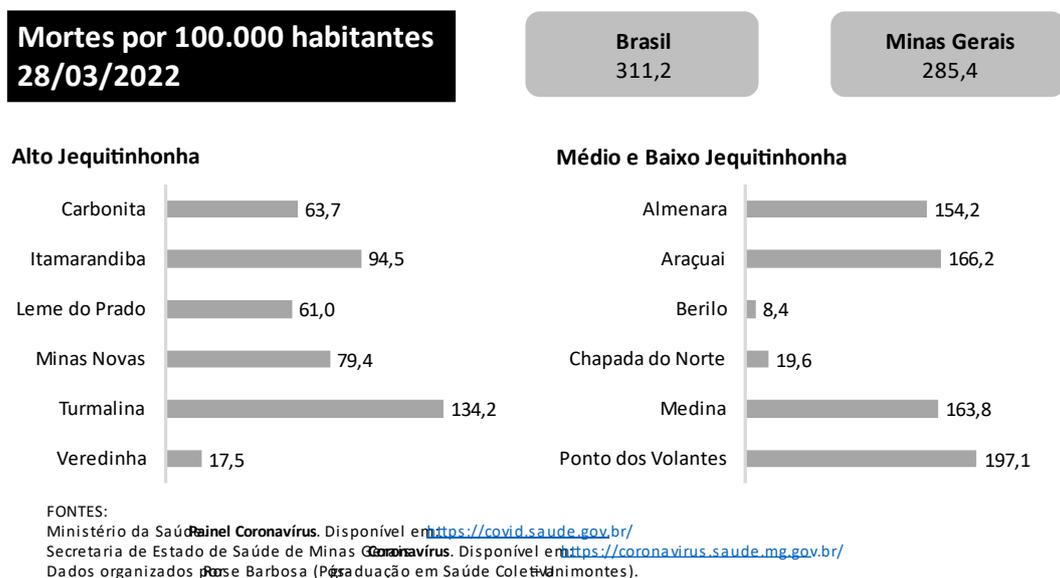
Tabela 4- Registro de primeira morte e total de mortes acumulado nos municípios estudados

Mortes por COVID-19		
	Brasil	Minas Gerais
	1ª morte: 12/03/2020	1ª morte: 29/03/2020
	Mortes acumuladas: 658.956	Mortes acumuladas: 60.769
Município	1ª morte registrada	Total de mortes acumuladas (28/03/2022)
Medina	16/06/2020	34
Almenara	01/07/2020	65
Ponto dos Volantes	10/07/2020	24
Minas Novas	23/07/2020	25
Turmalina	04/08/2020	27
Itamarandiba	23/09/2020	33
Araçuaí	17/10/2020	61
Chapada do Norte	24/02/2021	3
Carbonita	31/03/2021	6
Leme do Prado	31/03/2021	3
Berilo	02/04/2021	1
Veredinha	17/06/2021	1

FONTES:
 Ministério da Saúde. Painel Coronavírus. Disponível em <https://covid.saude.gov.br/>
 Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Coronavírus. Disponível em <https://coronavirus.saude.mg.gov.br/>
 Dados organizados por Rose Barbosa (Pós-graduação em Saúde Coletiva - UNIMONTES).

Analisando o quantitativo de mortes provocadas pela covid-19 para cada 100 mil habitantes, notou-se que os valores observados nos municípios pesquisados estão bem abaixo dos valores encontrados para o Brasil e Minas Gerais, respectivamente, 311,2 e 285,4 mortes por 100.000 habitantes. O valor mais expressivo foi registrado para Ponto dos Volantes, seguido por Araçuaí, Medina, Almenara e Turmalina (Gráfico 2). Os menores valores foram registrados para Chapada do Norte, Veredinha e Berilo.

Gráfico 2 – Mortes por covid-19 nos municípios selecionados do Vale do Jequitinhonha, por cem mil habitantes, em 28/03/2022



Ponto dos Volantes e Medina têm suas sedes urbanas situadas nas margens da BR 116 por onde circula intenso fluxo de transportes e pessoas, o que pode ter sido um fator para o número de incidência e mortes.

Buscou-se ainda analisar a taxa de letalidade da covid-19 nos municípios em foco (Tabela 5). A taxa de letalidade avalia o número de mortes em relação às pessoas que apresentam a doença ativa, e não em relação à população total, ou seja, mede a porcentagem de pessoas infectadas que evoluem para óbito. O cálculo foi feito através da divisão do número de óbitos de determinada doença pelo número de casos (MACHADO *et al.*, 2020).

Os resultados indicaram que Ponto dos Volantes foi a localidade onde a doença teve maior gravidade, registrando taxa de letalidade de 4,8%, sendo essa taxa duas vezes maior do que a taxa nacional que é de 2,2%. Medina também ficou acima do valor nacional, com 2,8%, e Araçuaí com a taxa de 1,8% se mostrou semelhante à média estadual e abaixo da média nacional. Todos os demais municípios ficaram abaixo do valor nacional e estadual, com destaque para as taxas bem reduzidas de Veredinha com 0,22% de letalidade e Berilo que ficou com 0,24% (Tabela 5).

Tabela 5 - Taxa de letalidade da covid-19 nos municípios pesquisados do Vale do Jequitinhonha entre junho/2020 a junho/2021

Localidade	Letalidade (%)	Localidade	Letalidade (%)
Brasil	2,2	Itamarandiba	0,58
Minas Gerais	1,8	Leme do Prado	0,81
Almenara	0,98	Medina	2,80
Araçuaí	1,80	Minas Novas	1,67
Berilo	0,24	Ponto dos Volantes	4,83
Carbonita	0,48	Turmalina	0,95
Chapada do Norte	0,53	Veredinha	0,22

Fontes: Ministério da Saúde. Portal Coronavírus. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Coronavírus. Disponível em:

<https://coronavirus.saude.mg.gov.br/>

Dados organizados por Rose Barbosa (Pós-graduação em Saúde Coletiva - Unimontes)

4.3 Evolução das respostas à covid-19

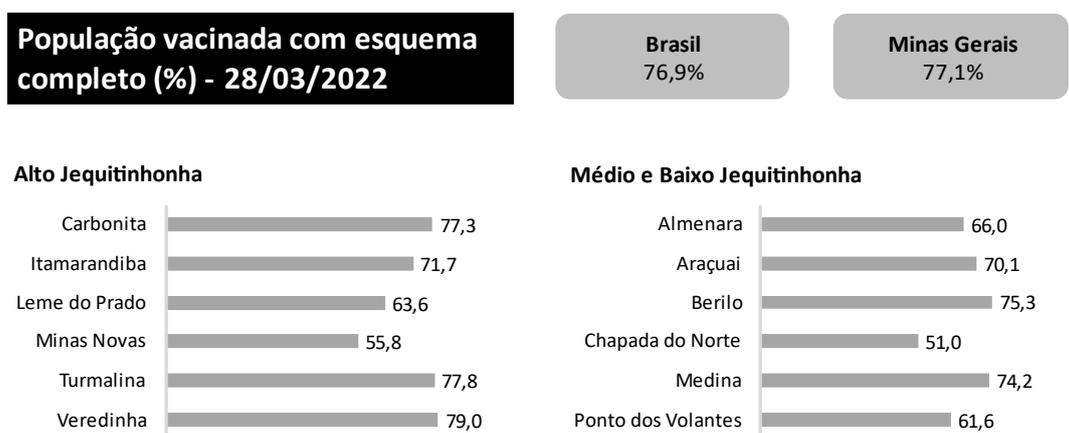
De modo geral, pode-se observar que a taxa de letalidade da covid-19 nos municípios pesquisados foi menor que a observada em Minas e no Brasil, com exceção de Ponto dos Volantes e Medina. As entrevistas realizadas nesta pesquisa podem ajudar a compreender por que a contaminação e mortes foram menores no Jequitinhonha do que em Minas e no Brasil. Nesse sentido, se destacaram os pontos abaixo:

i) As medidas de proteção, solidariedade e distanciamento social operada pelas próprias comunidades rurais foram muito importante na situação de pandemia, sendo que em muitas localidades, pessoas mais idosas ou pertencentes a um grupo de risco ficaram em casa, no rural e, quando necessário, pessoas mais jovens, da família ou da comunidade, iam até a cidade para realizar atividades necessárias para um conjunto de pessoas, seja para comercializar produção, fazer compras ou tratar de outras urgências. Os laços de parentesco e vizinhanças criaram redes de proteção e solidariedade, haja vista que, em algumas localidades, observou-se a adoção de medidas extremas para controlar o fluxo de entrada de pessoas: foram colocados cartazes solicitando que as pessoas de fora só entrassem nas comunidades se tivessem assunto de extrema emergência; algumas comunidades colocaram cancelas nas estradas e nos caminhos das casas dificultando o acesso de quem não identificava a premência da visita, impedindo visitas recreativas, só permitiam a entrada em caso de urgência.

ii) Boa parte dos municípios realizou barreiras sanitárias nas entradas das cidades, e nessas barreiras eram feitos os registros de entrada das pessoas que estavam se dirigindo para a cidade, anotados a origem e o destino, aferindo a temperatura corporal e averiguando se a pessoa declarava sintomas que poderiam ser da covid-19. Caso apresentasse suspeita de contaminação pela covid-19, a pessoa era colocada em isolamento e acompanhada diariamente pelas Secretarias Municipais de Saúde. O isolamento das pessoas em casa e o monitoramento cotidiano das equipes de saúde, boa parte das vezes por telefone, foram medidas que se revelaram importantes em municípios com dificuldades de acesso à estrutura hospitalar.

Com relação à porcentagem da população vacinada no período de levantamento dos dados, percebeu-se que Carbonita, Turmalina e Veredinha apresentaram valores maiores que as porcentagens nacional e estadual. As demais localidades tiveram valores bem próximos daqueles verificados para o Brasil e Minas Gerais, sendo a menor taxa de vacinação observada em Chapada do Norte, que registrou 51% da população vacinada no período estudado (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Porcentagem de população vacinada por covid-19, municípios selecionados do Vale do Jequitinhonha, situação em 28/03/2022



FONTES:

Ministério da Saúde. **Brasil**. Disponível em <https://covid.saude.gov.br/>

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. **Minas Gerais**. Disponível em <https://coronavirus.saude.mg.gov.br/>

Consórcio de Veículos de Imprensa. **Vacinação contra a Covid**. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2022/03/mg-659-mil-mortes-por-covid.shtml>

Dados organizados por **Pius e Barbosa** (Pós-graduação em Saúde Coletiva - UNIMONTES)

A maior parte das Secretarias Municipais de Saúde relatou que uma grande dificuldade na execução inicial da vacinação foi porque não havia um cronograma de entrega das vacinas estabelecido por parte do governo federal. Assim, não foi possível estabelecer uma boa logística, ou seja, as entregas não eram programadas e as equipes de saúde tinham que fazer

diversas viagens consecutivas à cidade de Diamantina, sede da macrorregião da saúde, que concentrava o recebimento das doses para distribuir no Vale do Jequitinhonha. Equipes de saúde relataram que precisaram se deslocar até duas vezes na semana para buscar vacinas, percorrendo mais de 600 quilômetros a cada vez, o que demandava pessoal capacitado e recursos financeiros para o deslocamento, comprometendo o atendimento à saúde da população no auge da pandemia.

Ao analisar o conjunto de dados relativos ao desenvolvimento da doença nos municípios, percebeu-se que grande parte dos municípios conseguiu um controle eficaz da doença. Na maioria dos municípios, a taxa de vacinação estava próxima às médias nacional e estadual; os casos registrados para cada mil habitantes apresentaram médias abaixo da nacional e estadual para quase todos os municípios; e, principalmente, as taxas de mortalidade registradas para cada 100 mil habitantes foram absolutamente inferiores às médias nacional e federal.

4.4 Efeitos da pandemia sobre a agricultura familiar

O cenário de restrições impostas pela pandemia visando principalmente proibir aglomeração de pessoas na tentativa de conter o avanço da doença levou os municípios estudados a fecharem as feiras livres, suspenderem as aulas, interromperem transportes públicos nas vias urbanas e estradas rurais, entre outras medidas. Essas providências, de um jeito ou de outro, acabaram interrompendo a dinâmica produtiva e social das populações rurais, principalmente aquelas que dependem da comercialização dos seus produtos na sede dos municípios.

Essas medidas impactaram a dinâmica dos municípios estudados no Vale do Jequitinhonha, e, certamente, afetaram o modo de vida e renda dos agricultores familiares. Principalmente porque parte dos programas públicos de apoio à agricultura familiar estavam diretamente relacionados aos serviços e atividades que foram suspensos em função da pandemia.

A pesquisa revelou que as dificuldades enfrentadas pela população rural dos municípios em foco foram de naturezas diversas, vinculadas a questões de saúde, comercialização e renda.

Na saúde, houve redução de acesso ao atendimento para as famílias rurais devido a medidas de distanciamento social e períodos mais drásticos de fechamento do comércio e

serviços urbanos nas chamadas *ondas roxas*⁷. Alguns municípios buscaram contornar essa situação formando equipes volantes para atendimento na zona rural com médico, enfermeiro, técnico em enfermagem e agente de saúde. Porém, os municípios tinham que lidar tanto com o risco de contaminação quanto com a extensão territorial para suprir o atendimento, como foi o caso de Almenara, que tinha um universo de 63 comunidades rurais para atender.

Nas comunidades, pessoas mais idosas ficaram isoladas, com medo, sem procurar os atendimentos rotineiros para controle de saúde, e, com a restrição das visitas dos agentes de saúde nas casas, muitas famílias rurais ficaram completamente sem assistência à saúde. Encontrou-se também resistência de algumas pessoas para cumprir as medidas de segurança e aceitar as orientações da equipe de saúde, como relatou a Secretaria Municipal de Saúde de Berilo: “*Alguns afirmavam: aqui não tem coronavírus, aqui não tem pandemia*”.

Foram realizadas campanhas de vacinação pré-agendadas por localidades e faixas etárias para evitar aglomeração, deslocando profissionais de saúde, como enfermeiros, para a zona rural, evitando que a população rural precisasse ir até os centros urbanos. Com o estabelecimento temporário do trabalho em casa, os agentes de saúde faziam o acompanhamento de pacientes e conscientização da população por meio de ligações telefônicas periódicas. No entanto, algumas vezes realizavam visitas às famílias rurais sem entrar nas casas, mas nos quintais, em espaços abertos e respeitando o distanciamento recomendado.

Na comercialização, todos os municípios fecharam as feiras livres por períodos variados e suspenderam os transportes de feirantes para conter aglomerações. Porém, essas medidas causaram grande prejuízo no escoamento dos produtos da agricultura local para o abastecimento urbano. O secretário de agricultura de Medina ressaltou a importância da feira na aquisição de alimentos: “*praticamente na cidade não tinha outro meio de aquisição de hortaliças além da feira*”.

Assim, a suspensão do transporte público para feirantes, o principal meio de transporte para a maioria das famílias agricultoras vender nas feiras, impactou bastante as possibilidades de vendas. Com isso, somente os que dispunham de transporte próprio conseguiam trazer seus produtos para comercializar nas feiras, fazer entregas nos supermercados e para os programas

⁷ As ondas foram criadas para garantir a segurança dos trabalhadores, usuários dos serviços e a população de modo geral. As regras eram disposições específicas para enfrentamento da pandemia. A *onda verde* significava uma situação de recuperação que requeria menor restrição, mas, deve possuir regras de distanciamento e higiene; *onda amarela* indicava uma situação de alerta, que requeria distanciamento moderado; a *onda vermelha* tratava-se de uma situação que exigia cuidado e requeria significativo distanciamento social, podendo demandar cuidados adicionais e medidas mais restritas; a *onda roxa* era indicativo da necessidade de medidas excepcionais, para eventuais situações críticas, em que atividades não essenciais não funcionariam (MINAS GERAIS, 2021).

de compras institucionais, principalmente ligados ao programa da merenda escolar, como explicou o representante da Associação de Feirantes de Veredinha em 2020:

Os que tinham carro próprio traziam os produtos, faziam entregas nos supermercados, também entregavam na escola. Quer dizer, que as escolas não estão funcionando, então, foram feitas as cestas e entregando para os pais dos alunos, sabe? Agora não tendo aula, está entregando para os pais (...) que é o caso também que ajudou, entregou as verduras na escola (...) Então, aí a maioria dos agricultores [que tem carro] fez isso. (...) Eles vão, param o carro na rua e também vendem. (...) Está funcionando assim.

A paralisação das feiras e do transporte público de feirantes provocou a perda de renda para o agricultor que produzia, mas não conseguia vender. Ocasionalmente ocorreu perda na socialização e impacto na cultura e hábitos alimentares locais, principalmente para esses municípios caracterizados como rurais.

O fechamento das feiras e, conseqüentemente, a perda de renda dos agricultores feirantes culminou diretamente na redução do movimento dos comércios locais. Os agricultores feirantes, após as vendas nas feiras, aproveitavam e faziam compras em farmácias, supermercados, lojas, casas agropecuárias, dinamizando semanalmente a economia local (RIBEIRO *et al.*, 2013b). Ou seja, boa parte do ganho dos feirantes era gasto no próprio comércio urbano. De acordo com o presidente do STR de Itamarandiba (2020): “*Se a agricultura familiar não vende, não compra, é prejuízo para o comércio local*”.

A paralisação das compras institucionais nos primeiros meses da pandemia impactou fortemente a comercialização dos agricultores, parte deles perdeu a produção já colhida, afetando também a renda dessas famílias.

A dificuldade de acesso à internet nas comunidades rurais também foi apontada como prejudicial para as famílias agricultoras no enfrentamento da pandemia, dificultando o acesso à informação, conhecimento e a possibilidades de vendas virtuais.

Mas, comunidades e organizações de agricultores familiares, instituições governamentais e da sociedade civil desenvolveram estratégias para lidar com as restrições impostas pela pandemia.

Para amenizar a perda de vendas impostas pelos fechamentos da feira livre, os agricultores tiveram que comercializar de porta em porta, fazendo entregas em casas ou em pontos na rua. Porém, essas alternativas de comercialização tiveram alcance restrito, exigiam dispor de transporte próprio, já que o transporte público feirante também estava suspenso. Assim, associações ou grupos de agricultores se organizaram para conseguir partilhar custos de transporte, seja de combustível ou de aluguel. De acordo com a Secretaria Municipal de

Agricultura de Medina, “*quem tinha transporte colocava banca individual na rua principalmente para vender queijo e requeijão que não estocam por muito tempo*”.

Mas, na realidade enfrentada, boa parte das famílias não dispunha de alternativa de transporte e enfrentou grandes dificuldades para comercializar.

Foram adotadas estratégias de adaptação para o funcionamento das feiras livres na pandemia em boa parte das cidades. Na maior parte das localidades, os espaços do mercado funcionaram de forma parcial; fechavam por alguns dias na época de pico da pandemia, até porque a população ficava muito amedrontada, mas aos poucos iam reabrindo as feiras. Os consumidores também costumavam se dirigir mais cedo para a feira para evitar aglomeração, fazendo compras rapidamente, evitando levar crianças e idosos para esses espaços.

Outra alternativa utilizada foi a de transferir as barracas dos feirantes de dentro do espaço físico do mercado para avenidas e ruas, buscando locais abertos e mais arejados para reduzir aglomerações e não prejudicar a venda dos produtos pelas comunidades rurais.

O sistema de rodízio de feirantes foi outra das alternativas utilizadas para manter as feiras abertas. Este foi o caso de Itamarandiba. De acordo com o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais, o retorno da feira, quando permitido, ocorria em espaço aberto, na forma de rodízio, ou seja, ao invés da feira ocorrer uma vez na semana, como era o costume, passou a acontecer três vezes na semana, buscando evitar aglomeração de consumidores e de feirantes. A cada dia era permitida a participação de 30 famílias de feirantes, que dispunham as bancas com distância entre elas; era exigido o uso de máscara, higienização com álcool em gel e havia controle do número de consumidores para garantir o distanciamento. Assim, cerca de 100 feirantes podiam comercializar na semana, porém, o rodízio funcionava para aqueles que se locomoviam por transporte próprio. Mesmo com esse esforço para manutenção das feiras, observou-se que dois terços dos agricultores feirantes regulares ficaram sem possibilidade de comercializar nesse espaço ou só podiam participar esparsamente (CRUZ *et al.*, 2020).

Para a parcela da população que conseguiu acesso à internet, a veiculação virtual das informações foi relevante para superar algumas dificuldades de comercialização no espaço físico da feira, pois agricultores, assessorados por suas organizações, por instituições públicas e pela sociedade civil, se organizaram em grupos de WhatsApp, montaram anúncios individuais, organizaram sistema de feira virtual, comercialização virtual com entrega a domicílio. No município de Veredinha, por exemplo, o Sindicato de Trabalhadores Rurais avaliou que cerca de 30% das famílias agricultoras de sua base conseguiram comercializar seus produtos por meio das redes sociais.

Programas de compras institucionais, como o PNAE e o PAA, geridos por algumas prefeituras de forma proativa, se mostraram relevantes como alternativa para escoamento dos produtos da agricultura familiar e para apoiar a segurança da população urbana. Funcionaram por meio de cadastro de agricultores, contratação de entregas, com recurso sendo depositado diretamente na conta do agricultor, com fornecimento de alimentos para instituições municipais como asilos, hospitais e famílias em situação de vulnerabilidade econômica. Ações de parceria entre as secretarias municipais permitiram agilidade na execução dos programas de compra institucional que exigiam múltiplos conhecimentos e habilidades sobre o entendimento de questões relativas à assistência social a grupos vulneráveis, comunidades rurais e produção agrícola do município, perfil socioeconômico das famílias/alunos do sistema educacional municipal entre outros. Este foi o caso de Almenara, conforme relatou o representante da Secretaria Municipal de Agricultura em 2021:

Os programas sociais [PAA e PNAE] não parou (...) A gente acabou criando estratégias em parcerias com as outras Secretarias Municipais, (...) e o PNAE eles [Secretaria Municipal de Assistência Social] já tem o levantamento das famílias [alunos] que são mais carentes, e distribuía os kits de produtos da agricultura familiar (...). Não fechamos a Secretaria [de agricultura] em momento nenhum. Reabrimos o mercado, (...) as entregas online continuam, (...) começamos a trabalhar com os agricultores mais jovens (...) e nós conseguimos construir essa parceria com a Emater e com o IEF e estamos fazendo um bom trabalho até hoje.

Assim, pode-se observar que organizações de agricultores, públicas e da sociedade civil vinculadas ao meio rural do Vale do Jequitinhonha se mobilizaram de forma rápida, diante do cenário incerto, porém temeroso, e buscaram construir iniciativas locais e regionais de acesso à alimentação e organização da venda dos produtos da agricultura familiar, no sentido de cuidar da vida e da família, cuidar dos agricultores, ajudar aqueles com maior vulnerabilidade social e promover o acesso aos alimentos para a população mais fragilizada. E em todas as ações, o papel das políticas públicas foi essencial.

5. PRINCIPAIS PROGRAMAS PÚBLICOS VIGENTES DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 NO VALE DO JEQUITINHONHA

Ao investigar os desafios impostos pela pandemia para políticas e programas públicos voltados para a agricultura familiar no Jequitinhonha, se fez necessário compreender situações de enfrentamento, quais foram as alternativas públicas criadas para amenizar as condições de saúde, os prejuízos socioeconômicos e o acesso a alimentos e água, e, quais organizações coordenaram essas ações.

5.1 Principais programas públicos vinculados à agricultura familiar durante a pandemia

Durante os anos de 2020 e 2021, realizou-se, por meio de entrevistas com gestores públicos, agricultores familiares e representantes de organizações da sociedade civil dos municípios estudados, um levantamento dos principais programas públicos voltados para a agricultura familiar que tiveram relevância para lidar com as situações criadas pela pandemia da covid-19.

Foram encontrados 18 programas públicos, dos quais, oito eram coordenados pelos poderes públicos federal/ estadual/ municipal, oito coordenados por organizações da sociedade civil, e dois eram conduzidos em parceria entre empresas privadas e organizações da sociedade civil (Quadro 3).

Quadro 3 - Principais programas públicos voltados para a agricultura familiar na pandemia da covid-19 em 12 municípios do Vale do Jequitinhonha, 2020-2021

Políticas públicas	Coordenação/Gestão	Objetivo
PNAE	Federal/Estadual/ Municipal	Compor cestas básicas de verduras/frutas, com alimentos adquiridos da agricultura familiar, para distribuir para famílias de estudantes.
PAA	Federal/Estadual/ Municipal	Compor “cestas verdes” de verduras/frutas compradas da agricultura familiar e distribuir para famílias em situação de vulnerabilidade alimentar.

Vale Gás	Prefeitura Municipal de Carbonita	Ajuda de custo de R\$100,00 por família para compra de gás de cozinha; o programa durou aproximadamente 4 meses.
CRAS	Federal/Estadual/ Municipal	Montagem de cestas básicas com verduras/frutas compradas da agricultura familiar para serem distribuídas a famílias em situação de vulnerabilidade alimentar
PIS Mineiro (extraordinário para covid)	Governo estadual	Distribuição de cestas básicas ou apoio a pagamento de aluguel.
PAA municipal	Prefeitura Municipal de Turmalina	Compor “cestas verdes” de verduras/frutas compradas da agricultura familiar e distribuir para famílias em situação de vulnerabilidade alimentar.
Apoio à educação	Prefeitura Municipal de Itamarandiba	Aquisição de tablets para estudantes da zona rural, possibilitando realizar atividades escolares conduzidas de forma remota durante a suspensão das aulas presenciais.
Apoio às comunidades tradicionais (quilombolas)	Parceria Estado e sociedade civil (Defensoria Pública e CPT)	Disponibilizar alimentos por meio da doação de cestas básicas para famílias quilombolas no Vale do Jequitinhonha (Salto da Divisa, Felisburgo, Joáima, Almenara e Araçuaí, sendo os dois últimos municípios da pesquisa) em vulnerabilidade social devido à pandemia.
Apoio à alimentação	Parceria empresas e sociedade civil (Farmácia Indiana e Cáritas Diocesana de Araçuaí)	Proporcionar acesso à alimentação para famílias fragilizadas pela pandemia tanto no meio rural quanto no meio urbano em Araçuaí
Apoio à alimentação	Organizações da sociedade civil (CPT e MST)	Promover acesso à alimentação para famílias vulneráveis, junto à Pastoral da Criança, por meio da entrega de cestas básicas, no município de Almenara

Apoio à alimentação	Organização da sociedade civil (Legião da Boa Vontade)	Beneficiar famílias impactadas pelo novo coronavírus por meio da doação de cestas com alimentos não perecíveis, município de Araçuaí.
Apoio à alimentação e medida de prevenção	Parceira poder público e empresa (Prefeitura Municipal de Carbonita e SADA)	Prover alimentação para famílias de baixa renda por meio de distribuição de cestas básicas, bem como álcool em gel para higienização e prevenção ao coronavírus.
Apoio a medidas de prevenção	Parceira poder público e empresa (Prefeitura Municipal de Carbonita e ArcerlorMittal)	Disponibilizar material de higiene para famílias vulneráveis no município de Carbonita
Tempo de Cuidar	Organismo da CNBB (Cáritas Brasileira)	Proporcionar atenção e cuidado às famílias rurais e urbanas fragilizadas com a pandemia, por meio de entrega de cestas de alimentos e kit higiene, com compra de produtos da agricultura familiar e nos mercadinhos locais.
Programa um Milhão de cisternas rurais - PIMC	Organização da sociedade civil (Articulação do Semiárido Brasileiro)	Promover acesso à água para famílias agricultoras com a construção de cisternas de placa para armazenamento de água de chuva nos municípios de Almenara, Araçuaí, Berilo, Chapada do Norte e Medina.
Projeto Isolar Sem Ferir a Dignidade Humana	Organização da sociedade civil (Centro de Agricultura Vicente Nica - CAV)	Gerar renda para agricultores familiares por meio da compra de alimentos para serem distribuídos para famílias vulneráveis, hospitais e lar de idosos, em Turmalina, Chapada do Norte, Minas Novas e Veredinha, bem como compra e distribuição de insumos hospitalares.
Apoio à alimentação	Organização de sociedade civil (Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD)	Garantir alimento para as famílias atingidas pela pandemia por meio da distribuição de cestas com produtos alimentícios não perecíveis em Araçuaí.

Vale alimento	Organização da sociedade civil (PROSESC/ Carbonita)	Proporcionar autonomia das famílias em vulnerabilidade social durante a pandemia com a transferência mensal de R\$100,00 para compra de alimentos não perecíveis no comércio local, de junho a agosto/2020.
---------------	---	---

Fonte: Pesquisa de campo, 2020 e 2021.

Esses programas públicos contemplavam, principalmente, três naturezas de ações:

- (i) Políticas públicas para a agricultura familiar já existentes e que foram adaptadas ou flexibilizadas no contexto da pandemia. Por exemplo: PAA e PNAE;
- (ii) Programas públicos locais criados para amenizar os efeitos da pandemia sobre a população. Por exemplo: Vale Gás implantado em Carbonita para apoiar as famílias na aquisição de gás de cozinha por um período de alguns meses; o PAA municipal de Turmalina foi um programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar desenvolvido pela prefeitura, com recursos próprios, nos meses iniciais da pandemia; e apoio à educação rural organizado pela prefeitura de Itamarandiba por meio de distribuição de tablets para crianças e jovens rurais poderem acompanhar as aulas virtuais enquanto as escolas estavam fechadas.
- (iii) Projetos públicos coordenados por organizações da sociedade civil direcionados para o enfrentamento dos efeitos da pandemia, vinculados à saúde pública e acesso à alimentação. Por exemplo: Apoio à medida de prevenção em Carbonita, em que algumas empresas com sede no município fizeram doação de material de higiene e cestas básicas; o Projeto Isolar Sem Ferir a Dignidade Humana, de natureza regional, coordenado pelo CAV, com a compra de produtos da agricultura familiar e distribuição para famílias vulneráveis, hospitais e lar de idosos; o Projeto Tempo de Cuidar, coordenado pela Cáritas Brasileira, realizando a compra de alimentos da agricultura familiar e comércio local com distribuição de cestas e kit higiene nas zonas rural e urbana.

O levantamento indicou uma articulação de programas, projetos e ações públicas nos municípios pesquisados que ocorreram em intensidades diferentes, mas apontaram para dois

aspectos muito importantes. Um, a existência de uma sociedade civil organizada no território⁸, que agiu rapidamente atuando diretamente na captação de recursos para desenvolver atividades ou distribuir alimentos e kits de saúde, ou atuando como referência para executar recursos repassados por empresas (SANTOS, 2017; ASSIS *et al.*, 2007). Outro, para a relevância na gestão municipal no enfrentamento da pandemia; as prefeituras foram um dos primeiros e principais locais acionados pela população na situação de crise sanitária. As gestões municipais mais proativas conseguiram reorganizar ou criar projetos públicos para enfrentar as situações pandêmicas.

Dentre os programas públicos já existentes que se destacaram como as principais ações voltadas para a agricultura familiar na situação da pandemia incluem-se o PNAE e o PAA, ambos coordenados pelos poderes públicos federais/ estaduais e municipais. Mas também foram identificados projetos públicos de caráter regional, coordenados pela sociedade civil, que se mostraram muito relevantes para a agricultura familiar, como “Tempo de Cuidar” e “Isolar sem ferir a dignidade humana”; e projetos de natureza municipal, como compra de alimentos diretamente da agricultura familiar, em Turmalina, para compor cestas com verduras e frutas destinadas a famílias em situação de insegurança alimentar, bem como um de apoio à alimentação, vinculado ao MST, com a realização de uma feira solidária na praça central de Almenara promovida por assentamentos e acampamentos de reforma agrária com apoio da CPT, para doar cestas básicas a famílias vulneráveis, pré-cadastradas, em parceria com a Pastoral da Criança. Em Araçuaí houve distribuição de cestas básicas por meio de parceria entre a Farmácia Indiana e Cáritas Diocesana de Araçuaí, que foram importantes na crise sanitária, buscando uma resposta local para o acesso a alimentos.

O conjunto de iniciativas públicas pautadas pela inclusão social revelaram sua colaboração no Vale do Jequitinhonha, atendendo demandas do rural e do urbano, engrossando o caldo de alternativas construídas para a superação dos estragos sociais provocados pela pandemia. Representaram, para as populações rurais, um amparo econômico proporcionado pela comercialização segura, instituídos tanto pela flexibilização dos programas de compras institucionais quanto pela ação de organizações não governamentais.

Os programas públicos voltados à agricultura familiar na pandemia da covid-19 que mais se destacaram no período de 2020 a 2022 foram foco de uma análise mais detalhada a seguir.

⁸ No Vale do Jequitinhonha, há um conjunto de organizações sociais historicamente consolidadas na região e, parte das vezes, constituídas a partir de princípios emancipatórios, na busca por direitos humanos, condições dignas de vida e por respeito à natureza. Ver Ribeiro (2007a); Galizoni (2013).

5.1.1 Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

O PNAE é um programa governamental que remonta à década de 1950, inicialmente designado como Programa Nacional da Merenda Escolar. Em 1979 ocorreu a mudança definitiva da terminologia para Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Porém, um grande avanço para o programa ocorreu em 2009, com a Lei 11.947, que, além da preocupação com as necessidades nutricionais, incentiva a formação de hábitos alimentares saudáveis, respeitando os costumes alimentares locais e a diversidade cultural. Outro avanço importante trazido pela Lei 11.947 foi a obrigatoriedade da compra de produtos advindos da agricultura familiar, favorecendo a economia local, estimulando a produção e ingestão de alimentos frescos, beneficiando tanto os estudantes quanto as famílias de agricultores locais (SANTOS; MENEZES, 2019).

Apesar de nuances locais, o PNAE teve um papel relevante na pandemia da covid-19 em todos os municípios estudados do Vale do Jequitinhonha.

Em todas as localidades, seguindo diretrizes do Ministério da Saúde, da educação e das secretarias estaduais, uma das primeiras medidas adotadas na pandemia foi o fechamento das escolas. Mas, mesmo antes do fechamento oficial das escolas, diversas famílias já não levavam os filhos ao colégio por medo do contágio. O fechamento das unidades educacionais gerou preocupações para a comunidade escolar, tanto do ponto de vista do aprendizado quanto do ponto de vista do direito à alimentação. Assim, uma das principais inquietações foi como lidar com a situação de insegurança alimentar e nutricional dos estudantes, pois, para uma boa parte deles, as refeições oferecidas nas escolas eram fundamentais para assegurar a dieta diária das crianças e jovens.

Adicionalmente, havia a questão dos agricultores familiares que vendiam seus produtos para a escola e já estavam com a produção programada para entregar. Nesse sentido, o PNAE se consolidou como um importante canal institucional de compras da agricultura familiar do Jequitinhonha, estreitando laços comunitários, organizações e fomentando geração de renda das famílias (SANTOS, 2017).

Assim, a comunidade escolar começou a pressionar os poderes públicos para, mesmo com o fechamento das escolas, liberar o recurso disponível para compra dos produtos para suprimento alimentar dos estudantes e suas famílias. A população também pressionou os estados e municípios na intenção de buscar formas de adequar o uso do recurso do PNAE para o contexto de distanciamento social provocado pela pandemia.

A solução encontrada foi a flexibilização da lei durante o período de suspensão das aulas, em razão da pandemia, possibilitando que a distribuição dos alimentos adquiridos com recursos do PNAE pudesse ser feita diretamente aos pais ou responsáveis pelos estudantes das escolas públicas de educação básica. Nesse sentido, foi sancionada a Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020 (BRASIL, 2020c), que

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica.

Desse modo, abriu-se a possibilidade para que os recursos do PNAE pudessem ser utilizados para formação de cestas de alimentos para os estudantes consumirem em casa com sua família. Nos municípios, a operacionalização do PNAE adaptada a essa nova conjuntura de pandemia ocorreu de uma forma diversificada, sendo que alguns municípios, como Almenara, Araçuaí, Turmalina e Carbonita foram mais proativos. De acordo com relato da Secretaria de Agricultura de Turmalina em 2020: *“a prefeitura fazia compra direta do produtor, era oitenta e seis mil reais para 36 agricultores que entregavam os produtos toda semana, para poder fazer a cesta verde, que tinha farinha, feijão abóbora e verdura”*.

A cesta verde foi a denominação dada à proporção de alimentos adquiridos da agricultura familiar local, no mínimo 30% conforme legislação, que compunham a cesta básica que seria entregue para as famílias dos estudantes de escola pública. Os demais produtos da cesta básica, arroz, óleo, café etc. eram adquiridos em supermercados.

Em Almenara, a Secretaria Municipal de Agricultura relatou que, em 2021, *“as compras de produtos do PAA e PNAE não pararam de funcionar, sempre batia 100% da meta”*, ou seja, atingiam ou ultrapassavam a porcentagem obrigatória de compra dos produtos da agricultura familiar.

Sobre essa agilidade municipal diante da situação pandêmica, um agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) relatou, em 2021, que

Os programas de compra de alimentos não pararam em Almenara, pois ficou trabalhando com recursos restantes de 2019; não teve interrupção nas compras (...) O Estado demorou a autorizar as escolas a adquirir os produtos para entregar direto na casa, pois ficaram esperando a decisão do Estado, da superintendência, enfim, demorou..., mas as escolas municipais começaram antes porque o município começou a tomar decisão primeiro, agiu mais rápido.

Alguns municípios, como Medina e Leme do Prado, foram menos proativos nas tomadas de decisões, pois ficaram aguardando orientações do Estado sem definir diretrizes e ações

municipais. Nessas localidades, houve uma janela maior de interrupções nas compras pelo PNAE e, conseqüentemente, na distribuição de alimentos para os estudantes e suas famílias.

Na Tabela 6 é possível visualizar os valores repassados pelo PNAE para os municípios nos anos mais críticos da pandemia, de 2020 a 2021. Ao se comparar esse período com o ano de 2019, anterior à pandemia, percebeu-se que, para quase todos os municípios, com exceção de Araçuaí, Ponto dos Volantes e Veredinha, ocorreu um aumento variado do valor repassado. De modo geral, notou-se também que em 2021 houve redução dos recursos repassados pelo PNAE. Os municípios de Almenara e Itamarandiba foram os que receberam maior valor em 2020 e 2021, estando esses municípios entre os mais populosos da amostra pesquisada.

Tabela 6 - Recursos (R\$) do PNAE destinados aos municípios da pesquisa entre 2019 e 2021

Município/Ano	2019	2020	2021	Total 2020/2021
Almenara	439.614,00	478.808,00	465.687,20	944.495,20
Araçuaí	271.922,04	265.065,24	250.594,52	515.659,76
Berilo	69.320,00	71.390,00	70.899,40	142.289,40
Carbonita	112.298,00	122.883,20	121.816,20	244.699,40
Chapada do Norte	130.990,00	131.698,60	110.413,60	242.112,20
Itamarandiba	366.600,00	441.084,60	424.032,40	865.117,00
Leme do Prado	76.362,00	76.742,60	77.763,40	154.506,00
Medina	146.906,00	149.595,60	152.433,60	302.029,20
Minas Novas	211.480,00	228.274,20	217.280,80	445.555,00
Ponto dos Volantes	276.766,00	192.049,00	186.289,40	378.338,40
Turmalina	199.510,00	216.310,60	214.310,80	430.621,40
Veredinha	112.952,00	98.524,80	99.013,20	197.538,00
Total	2.416.739,04	2.474.446,44	2.392.555,52	

Fonte: FNDE, [s. d.] b.

As Secretarias Municipais tiveram que montar logísticas para receber os alimentos dos agricultores e entregá-los para os estudantes, de maneira que não ferissem as medidas de distanciamento social. Como relatou a Secretaria Municipal de Agricultura de Almenara, em 2021:

Para o PNAE (...) a gente conseguiu fazer o isolamento social, fazendo entrega domiciliar [entrega da cesta de alimentos nas casas dos alunos] (...) A gente conseguiu fazer o espaçamento [na recepção dos produtos] em uma garagem que a gente tem para poder receber os agricultores. Não pode parar porque não podia deixar eles [os agricultores] na mão; eles têm que vender e a gente precisava também atender os alunos e as famílias aqui de Almenara.

Na maior parte das localidades, as escolas e prefeituras fizeram um mapeamento e o reconhecimento da situação econômica e social dos núcleos familiares dos estudantes, uma espécie de triagem, visando potencializar o programa no atendimento daqueles com situação mais fragilizada, tanto no urbano quanto no rural, amenizando condições de insegurança alimentar, reforçando, dessa forma, a relevância da continuidade dos programas. Esse tipo de ação foi exposto por uma das secretarias municipais de educação pesquisada:

Nós conseguimos atender quase todas as famílias. É lógico que o governo e a lei dizem que a distribuição é para todos os alunos. Vou dar um exemplo: eu tinha uma filha lá [na escola pública], eu não acho justo eu receber, eu não queria receber, sendo que tem uma família mais necessitada. Então, a gente vai dar prioridade para famílias mais necessitadas. Visitamos muitas famílias aqui, com todos os cuidados, e apoio da assistência social [da Secretaria Municipal]. A gente via que essas famílias tinham que receber toda vez que a cesta era distribuída, se estava passando por dificuldades. Já tinham famílias que não, pois já tinha um salário melhor. (...) Na zona rural eu cheguei a ir em todas as casas, de todos os alunos, de todas as comunidades. Então a gente já sabia se aquele aluno tinha mais dificuldade ou não.

O conjunto de adequações também refletiu na participação dos agricultores para entregar produtos para montar os kits de alimentação escolar, uma vez que nem todos possuíam transporte próprio e dependiam de linhas de ônibus ou transporte de feirante para conduzir os produtos até a cidade (RIBEIRO *et al.*, 2013b; AYRES *et al.*, 2022). Entretanto, é bom lembrar que mesmo nas localidades onde havia esse transporte público, ele foi suspenso com o avanço da pandemia e o fechamento das feiras livres.

Essa dificuldade foi explicada por uma das associações de feirantes pesquisada.

Assim, no caso teve um pouco de dificuldade porque para maioria dos agricultores a prefeitura dispõe do carro para fazer o transporte, mas por causa da pandemia, não estava tendo mais o carro para trazer os alimentos e aí foi cortada também a feira. Os que tinham o carro próprio trazia, fazia entrega nos supermercados, outros fizeram também entrega na escola, que é o caso também que ajudou também essa parte aí. Fez as malas e entregou as verduras na escola [funcionários recebiam para levar para as famílias]. Está funcionando assim.

Esse impacto também foi confirmado por outra associação de feirantes quando o representante menciona que “o transporte era por conta própria, cada um fazia o transporte dele. A associação [de feirantes] não tem condições e nem a prefeitura arca com o transporte aqui (...), então cada um faz por conta”. Contudo, a parceria entre os agricultores para transportar os produtos também foi relatada por um representante de Sindicato de Trabalhadores Rurais pesquisado quando explicou que “só vendiam aqueles que tinham transporte próprio ou pegavam carona, só cerca de 20% a 30% do total dos agricultores conseguiram vender”.

No período em que ocorreu a interrupção das atividades escolares, prefeituras e escolas estaduais se mobilizaram para a continuidade na operacionalização do PNAE de forma adaptada

à realidade imposta pela pandemia. Nesse sentido, o programa, ao se ajustar à situação pandêmica, foi muito importante na busca por garantir a segurança alimentar da população, não ficando restrito à alimentação do estudante na escola, mas conseguiu apoiar a dieta do núcleo familiar. E, ao mesmo tempo, apoiar a atividade econômica de parte dos agricultores familiares; principalmente diante do fechamento temporário das feiras livres, se revelou um importante canal de comercialização local (RIBEIRO *et al.*, 2013b).

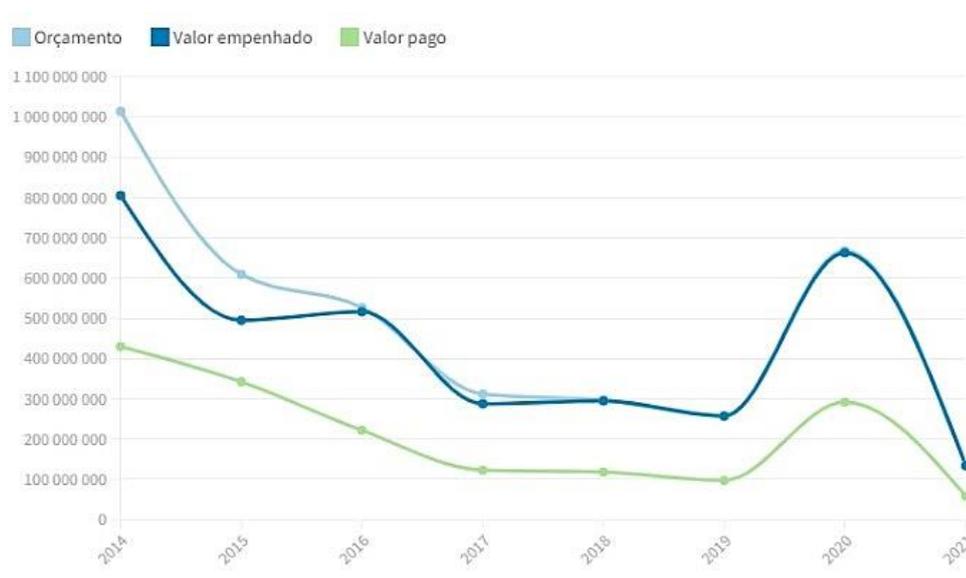
5.1.2 Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) surgiu em 2003, vinculado ao programa Fome Zero, buscando apoiar a produção de alimentos por agricultores familiares, fortalecer o acesso à alimentação, a geração de renda, desenvolvendo mercados institucionais para produção agrícola familiar, ampliar estoques de alimentos e promover a segurança alimentar e nutricional do país (BRASIL, 2003; PAULA, KAMIMURA E SILVA, 2014).

Entretanto, segundo Perin *et al.* (2021), alguns desafios verificados pelos agricultores fornecedores, como pouca informação da operacionalização, burocracia para acessar o programa, infraestrutura local e logística, deficiência ou ausência de assistência técnica, limite de compra, atraso nos pagamentos, preço baixo e descontinuidade do programa, entre outros, podiam afetar a intensidade e execução do programa.

Na Figura 7, pode-se visualizar como o recurso destinado ao PAA foi se comportando ao longo dos anos, e notar as restrições contínuas de 2014 a 2019, período em que a redução orçamentária foi de 77,3%. Em 2020, a situação não foi pior, pois o orçamento do PAA recebeu incremento financeiro com recursos vinculados à pandemia, graças à pressão da sociedade civil, porém, com posterior redução em 2021 (ALVES e RÉGIS, 2022).

Figura 7 - Volume de recursos destinados para o PAA de 2014 a 2021 para todos os municípios brasileiros



Fonte: Alves e Régis, 2022.

A queda de recursos para o programa PAA, comprometendo sua operacionalização também foi verificada nos municípios pesquisados, conforme conta representante da Câmara Municipal de Medina.

As compras do PAA em 2020... se teve foi muito pouco. Não houve compra dos produtos de agricultura familiar. Em 2021 teve um edital para compra de produtos da agricultura familiar com redução de valores para quase metade. E a justificativa da redução é que que seria comprado mais produtos no segundo semestre, o que ainda não aconteceu.

Por outro lado, alguns municípios criaram estratégias em parceria com outras Secretarias Municipais, evitando a paralisação do programa, como explica a Secretaria Municipal de Agricultura de Almenara, em 2021:

A gente precisava atender as famílias aqui de Almenara. A gente acabou criando estratégias em parcerias com as outras secretarias. Por exemplo no PAA. Nós criamos parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social, porque ao invés de entregar para os projetos sociais que estava com as portas fechadas nós passamos a entregar para o social [Secretaria Municipal de Assistência Social]. E o social pegava as famílias carente do Cad único, transformou esses produtos em cestas básicas e foram distribuindo para as famílias por etapas, por bairros, alguns agentes levavam em casa, outros vinha aqui na Secretaria. A gente transferiu essa responsabilidade levando em consideração que eles [Secretaria Municipal de Assistência Social] já tem o cadastro das famílias(...).

Pode-se observar, no caso do PAA, que este programa público que articulava segurança alimentar e nutricional com a produção da agricultura familiar, desvalorizado pela gestão

federal e estadual vigente no período da pandemia, mostrou sua força para enfrentar as situações de insegurança alimentar na crise sanitária da covid-19. Reativado durante a pandemia, foi um instrumento importante nos municípios estudados para assegurar alimentos para as famílias vulneráveis e apoiar o escoamento de produtos locais, principalmente aqueles produzidos pela agricultura familiar.

5.1.3 Cisternas de captação de água de chuva

Os programas P1MC (Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido) e P1+2 (Programa Uma Terra e Duas Águas) estão vinculados à ideia de captação da água tanto para consumo doméstico e dessedentação de animais, quanto para incremento de atividades de produção agrícola, visando promover condições dignas para populações rurais que vivem em regiões semiáridas.

São programas que buscam a autonomia com relação à disponibilidade de água, que é essencial para estabelecimento e prosperidade das famílias que vivem no campo no Semiárido brasileiro. Com as restrições impostas pela pandemia e maior atenção com relação aos cuidados com higiene humana e higienização dos alimentos, a água se tornou um recurso ainda mais precioso.

No Vale do Jequitinhonha, esses programas têm contribuído no processo organizativo das comunidades rurais, sendo considerada uma experiência bastante rica de fornecimento de água e estímulo à discussão de alternativas de convivência com o semiárido, contribuindo para a autonomia e capacidade de reserva hídrica para as famílias (SILVA *et al.*, 2020; ASSIS, 2013).

No grupo familiar, as mulheres são as que mais se sentem contempladas com programas de captação de água da chuva, como relatado em 2021 por membro da CPT, instituição que participa na execução do projeto no Vale do Jequitinhonha.

O programa teve um efeito positivo principalmente para as mulheres; elas são as que mais sofrem com essa questão [escassez de água], sobra principalmente para as mulheres essa questão do abastecimento doméstico. Ia na fonte buscar água na cabeça e hoje tem uma autonomia, não só da questão de ter a água, mas o tempo que ela tinha que ir buscar e hoje certamente estar sendo destinado para outra finalidade.

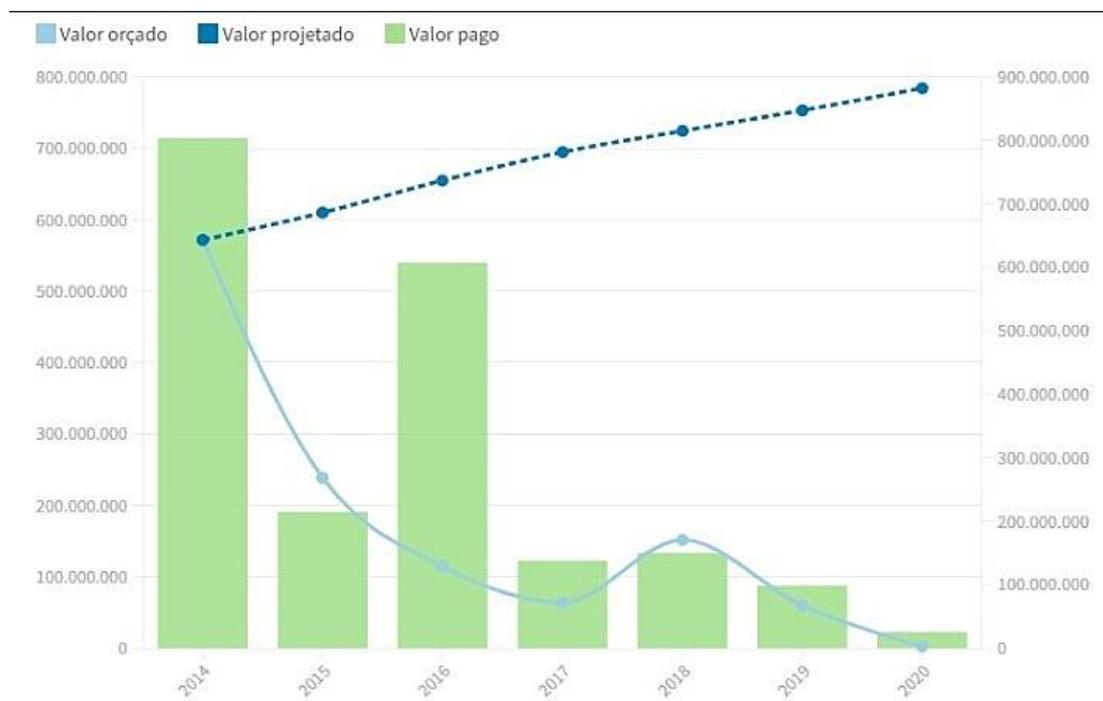
De acordo com a Articulação do Semiárido Brasileiro, fórum de organização executor desses programas, entre 2000 e 2020 foram construídas no Semiárido brasileiro 1,1 milhão de cisternas de captação de água de chuva para consumo humano, aumentando a capacidade de armazenamento de água da chuva pelas famílias, que passam a dispor de água, sem necessidade

de deslocar grandes distâncias. No P1+2 foram construídos 104.113 reservatórios, ampliando significativamente o estoque de água das famílias, comunidades rurais e populações tradicionais para plantios e criação de animais, promovendo a soberania e a segurança alimentar das famílias agricultoras (ASA, [s. d.]).

Ter as cisternas construídas proporcionou certo conforto para as famílias agricultoras no acesso à água, pois tinham a possibilidade ampliada de armazená-la.

Mesmo com todos os aspectos positivos, o número de cisternas construídas no país desabou em 2020 e alcançou o menor patamar desde a sua criação pelo governo federal. Os recursos destinados para 2020 tiveram um corte de 73% se comparado com o ano anterior, 2019. Ao compararmos os montantes destinados ao programa em 2014 com os recursos destinados em 2020, notou-se um corte mais drástico, quase que letal, de 96,8% no orçamento, em seis anos. O programa de cisternas já recebeu vários prêmios internacionais pela sua relevância social (MADEIRO, 2021; ALVES e RÉGIS, 2022). Na Figura 8 é possível acompanhar o volume de recursos destinados para o programa entre 2003 e 2019.

Figura 8 - Volume de recursos destinados para construção de cisterna de armazenamento de água de chuvas no Brasil



Fonte: Alves; Régis, 2022.

A situação pandêmica fez com que pessoas se deslocassem para a zona rural, buscando se isolar da contaminação pelo vírus, gerando, contudo, maior demanda pelo consumo de água.

E, nesse sentido, os programas de convivência com o semiárido foram importantes para o bem-estar dessas famílias. De acordo com um representante da CPT,

Essa década de 2010 a 2019 teve momentos críticos no município como nunca tinha tido antes (...). Esse período, essa década, foi muito ruim; muitas nascentes secaram e houve uma demanda [por água] muito grande. Mas, felizmente, em 2020 as comunidades não tiveram muita dificuldade de abastecimento de água. E tem aquelas comunidades do município com muita gente que está voltando para o campo, e, na pandemia, parte do tempo passaram lá [zona rural], muita gente usou essa estratégia (...) Então essas comunidades tinha água nas caixas para beber, então foi programas [P1MC e P1+2] que ajudou a salvar o povo na zona rural na pandemia, pois eu penso que ajudou viu!

Contudo, se os programas promoveram um aumento da capacidade de armazenamento de água, havia a questão do acesso à água para estocá-la. A pesquisa indicou que houve várias situações de sobrecarga por demanda de água na pandemia, em que as prefeituras tiveram que intensificar programas convencionais de abastecimento de água por meio de caminhão pipa. Esse foi o caso de Medina que já enfrentava dificuldades com abastecimento de água anterior à pandemia, e que declarou dispor de apenas um caminhão pipa para atender todas as demandas, precisando buscar água no município vizinho de Itaobim, fazendo duas viagens por dia para obter 13.000 litros de água e distribuir 500 litros por família nas comunidades.

Essas situações que já eram corriqueiras, na pandemia foram agravadas. Muitas pessoas, sejam da sede do município ou migrantes de retorno, se deslocaram para as comunidades rurais buscando um refúgio para manter distanciamento social ou para se recolher na teia de seguridade das relações de parentesco (GALIZONI *et al.*, 2021). E em todas essas situações, a demanda por água aumentou, pois além do acesso à água para consumo humano, também houve muitas solicitações de água para reforma ou construção de moradias.

Assim, o abastecimento por meio de caminhão pipa durante o período da pandemia foi utilizado fortemente por quase todos os municípios estudados, como em Minas Novas, Araçuaí e Chapada do Norte. Em Berilo, até os carregamentos de água pelos caminhões pipas nas chamadas *ondas roxas* foram interrompidos. E nessas situações, os reservatórios do P1MC e do P1+2 foram muito importantes, e suas águas minimamente compartilhadas entre as famílias.

Essa situação pouco inovadora para lidar com a escassez de água em municípios do Jequitinhonha mineiro, tratada sempre como emergencial, sendo atenuada por meio do caminhão pipa, foi relatada por representante de organização não governamental.

As dificuldades, elas continuam as mesmas, não muda muita coisa não. Essas premissas da água... às vezes a gente discute muito a política da água, principalmente do abastecimento, mas, na hora de canalizar as ações no orçamento não tem muita prioridade para essa ação não. A gente ainda continua na premissa do carro pipa, e

tem tido muito essa demanda. A visão de parte de alguns estadistas, do poder público, de que às vezes a solução ainda é um poço artesiano... E não focar na questão da convivência. Então, assim tem toda essa situação; e tem um agravante, porque nós estamos perdendo um campo de luta, que é essa situação da convivência com o semiárido (...). A demanda principal que eu vejo na narrativa do agricultor quando você chega na comunidade é água (...) Apesar de a todo momento a gente está reunindo com o estado e estamos propondo isso [políticas de convivência com o semiárido], mas parece que a comunidade também está meio que iludida com o atendimento do carro pipa... Então parece que a gente vê uma inércia né?

Percebe-se que os programas para convivência com o semiárido se mostraram importantes também na pandemia, principalmente porque dispuseram condições de captação e armazenamento de água para as famílias.

Entretanto, apesar do acesso à água ser uma premissa essencial para a manutenção da saúde, principalmente na situação de crise sanitária enfrentada, em que o cuidado com a higiene pessoal era uma medida importante para evitar a contaminação, a pesquisa revelou que esse foi um tema pouco priorizado. Não se encontrou nenhuma ação específica para abastecimento de água, de segurança hídrica para a população rural durante a pandemia. Na maior parte das vezes, optou-se pela manutenção do abastecimento via caminhões pipas, que não sofreu nenhum ajuste na pandemia, isto é, uma alternativa precária, que não cria segurança hídrica (GALIZONI *et al.*, 2021).

5.1.4 Projeto Tempo de Cuidar

A ação solidária emergencial “É Tempo de Cuidar”, foi uma iniciativa da Cáritas Brasileira e da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Lançada em 12 de abril de 2020, no contexto da pandemia da covid-19, teve por objetivos apoiar os mais vulneráveis e fortalecer a solidariedade fraterna nas igrejas do Brasil. A continuidade do projeto em 2021, considerada como a segunda fase dessa ação, foi evidenciada pelo agravamento da pandemia e ainda pelo fato de que o Brasil voltou ao Mapa da Fome em 2020 (CÁRITAS BRASILEIRA, 2021).

Esse projeto, apoiado pela Fundação Banco do Brasil, abrangeu famílias nas cidades e no campo, e visou a compra de alimentos e materiais de higiene para serem entregues às pessoas em vulnerabilidade social. A Cáritas Brasileira foi a organização responsável por sistematizar e monitorar os dados da campanha nacional. Em 2020, a campanha atingiu a marca de 5,9 mil toneladas de alimentos e arrecadou quatro milhões e meio de reais, que foram revertidos em 718 mil marmitas (quentinhas), na distribuição de 718 mil unidades de roupas e calçados, 412

mil kits de higiene e 414 mil equipamentos de proteção individual (CÁRITAS BRASILEIRA, 2021),

No Vale do Jequitinhonha, as ações do projeto “É Tempo de Cuidar” foram coordenadas pela Cáritas Diocesana de Araçuaí, em parceria com outras organizações da sociedade civil, em 11 municípios do Alto e Médio Jequitinhonha: Araçuaí, Berilo, Chapada do Norte, Itinga, Virgem da Lapa, Turmalina, Veredinha, Caraí, Itaobim, Medina e Minas Novas (CÁRITAS BRASILEIRA, 2020). O projeto funcionou no período de junho a julho de 2020.

De acordo com representante da Cáritas Diocesana de Araçuaí, o projeto seguia certas premissas:

Nessa dinâmica de cuidar da vida, lógico que tinha primeiro a questão de lidar com o vírus, as formas de não se contaminar. Depois também cuidar dessas famílias, principalmente, os agricultores e agricultoras que estão em um estado de vulnerabilidade social que não vai ter mais acesso à renda; a renda vai ser interrompida.

Pelo caráter regional desse projeto e a necessidade de agilizar as ações para que as famílias fossem atendidas mais rápido, a Cáritas organizou um trabalho em rede, fortalecendo e firmando parceria com instituições que atuavam nos municípios do projeto. No Alto e Médio Jequitinhonha, a Cáritas contou com apoio do CAV (Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica), sindicatos de trabalhadores rurais, paróquias e grupo de voluntariados da campanha da fraternidade, EMATER, secretarias municipais de agricultura, secretarias municipais de assistência social, associações comunitárias, associações quilombolas, associações de feirantes.

Os agricultores feirantes se destacaram no andamento do projeto, pois foram os principais fornecedores de alimentos para a composição da cesta básica a ser distribuída pelo projeto, fornecendo produtos importantes para a dieta local, que respeitavam os hábitos alimentares regionais. Outro aspecto relevante é que o projeto envolveu um leque de agricultores familiares que ia além dos que já entregavam para os mercados institucionais, conforme relatou, em 2021, representante da Cáritas:

Tem muitos agricultores feirantes participando (...) Em Caraí eu diria que foi um município que a gente teve um êxito (...). Eu avalio que foi o município que a gente trabalhou, de certa forma, com muita riqueza. Porque lá participou foi a maioria dos agricultores que não tinham acesso à entrega das compras direta que existem no município. Lá, foi mesmo só feirantes. Em Araçuaí teve agricultor que já entrega aqui pro município. Em Berilo também teve agricultores que eram feirantes. Turmalina os agricultores participaram a maioria são feirantes. Virgem da Lapa: feirantes, mas aqueles agricultores que às vezes já estava na linha da entrega da compra direta. Ou pra escola (PNAE) ou até para o próprio município para dar para as associações, asilos (PAA) e tal. Em Medina foi a maioria feirantes também.

O projeto executou no Jequitinhonha um orçamento de R\$ 157.800,00 na compra de produtos, montando cestas básicas de alimentos e alguns produtos de higiene, conseguindo atender 1.350 famílias entre rurais e urbanas. As compras eram realizadas em cada município, de modo a apoiar agricultores e comércios locais. Foram adquiridos produtos principalmente da agricultura familiar, como feijão, ovos de galinha caipira, farinha, abóbora, mamão verde, mandioca, quiabo, entre outros. Entre os itens de higiene e material de limpeza, foi possível adquirir sabão em barra produzido por agricultores familiares. Dessa forma, a cesta distribuída foi composta com mais de 50% de produtos oriundos da agricultura de base familiar, com pagamento direto para o agricultor/a. Outros produtos, não produzidos regionalmente, como arroz, açúcar, sal e óleo, foram adquiridos de mercadinhos locais.

5.1.5 Projeto Isolar Sem Ferir a Dignidade Humana

Diante da insegurança sanitária e alimentar gerada pela situação pandêmica, o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) e a instituição suíça Vivamos Mejor⁹ elaboraram uma parceria que contribuísse com a segurança alimentar de comunidades do Vale do Jequitinhonha. Foi assim que surgiu o projeto emergencial “Em tempos de pandemia: Isolar Sem Ferir a Dignidade Humana”. Seu objetivo foi apoiar famílias que se encontravam em situação de vulnerabilidade social, distribuindo cestas básicas para as famílias em situação de insegurança alimentar, mas também para hospitais e casas lar de idosos. Para tanto, privilegiaram comprar alimentos produzidos pela agricultura familiar que, nos oito meses de duração do projeto, realizaram entregas semanais de produtos.

O projeto foi fruto da experiência do CAV com a agricultura familiar e do aspecto colaborativo das entidades públicas que uniram esforços na construção da proposta, atingindo, dessa forma, um caráter regional. O projeto contemplou quatro municípios: Turmalina, Veredinha, Minas Novas e Chapada do Norte; conseguiu atender inicialmente 510 famílias em situação de vulnerabilidade social – posteriormente esse número foi ampliado para 620 famílias – com cestas de alimentos adquiridos de agricultores familiares e do comércio local, sendo cada cesta distribuída avaliada na época em R\$130,00. O projeto proporcionou cerca de R\$ 300.000,00 em receita para os agricultores familiares durante sua vigência, de maio até

⁹ A Vivamos Mejor é uma organização sem fins lucrativos com sede na Suíça, com foco em ações de desenvolvimento humano, apoio a comunidades marginalizadas, nas criações de oportunidades de participação social, educação e geração de renda; mas também presta ajuda humanitária em situações catastróficas nas áreas onde executa os projetos (VIVAMOS MEJOR, 2021).

dezembro de 2021, consolidando a entrega de 4.080 cestas básicas, comprando regularmente produtos de cerca de 100 famílias de agricultores (GALIZONI *et al.*, 2021; SANTANNA, 2021).

Para um gestor do CAV, essas ações se justificam porque *“a fome não é um mito, mas uma realidade, e quando as famílias não recebem apoio do governo federal elas vão procurar o poder público municipal”*. Dessa forma, a atuação institucional do CAV, agregando nessa iniciativa entidades públicas e privadas, consolidou a arquitetura de funcionamento do projeto. De acordo com um representante da prefeitura de Veredinha:

O CAV lançou um programa que realmente vai atender a todos, combatendo a questão das dificuldades sociais, da fome, mas ao mesmo tempo está dando condições para que outras pessoas sobrevivam através do seu trabalho, ajudando o comércio local, fomentando a venda, e também os agricultores familiares, isso é muito importante (SANTANNA, 2021).

Aspectos também destacados pelo representante da prefeitura de Chapada do Norte,

Sabemos que não é uma solução definitiva, mas vai amenizar os problemas das famílias, principalmente as mais vulneráveis (...) esse projeto também é importante pois vai trazer uma pujança socioeconômica especialmente na aquisição dos produtos da Agricultura Familiar, vai proporcionar geração de renda para aquelas famílias produtoras e um movimento melhor no nosso comércio. (SANTANNA, 2021)

O projeto “Isolar Sem Ferir a Dignidade Humana”, em parceria com os conselhos municipais de saúde e assistência social, fomentou a aquisição de insumos para os hospitais de Turmalina e Minas Novas, que fornecem atendimento regional, por meio de contribuições mensais que possibilitaram aos hospitais um total de 160 mil em compras. Segundo o entendimento de um representante do CAV *“é uma contribuição que não contempla todas as necessidades, mas é efetiva”*. (GALIZONI *et al.*, 2021; SANTANNA, 2021).

Para a operacionalização do projeto, o CAV e parceiros criaram um canal de comercialização que estimulou o agricultor a produzir, realizando regularmente a compra de produtos de cerca de 100 famílias de agricultores. A logística de compra estabelecida possibilitou o escoamento da produção, uma vez que, na pandemia, os agricultores familiares perderam espaços importantes de comercialização como as feiras livres. Conforme explicou um técnico do CAV,

Se tem mercado ele vai produzir (...) O projeto representou uma garantia, uma base sólida para a família, encorajou o agricultor a produzir, pensar uma produção para além do projeto porque ele tem que investir minimamente para produzir e o projeto dá a garantia mínima de escoamento

da produção (...) É dinheiro certo que vai direto para o agricultor, sem intermediário.

Coordenando as etapas do projeto, a equipe do CAV articulou o estabelecimento de parcerias municipais com os poderes executivos locais, assumiu a mobilização social nos conselhos municipais e associação de agricultores; organizou a compra dos produtos oriundos da agricultura familiar, bem como de supermercados; montou as cestas básicas, sendo mais de 50% compostas por produtos da agricultura local, como frutas, hortaliças, ovos caipira, feijão, farinha de milho, farinha de mandioca, entre outros; e apoiou a distribuição dos alimentos para as famílias fragilizadas pela pandemia.

O mapeamento e a organização das famílias que receberiam as cestas de alimentos foram realizados pelos conselhos municipais e instituições de assistência social dos municípios envolvidos com base em cruzamento de informações de cadastros já existentes, estabelecendo uma lista única, visando uma abordagem imparcial e mais segura. Dessa forma, essa colaboração conjunta viabilizou que os quatro municípios participantes no projeto atendessem à maioria das famílias em vulnerabilidade social e que não houvesse sobreposição de ações, ao contrário, por meio da lista única foi possível ampliar o atendimento.

As possibilidades de vendas criadas para a agricultura familiar durante a pandemia confirmam a importância das organizações não governamentais na elaboração, parceria e gestão de programas públicos locais, em situações de crise socioeconômica, como foi o caso da pandemia. Os programas, envolvendo compra direta de produtos da agricultura familiar e distribuição de alimentos, consolidaram abordagens colaborativas relativas ao desenvolvimento local, à sustentabilidade, aos mercados institucionais, aos impactos econômicos em comunidades locais e fortaleceram sistemas agroalimentares com enfoque na localidade e proximidade (RIBEIRO *et al.*, 2019; SOUZA *et al.*, 2020).

6. RECURSOS PÚBLICOS PARA A SAÚDE EM MUNICÍPIOS DO VALE DO JEQUITINHONHA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

A situação de pandemia exigiu flexibilidade e, ao mesmo tempo, maior investimento no setor da saúde pelos governos federal, estadual e municipal. Foi gerada uma demanda extra com a necessidade de atendimento aos casos de pacientes infectados pela covid-19, concomitante ao atendimento de campanhas de saúde em andamento, como as vacinações obrigatórias, bem como os atendimentos de rotina.

Dessa forma, surgiu a necessidade, nesta dissertação, de identificar quais foram os recursos financeiros geridos e direcionados para as secretarias municipais de saúde no período estudado de pandemia (2020-2022). O objetivo foi analisar a gestão da emergência, com base nos recursos econômicos direcionados na crise sanitária para os municípios pesquisados no Vale do Jequitinhonha. Por isso, o foco ficou nos repasses monetários para a saúde. Foram identificadas duas principais formas de transferência de recursos públicos para a saúde. Uma delas, o repasse financeiro pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), direcionado para manutenção e estruturação do serviço público de atendimento à população. O outro foi o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (covid-19) direcionado para ações de contenção à covid-19 e mitigação dos seus efeitos. Ambos são descritos e analisados neste capítulo.

6.1 Fundo Nacional de Saúde

Instituído pelo Decreto nº 64.867, de 24 de julho de 1969 (BRASIL, 1969), o Fundo Nacional de Saúde (FNS) é vinculado à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, gestor financeiro dos recursos destinados a financiar as despesas correntes e de capital do Ministério da Saúde, bem como dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS). Tem como objetivo contribuir para o fortalecimento da cidadania, mediante a melhoria contínua do financiamento das ações de saúde. Assim, sob a orientação e a supervisão da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, o FNS faz a gestão de recursos tendo como base o Plano Nacional de Saúde e o Planejamento Anual do Ministério da Saúde, nos termos das normas definidoras dos Orçamentos Anuais, das Diretrizes Orçamentárias e dos Planos Plurianuais (BRASIL, [s.d.] b).

A receita do Fundo Nacional de Saúde é referente a 45% dos recursos do Seguro DPVAT, Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou Não. São percentuais fixos da arrecadação de estados, municípios e da União e pelo ressarcimento efetuado pelas operadoras de planos de saúde referente aos serviços prestados de atendimento à saúde, conforme estabelecido no Decreto nº 2.867/1998, e na Lei nº 8.212/91 (BRASIL, 1998).

Os montantes alocados junto ao FNS são transferidos para os estados, municípios e o Distrito Federal para que eles realizem de forma descentralizada ações e serviços de saúde, investimentos na rede de serviços, na cobertura assistencial e hospitalar no âmbito do SUS. Essas transferências são realizadas nas seguintes modalidades: fundo a fundo, convênios, contratos de repasses e termos de cooperação, com o objetivo de financiar ações e serviços públicos de saúde para atenção primária, atenção especializada, assistência farmacêutica, vigilância em saúde e gestão do SUS (BRASIL, [s. d.] c).

O Ministério da Saúde separa os repasses aos estados, municípios e ao Distrito Federal em dois blocos de financiamento, de acordo com a Portaria nº 828, de 17 de abril de 2020 (BRASIL, 2020d):

Bloco de Manutenção: recursos destinados à manutenção das condições de oferta e continuidade da prestação das ações e serviços públicos de saúde, inclusive para financiar despesas com reparos e adaptações, como por exemplo: reparos, consertos, revisões, pinturas, instalações elétricas e hidráulicas, reformas e adaptações de bens imóveis sem que ocorra a ampliação do imóvel, dentre outros.

Bloco de Estruturação: recursos aplicados conforme definido no ato normativo que lhe deu origem e serão destinados exclusivamente para aquisição de equipamentos voltados para realização de ações e serviços públicos de saúde; obras de construções novas ou ampliação de imóveis existentes utilizados para a realização de ações e serviços públicos de saúde; e obras de reforma de imóveis já existentes utilizados para realização de ações e serviços públicos de saúde.

Os valores repassados pelo FNS não são fixos no orçamento, estão relacionados aos planos de aplicação elaborados pelos municípios, à proposta orçamentária dos recursos do FMS e sua programação financeira. Na Tabela 7, pode-se observar os repasses feitos em 2020 para os municípios estudados. Percebeu-se que alguns deles, como Almenara e Araçuaí, receberam mais de 21 milhões e, outros, como foi o caso de Carbonita e Leme do Prado, receberam um pouco mais de dois milhões. Tal situação pode ser explicada por tanto Almenara quanto Araçuaí serem localidades de referência microrregional para atendimento hospitalar e serem os municípios de maior porte populacional nos territórios do Baixo e Médio Jequitinhonha, respectivamente.

Os valores repassados pelo FNS são divididos, como visto acima, em duas finalidades: uma para “Manutenção das ações e serviços públicos de saúde” que se refere às despesas de custeio, e a outra para “Estruturação da rede de serviços públicos de saúde” que se refere às despesas para investimento. Cada finalidade ainda está dividida entre o repasse normal do recurso e o repasse complementar em função da covid-19 (Tabelas 7 e 8).

Tabela 7 - Repasse de recurso do Fundo Nacional de Saúde para municípios selecionados no Vale do Jequitinhonha, 2020

Ano	Manutenção das ações e serviços públicos de saúde para custeio, em reais (R\$)			Estruturação da rede de serviços públicos de saúde para investimento, em reais (R\$)		
	Recurso normal	Covid-19	Total	Recurso normal	Covid-19	Total
2020						
Almenara	13.996.740,22	7.806.287,43	21.814.871,65	100.000,00	65.382,00	165.382,00
Araçuaí	13.874.359,08	8.808.800,24	22.683.159,32	99.340,00	288.945,00	388.285,00
Berilo	18.229.132,13	1.603.142,02	5.957.915,07	99.340,00	17.375,00	17.375,00
Carbonita	1.787.908,09	1.088.579,62	2.876.488,36	-	13.900,00	13.900,00
Chapada do Norte	3.701.605,52	2.245.386,34	5.946.992,86	81.600,00	20.850,00	102.450,00
Itamarandiba	9.804.650,92	3.810.572,59	13.615.223,51	99.968,00	192.771,00	292.739,00
Leme do Prado	1.477.614,41	1.007.600,27	2.485.214,68	25.239,31	61.264,00	86.503,31
Medina	4.459.939,15	5.057.075,87	9.517.015,02	2.673.051,75	24.325,00	2.697.376,75
Minas Novas	10.265.402,47	4.611.480,64	14.876.883,11	136.000,00	190.942,00	326.942,00
Ponto dos Volantes	3.043.680,38	1.980.785,19	5.024.465,57	132.701,88	17.375,00	150.076,88
Turmalina	4.651.051,85	2.684.252,00	7.335.303,85	335.024,13	17.375,00	352.399,13
Veredinha	1.647.777,72	915.805,97	2.563.583,69	268.868,00	3.475,00	272.343,00

Fonte: FNS, 2022.

Tabela 8 - Repasse de Recurso do Fundo Nacional de Saúde para os municípios estudados no Vale do Jequitinhonha, 2021

Ano	Manutenção das ações e serviços públicos de saúde para custeio, em reais (R\$)			Estruturação da rede de serviços públicos de saúde para investimento, em reais (R\$)		
	Recurso normal	Covid-19	Total	Recurso normal	Covid-19	Total
2021						
Almenara	6.016.446,24	301.210,63	6.317.656,87	-	5.715.235,61	5.715.235,61
Araçuaí	15.637.722,56	5.289.427,83	20.927.150,39	56.187,00	-	56.187,00
Berilo	4.159.896,51	94.969,20	4.254.865,71	653,00	-	653,00
Carbonita	2.091.478,31	64.338,22	2.155.816,53	210.000,00	-	210.000,00
Chapada do Norte	4.376.664,24	319.747,38	4.696.411,62	-	-	-
Itamarandiba	10.961.146,93	910.332,27	11.871.479,20	54.824,00	-	54.824,00
Leme do Prado	1.654.827,16	463.810,52	2.118.637,68	-	-	-
Medina	7.397.641,33	1.524.174,00	8.921.815,33	-	-	-
Minas Novas	11.706.761,94	1.104.670,77	12.811.432,71	69.978,00	-	69.978,00
Ponto dos Volantes	3.481.760,08	754.639,17	4.236.399,25	100.000,00	-	100.000,00
Turmalina	3.988.981,80	824.890,65	4.813.872,45	13.500,00	-	13.500,00
Veredinha	1.499.307,26	55.320,38	1.554.627,64	-	-	-

Fonte: FNS, 2022.

Em 2020, quando foi decretada a situação pandêmica no Brasil, ocorreu a maior liberação de recursos para o enfrentamento emergencial referente ao custeio. Os municípios de Araçuaí, Almenara, Medina, Minas Nova e Itamarandiba foram os que receberam mais recursos para custeio e investimento para o enfrentamento da covid-19; sendo esses municípios, com exceção de Medina, os que mantêm hospitais que atendem populações de localidades do entorno (Tabela 7).

De modo geral, houve uma redução dos recursos de 2020 para 2021. A principal liberação de recursos de investimento para enfrentamento da pandemia ocorreu em 2020 levando-se em conta que todos os municípios foram contemplados. Apesar de Almenara ainda receber recursos para investimento em 2021, notou-se que os demais municípios não receberam (Tabela 8), indicando um recuo na liberação desses recursos pelo governo federal, visto que os números da pandemia apontavam para um “controle” da doença, apesar de se ter ainda registros de morte vinculados à covid-19.

Os repasses complementares para lidar com a situação de pandemia ajudaram a incrementar o orçamento destinado à saúde e a fortalecer a rede de atendimento nos municípios, como relatado, em 2021, pela Secretaria Municipal de Saúde de Almenara.

Por meio desse recurso a mais [recursos complementares referentes ao enfrentamento da Covid-19] o município conseguiu estruturar no hospital local uma UTI, o que não havia. Os pacientes graves, até então, eram transferidos ou para Diamantina que fica a 492 km ou para Teófilo Otoni distante a 275 km. A UTI do hospital de Almenara também passou a atender pacientes de municípios menores do entorno.

Relatos da importância desse recurso do FNS para infraestrutura foram encontrados em todos os municípios que conseguiram com eles implantar ou ampliar UTIs, como foi o caso de Turmalina; ou comprar ambulância equipada com UTI móvel como no município de Carbonita; ou melhorar as Unidades Básicas de Saúde – UBS e adquiriram novos equipamentos para os hospitais, entre outras aquisições, como foi o caso de Minas Novas.

Essa situação emergencial de captação de recurso para aquisições e melhoria da infraestrutura de saúde pública exigiu das gestões municipais, planejamento, flexibilidade e capacidade de adequação dos recursos. De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde de Almenara, em 2021,

O hospital de Almenara funcionava somente para pequenas cirurgias e o recurso que a gente tinha era o hospital de Teófilo Otoni. A nossa referência era Teófilo Otoni, e, quando não ia para Teófilo Otoni a gente começa a subir um pouquinho para Valadares, Belo Horizonte e Ipatinga. Então, o que a gente tinha aqui era pequenas

cirurgias e atendimento de menor complexidade. Com os recursos [para enfrentar a] Covid-19, o município se planejou e a gente conseguiu leitos de UTI para o hospital. São 10 leitos de UTI montados e equipados.

O planejamento das ações municipais diante da pandemia foi realmente necessário. Muitos municípios dependiam de determinações e deslocamentos regionais, para buscar um dos principais produtos para o enfrentamento da covid-19, que eram as vacinas. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde de Araçuaí, em 2021,

Toda semana liberam um pouco de vacina. Por exemplo, a nossa sede de gerência de saúde é lá em Diamantina; então a gente precisa toda semana sair um carro daqui com escolta policial, com técnico de enfermagem, pra ir lá em Diamantina buscar a vacina. E, um dia antes da gente buscar a vacina, a referência técnica de atenção básica e a referência técnica de vacinação, tem uma reunião extensa durante uma tarde inteira ou manhã inteira para ficar sabendo quem vai ser vacinado, quais os critérios e como que está sendo a distribuição. Então a campanha de vacinação está muito estratificada, a gente está conseguindo cumprir a meta: vacinar, ela está acontecendo, mas a logística dessa vacina tem sido muito complexa, então tem dado uma sobrecarga de trabalho muito grande. Agora, para mim a maior de todas as dificuldades é a sobrecarga psicológica das equipes de saúde.

A necessidade de planejamento e organização extra também se estendeu para as ações na zona rural, principalmente com relação à equipe responsável pela vacinação. Em Araçuaí foram organizados pontos de apoio de vacinação na área rural, visando atender toda população e otimizar os recursos, apesar de ocorrer alguma morosidade, como explicou a Secretaria Municipal de Saúde de Araçuaí.

A gente tem uma cobertura aqui de PSF [Programa de Saúde da Família] na zona rural, a equipe de saúde vai fazendo por comunidade. Tem todo um planejamento, porque uma equipe de PSF Rural que tem 5 pontos de apoio, porque é uma área muito grande. Então, às vezes, aquela área fica um tempo maior esperando a vacina, mas aí quando faz a vacina faz para uma população maior, atende várias idades.

Outros municípios atuaram por meio de agendamento da vacinação nas comunidades rurais e deslocamento da equipe de saúde saindo da sede. Este foi o caso de Berilo em 2020, como explicou a Secretaria Municipal de Saúde.

As equipes levavam a vacina para as comunidades rurais, marcava tal dia para ir em tal comunidade, e elas [equipes de saúde] levavam a vacina. A população já estava esperando, vacinava todo mundo, nós fomos em quase todas as comunidades do município.

Almenara, Araçuaí e Itamarandiba, os municípios mais populosos entre as localidades pesquisadas, estão entre os quatro que receberam maior volume de recursos do FNS 2020 e 2021 (Tabela 9), e alcançaram cobertura vacinal de 60,0%, 71,7%, 70,1% respectivamente (ver Gráfico 3).

Apesar de Minas Novas ser o terceiro município que mais recebeu recursos, foi o quarto com maior população vacinada, provavelmente por deter maior população rural, o que acarretou em logísticas complexas de equipe e deslocamento constante para a zona rural, o que envolveu mais gastos.

Tabela 9 - Montante de recursos do FNS, população total, valor per capita, população vacinada e óbitos por covid-19 nos municípios estudados no Vale do Jequitinhonha, 2020-2022

Município	Recursos FNS (2020 e 2021)	População total (2021)	Valor per capita (R\$)	Pop. Vacinada (28/03/22)	Número óbitos (28/03/22)
Almenara	34.013.146,10	42.380	802,57	25.592	65
Araçuaí	44.054.781,70	36.715	1.199,91	25.245	61
Itamarandiba	25.834.265,70	35.130	735,39	23.069	33
Minas Novas	28.085.235,80	31.509	891,34	17.183	25
Medina	21.136.237,10	20.701	1.021,02	15.601	34
Turmalina	12.515.075,40	20.280	617,11	14.047	27
Chapada do Norte	10.745.854,50	15.334	700,79	7.746	3
Berilo	10.230.808,80	11.813	866,06	9.262	1
Ponto dos Volantes	9.510.941,70	12.235	777,35	6.989	24
Carbonita	5.256.204,89	9.439	556,86	7.071	6
Veredinha	4.390.554,33	5.733	765,84	4.384	1
Leme do Prado	4.690.355,67	4.922	952,94	3.055	3

Fonte: BRASIL, [s. d.] a; MINAS GERAIS, [s.d.]; IBGE, 2021b; FNS, 2022.

Chapada do Norte, Berilo, Ponto dos Volantes, Carbonita, Veredinha e Leme do Prado, municípios menos populosos, receberam menor montante para o período em foco. Entretanto, apresentaram percentual de população vacinada semelhante aos demais, no intervalo entre 51% de cobertura vacinal para Chapada do Norte e 79% para Veredinha (ver Gráfico 3). Com exceção de Ponto dos Volantes, nesses municípios também ocorreram menor número de óbitos.

Medina apresentou o segundo maior valor per capita (R\$1.021,02), estando entre municípios (Minas Novas e Turmalina) que tiveram quantitativos semelhantes de população vacinada, porém, com menores valores per capita. Turmalina foi o município que recebeu o segundo menor valor per capita entre os 12 municípios pesquisados (Tabela 9).

De todo modo, é possível perceber a importância da liberação de recursos federais para ações de combate à covid-19. Mas também se destacou a relevância do empenho e proatividade dos agentes municipais para atendimento da população, tanto rural quanto urbana, com estratégias adaptadas em função das peculiaridades locais.

6.2 Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19)

O Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) foi instituído por meio do Projeto de Lei 39/2020 e da Lei Complementar nº 173 de 27/05/2020. Seus recursos foram oriundos de emendas parlamentares de senadores, com o objetivo de cooperação federativa na área de saúde e assistência pública, em emergências de saúde pública. A União entregava os montantes na forma de auxílio financeiro para os estados, o Distrito Federal e os municípios, em quatro parcelas mensais e iguais. No exercício de 2020 o valor total foi de R\$ 60.000.000.000,00 (sessenta bilhões de reais) para aplicação pelos poderes executivos locais em ações de enfrentamento à covid-19 e para mitigação de seus efeitos (BRASIL, 2020e; BRASIL, 2020f).

Os recursos previstos neste programa para realizar o pagamento dos profissionais que atuavam no Sistema Único de Saúde (SUS) e no Sistema Único de Assistência Social (Suas) foram distribuídos de acordo com os seguintes critérios: 40% conforme o índice de incidência da doença divulgada pelo Ministério da Saúde; e 60% de acordo com a população apurada a partir dos dados populacionais mais recentes publicados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2020g).

As ações do programa consistiam em:

I – Suspensão dos pagamentos das dívidas contratadas entre:

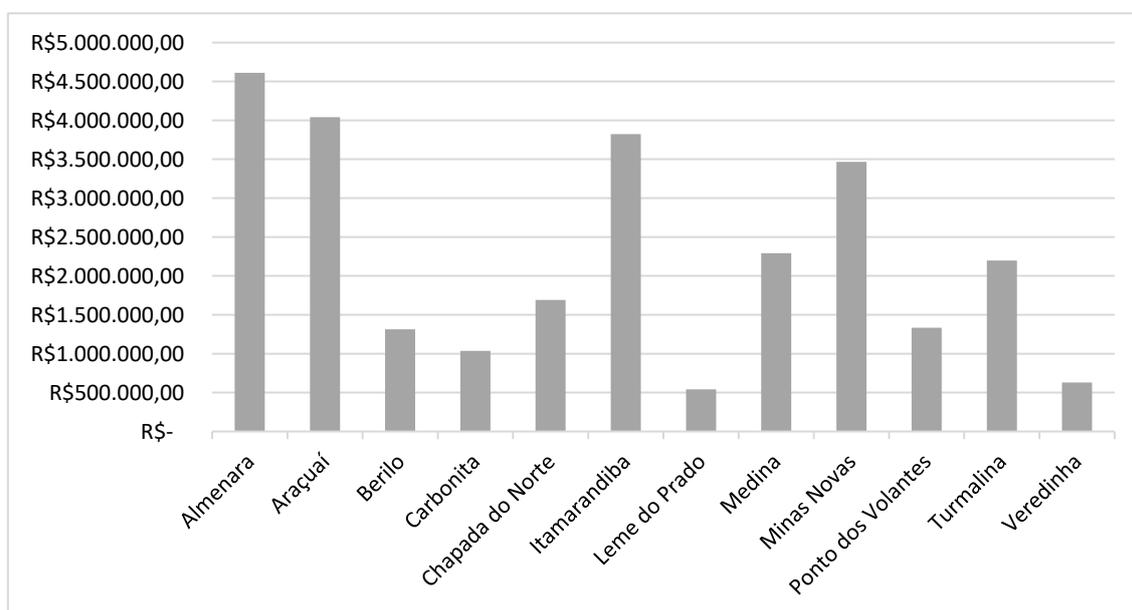
- a) de um lado, a União, e, de outro, os Estados e o Distrito Federal, (...)
- b) de um lado, a União, e, de outro, os municípios, (...)

II – Reestruturação de operações de crédito interno e externo junto ao sistema financeiro e instituições multilaterais de crédito;

III – entrega de recursos da União, na forma de auxílio financeiro, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2020, e em ações de enfrentamento ao coronavírus SARS-CoV-2 (BRASIL, 2020e).

No Gráfico 4, é possível observar a distribuição dos recursos do Programa Federativo de Enfretamento ao Coronavírus nos municípios do Vale do Jequitinhonha. Os municípios de Almenara, Araçuaí, Itamarandiba e Minas Novas, novamente, foram os que receberam maior recurso em função dos critérios relacionados ao número de habitantes e incidência da doença, pois foram, com exceção de Minas Novas, os que tiveram maior número de casos. Por outro lado, Veredinha e Leme do Prado, municípios menos populosos e com menor número de casos, foram os que receberam menos recursos.

Gráfico 4 - Repasse de recurso para os municípios pelo Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) no ano de 2020



Fonte:

BRASIL, [s. d.] c.

Os secretários de saúde entrevistados afirmaram que para gastos em custeio houve muito recurso, entretanto, eram recursos engessados e, parte das vezes, não se articulava com as necessidades locais, relatou, em 2021, a Secretaria Municipal de Saúde de Itamarandiba.

Muitas vezes, por exemplo, o município precisava comprar um volume maior de luvas, mas as rubricas dos recursos liberados não permitiam, sobrava montante para comprar gases, mas não podia ser usado em outra necessidade mais urgente.

A ausência de flexibilidade dos recursos para aquisição de insumos ou equipamentos de acordo com a necessidade local, e incompreensão sobre a realidade dos municípios de pequeno porte, com características rurais, diferentes de grandes centros urbanos, sobrecarregou as instituições municipais que tiveram que arcar com despesas a partir de recursos próprios numa situação de crise financeira. De acordo com uma das secretarias municipais pesquisadas em 2021:

É um desafio muito grande, desde o início quando começou essa pandemia a gente teve dificuldade até mesmo para comprar EPI, eram valores altíssimos, material super escasso. Depois a gente foi tendo mais recurso, foi conseguindo comprar (...). Então a cada dia que aumenta mais os casos a gente tem que se adequar, a gente precisa de carro, precisa de mais recurso humano. (...) Na verdade apoio a gente teve do governo federal, estadual, só que foi deficitário, não foi suficiente para cobrir nossos gastos, não foi suficiente pra gente atuar de forma adequada na saúde primária. (...) O recurso maior que o município teve que mobilizar foi recurso próprio mesmo, para adequação da estrutura do hospital porque muitas vezes nos davam recurso pra insumos, aquisição de insumos e, na verdade, equipamentos, estrutura

física o hospital teve que custear, o município teve que custear. (...) Geralmente quando é destinado o recurso ele já vem marcando, (...) ele vem bem carimbado.

A gestão do recurso também é um desafio em municípios menores, pois os protocolos administrativos têm como ponto de referência as capitais, regiões metropolitanas e grandes municípios, dificultando a execução do recurso como ponderou, em 2021, um representante da Secretaria Municipal de Saúde de Araçuaí:

O recurso ele chega, o ministério tem mandado, a gente tem um recurso em caixa desde o ano passado que a gente está tentando executar. A grande dificuldade mesmo é que as cidades pequenas têm uma capacidade de gestão mais limitada, pelo número de funcionários é uma estrutura menor. Até para executar o recurso em tempo hábil às vezes fica mais moroso, e também a gente está tendo uma dificuldade enorme de aquisição mesmo de materiais.

Dessa forma, é preciso pensar em procedimentos que se ajustem às especificidades econômicas e sanitárias de localidades cuja dinâmica socioeconômica está mais próxima de condições rurais, ao invés de metrópoles. Evita-se, assim, possível agravamento de desigualdades sociais em regiões historicamente excluídas, marcadas por baixo dinamismo econômico e de baixa capacidade estatal (LOBO e BERNARDINO-COSTA, 2022).

De modo geral, notou-se que a gestão dos recursos públicos para a saúde requisitou das prefeituras agilidade no planejamento e execução diante daquilo que o cenário de pandemia exigia. Alguns municípios, como Almenara e Turmalina, se mostraram bem proativos, aproveitando os montantes de recursos para ampliar o acesso a hospitais, bem como estruturação e ampliação de equipe de saúde em unidades de atendimento na zona rural para populações que vivem no campo. Outros, como Minas Novas e Itamarandiba, se apoiaram em parcerias com instituições não governamentais, viabilizando projetos de acompanhamento de doentes, acesso a alimentação para famílias fragilizadas com a pandemia, apoio na aquisição de insumos hospitalares e alimentação, kit de higiene para a população, entre outros.

Iniciativas próprias, como o consórcio entre os municípios de Turmalina, Veredinha e Leme do Prado, foram relevantes tanto para potencializar a estrutura do hospital microrregional de Turmalina para atender aos três municípios, proporcionando ampliação de leitos de UTI, quanto dispor de uma UTI móvel para transportar pacientes reforçando o atendimento e assistência aos pacientes hospitalizados em decorrência da contaminação pela covid-19.

Apesar desses esforços, o estudo revelou que, durante a pandemia, o acesso regular da população rural a tratamentos e assistência à saúde foi precarizado. Os atendimentos nas comunidades rurais foram inicialmente suspensos (2020), depois voltaram aos poucos; houve prioridade de atendimento para casos graves; mas as cirurgias agendadas foram suspensas, houve

atrasos no atendimento de controle e na saúde preventiva, as consultas de acompanhamento foram desmarcadas e as unidades de saúde faziam atendimentos reduzidos com equipes volantes; dentistas e psicólogos só atendiam emergências. Os doentes que precisavam ser transportados para atendimento regular em outras cidades, como Diamantina ou Belo Horizonte, eram penalizados, já que os transportes de pacientes foram paralisados.

Os agentes de saúde mantiveram o acompanhamento, mas diminuíram as visitas. Quando visitavam, atendiam em casa, em espaço aberto, davam apoio a ações de prevenção, buscando orientar sobre distanciamento e uso de máscara e álcool gel; faziam acompanhamento por telefone nos casos graves.

Aliado a esse cenário, a situação da população rural em diversas localidades do Jequitinhonha se agravou em função da dificuldade de abastecimento de água, com as famílias sendo atendidas por ações emergenciais, como o caminhão pipa, sem perspectiva de autonomia; e falta de condições de deslocamento por ausência de transporte e situação precária das estradas, especialmente em períodos chuvosos.

7. PROGRAMAS SOCIAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Os programas sociais de transferência de renda implantados no Brasil na década de 2000 apresentavam novas configurações e abrangência, com condicionalidades vinculadas à saúde e educação, diferente dos programas anteriores, que estavam vinculados unicamente ao trabalho. Programas sociais de transferência de renda, como o Bolsa Família, buscavam impulsionar o desenvolvimento humano, promover a inclusão social, proporcionar uma renda mínima e melhoria da qualidade de vida (CORREA, 2016).

O auxílio emergencial foi um programa de transferência de renda criado através da Lei nº 13.982/20 aprovada pelo Congresso Nacional no dia 02 de abril de 2020, com o objetivo de diminuir os impactos provocados pela pandemia da covid-19. Depois de muita negociação dos valores entre a presidência da república – que desejava um auxílio no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) – e o poder legislativo, acordou-se que o valor do auxílio emergencial seria de R\$ 600,00, concedido por um período de 5 meses (POZZEBOM, 2020).

Os beneficiários desse auxílio teriam que contemplar alguns requisitos: ser maior de idade, não ter carteira de trabalho assinada, não ter emprego formal, não estar recebendo nenhum tipo de benefício concedido pelo INSS, ter renda familiar per capita de até um salário e meio ou a renda familiar mensal total de até três salários-mínimos. O recebimento do auxílio era limitado a até dois membros da família. Os microempreendedores individuais (MEI) também teriam direito ao auxílio emergencial. E as famílias monoparentais compostas por mães e filhos teriam direito a receber R\$1.200,00 (POZZEBOM, 2020; BRASIL, 2020h; SEBRAE, 2022).

A liberação do auxílio emergencial foi concentrada no ano de 2020 (Tabela 10). Em 2021 houve um corte de aproximadamente 80% do valor disponibilizado. Em 2022, em boa parte dos municípios do Vale Jequitinhonha, não havia mais pessoas atendidas pelo auxílio emergencial, e, nos que havia, era um número muito reduzido. Este foi o caso de Itamarandiba: em 2020, a população do município apta a acessar o auxílio recebeu um total de R\$ 49.274.209,00, em 2021, esse montante caiu para R\$ 9.577.715,00 e em 2022 foram somente R\$ 1.200,00.

Tabela 10 - Valores do Auxílio Emergencial, municípios selecionados do Vale do Jequitinhonha, 2020 a 2022.

Município/Ano	2020	2021	2022
Almenara	62.844.713,00	12.699.767,00	3.600,00
Araçuaí	48.454.708,00	9.570.970,00	
Berilo	13.897.165,00	2.016.290,00	4.200,00
Carbonita	12.767.125,00	2.310.346,00	1.200,00
Chapada do Norte	13.873.103,00	1.912.800,00	-
Itamarandiba	49.274.209,00	9.577.715,00	1.200,00
Leme do Prado	5.748.233,00	911.550,00	1.200,00
Medina	31.367.712,00	5.713.436,00	-
Minas Novas	37.321.652,00	6.683.229,00	9.000,00
Ponto dos Volantes	16.518.926,00	2.643.050,00	-
Turmalina	31.928.035,00	5.870.749,00	-
Veredinha	7.964.966,00	1.445.725,00	-
Total	331.962.567,00	61.357.648,00	22.422,00

Fonte: BRASIL, [s. d.] d.

Para os agentes da Comissão Pastoral da Terra entrevistados, o Auxílio Emergencial se mostrou relevante, principalmente para os trabalhadores urbanos, pois os comércios foram fechados na pandemia e funcionários foram dispensados, muitas vezes, nem tinham carteira de trabalho assinada. Mas, para os agricultores familiares, houve inicialmente muitas incertezas se poderiam acessar o programa ou não, pois havia a dúvida de que caso recebessem o auxílio, poderiam ser prejudicados futuramente em seu acesso à aposentadoria social. Assim, a questão levantada pelo movimento sindical era que os critérios eram dúbios com relação aos agricultores familiares e, se o entendimento do governo fosse de que os agricultores familiares não se enquadrassem nos critérios do programa, poderiam, posteriormente, ser obrigados a devolver o valor recebido. Assim, alguns agricultores arriscaram a solicitar o Auxílio Emergencial e outros não.

Realmente, essa situação expressa pela representação sindical dos trabalhadores rurais era duvidosa. Nas regras para acessar o benefício emergencial (BRANDÃO, 2020), não era claro no cadastramento, que o direito ao recebimento do auxílio era extensivo à categoria de agricultor familiar. Assim, pairava a dúvida se o recebimento do auxílio descaracterizaria a condição de agricultor familiar enquanto segurado especial da Previdência Social, podendo assim prejudicá-los em processos futuros para aposentaria rural, com risco de não poder acessar também créditos especiais para a categoria (ARAGÃO, 2020).

Uma das primeiras medidas de distanciamento social adotada, de modo geral nos municípios, foi o fechamento das feiras livres – o principal canal de comercialização dos agricultores familiares, onde escoam seus produtos para incrementar sua renda (RIBEIRO, 2013b; CRUZ *et al.*, 2020; AYRES *et al.*, 2020). Assim, se por um lado foi uma medida sanitária tomada para evitar aglomerações, por outro, impactou fortemente a renda de agricultores. De acordo com a presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Minas Novas: *“Aqui, a feira ficou quase 90 dias fechada, e voltou com movimento reduzido, os agricultores vendiam em escala de 15 em 15 dias, e muita gente nem conseguiu voltar”*. Nesse sentido, os/as agricultores/as foram muito prejudicados/as, devido às dúvidas sobre poder ou não acessar o auxílio emergencial, muitos não acessaram, e ficaram, de acordo com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Minas Novas, em situação mais crítica do que outros grupos.

O auxílio emergencial foi um programa de relevância econômica considerável, por estar ligado diretamente à transferência de renda para a população vulnerável, porém, por dificuldade de planejamento e orientação, deixou de fora muitas famílias de agricultores que poderiam ter acessado o programa para aquisição de alimentos e outros produtos necessário para consumo ou para apoiar seus sistemas de produção.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os efeitos da pandemia da covid-19 sobre municípios do Vale do Jequitinhonha que apresentam características rurais e presença relevante da agricultura familiar tiveram especificidades. A análise dos dados encontrados pela pesquisa revelou a existência de um conjunto de estratégias de ação pública, tanto de natureza governamental como da sociedade civil, agindo em benefício da população rural, na tentativa de amenizar os efeitos perversos gerados pela pandemia do coronavírus.

De modo geral, os recursos financeiros federais foram importantes para ações de enfrentamento da covid-19, entretanto, o estudo assinalou que eram engessados e, parte das vezes, não dialogavam muito com as peculiaridades de municípios rurais. As gestões municipais tiveram que se desdobrar para atender às demandas de saúde provocadas pela covid-19 em termos de atendimento, planejamento e conscientização, e, ao mesmo tempo, conduzir as campanhas e demandas da saúde pública já estabelecidas nas condições normais. Nas áreas rurais, as prefeituras agiram conforme sua realidade, algumas, devido a pactos locais, agiram mais prontamente. Mas todas procuraram estruturar unidades de saúde em distritos rurais, deslocando equipes volantes para percorrer comunidades em campanhas de conscientização, contratando enfermeiros, atendendo em finais de semana, e utilizando principalmente divulgação e conscientização por meio de rádio, carros de som e aplicativos para comunicação em redes sociais.

A pesquisa revelou, assim, que houve diferença entre os municípios para enfrentar a situação imposta pela pandemia. Considerando que o poder público local é a instância mais próxima das pessoas e a que primeiro é pressionada diante das dificuldades sanitárias e sociais no quadro emergencial, algumas se mostraram mais proativas e conseguiram adaptar ações e potencializar programas públicos, dando agilidade para a gestão e execução dos recursos, ao articular, por exemplo, ações das secretarias municipais, da saúde, agricultura, assistência social e educação como nos casos do PNAE ou do projeto “Isolar sem Ferir a Dignidade Humana; ou ainda ao instituir parcerias com organizações da sociedade civil, estado, empresas, e com organizações de agricultores familiares.

Os dezoito programas públicos identificados, vinculados à agricultura familiar, particularmente os de cunho regional como o PNAE, PAA, Tempo de Cuidar e Isolar sem Ferir a Dignidade Humana, foram cruciais para o enfrentamento da covid-19, em especial por desenvolverem uma gestão flexível, por se aterem às peculiaridades das localidades, promover

acesso à alimentação, criar condições dignas de isolamento e higienização, bem como oportunidades de geração de renda para as populações rurais.

A importância do papel das organizações da sociedade civil no Vale do Jequitinhonha mineiro no apoio à agricultura de base familiar também se tornou evidente diante da crise sanitária. Agiram de forma rápida, se articularam com os poderes públicos, criaram iniciativas públicas muito valiosas para lidar com os efeitos da pandemia, proporcionando acesso à alimentação e, ao mesmo tempo, fortalecendo as vendas e a relevância econômica e social da agricultura familiar nos municípios do Vale do Jequitinhonha. Destacaram-se, nesse sentido, os programas Isolar sem Ferir a Dignidade Humana e o programa Tempo de Cuidar, geridos pelo Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica e a Cáritas Diocesana de Araçuaí, respectivamente.

As tecnologias sociais de captação de água da chuva para convivência com o semiárido construídas desde 2003 mostraram sua importância nesse período pandêmico, por proporcionar certo conforto hídrico, principalmente, para as famílias rurais de baixa renda, que dispoendo de água da chuva estocada, permitiu condições de manterem o isolamento social diante de um cenário de tantas incertezas e restrições vividas. Dessa forma, as tecnologias sociais do P1MC e P1+2 favoreceram condições para famílias rurais, que, em diversas localidades, ofereceram, inclusive, refúgio para pessoas que saíam da cidade buscando isolamento social, evitando aglomerações dos centros urbanos e procurando a tranquilidade do meio rural.

Nesse sentido, programas como o PNAE e o PAA se mostraram uma via de mão dupla, pois os agricultores escoaram seus produtos e mantiveram parte da renda, e a população urbana ganhou por ter garantia de abastecimento alimentar, levando-se em conta que são produtos vinculados à pauta alimentar local. Assim, os mercados institucionais, flexibilizados para se adequarem à crise sanitária, com recursos adequados, tornaram-se estratégias que parte das comunidades e dos agricultores familiares do Vale do Jequitinhonha utilizaram para o convívio com os efeitos da pandemia da covid-19, principalmente frente ao fechamento das feiras livres.

Diante disso, observou-se que programas ajustados às dinâmicas da agricultura familiar mostraram seu valor para acesso a alimentos, para aquisição de grãos, frutas e verduras para distribuição de kits verdes para famílias de estudantes, bem como para compor e distribuir cestas verdes para instituições de assistência social e famílias vulneráveis.

A agricultura familiar do Jequitinhonha se mostrou relevante durante a pandemia para a segurança nutricional e soberania alimentar, fornecendo alimentos de qualidade, respeitando os hábitos e costumes locais, provendo abastecimento da população urbana e viabilizando parte

dos alimentos fornecidos nas cestas básicas às famílias vulneráveis e para as famílias de estudantes das escolas públicas.

Dessa forma, é preciso levar em consideração o estímulo às atividades produtivas baseado na agricultura familiar como um caminho na formulação de programas públicos para reconstrução de uma sociedade pós-pandêmica, visto o potencial de contribuição da agricultura familiar para o abastecimento alimentar, num país com situação instável e fragilizada por situações de desigualdade social, fome e desemprego.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998.

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento rural territorial e capital social. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. (Orgs.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. p. 113 - 128.

ALVES, S.; RÉGIS, T. Como a redução de recursos destinados à segurança alimentar afeta a população brasileira. **O joio e o trigo**. 2022. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2022/03/como-a-reducao-historica-de-recursos-destinados-a-seguranca-alimentar-afeta-a-populacao-brasileira/>. Acesso em: 25 jun. 2022.

ARAGÃO, E. CUT - Central Única dos Trabalhadores. **Auxílio Emergencial: agricultores familiares podem se prejudicar com cadastro atual**. 2020. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/auxilio-emergencial-agricultores-familiares-podem-se-prejudicar-com-cadastro-atu-3a5a>. Acesso em: 12 ago. 2022.

ARAÚJO, A. L. de; CANTERI, H. G.; BITTENCOURT, J. V. M. Agricultura familiar e o impacto da covid-19 aos programas de políticas públicas - PNAE e PAA. In: OLIVEIRA, R. J. de (Org.). **Extensão Rural: práticas e pesquisas para o fortalecimento da agricultura familiar**, v. 2, p. 81 - 103, 2021.

ASA - Articulação Semiárido Brasileiro. [s.d.]. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/>. Acesso em: 30 out. 2022.

ASSIS, T. R. de P.; MELO, A. P. G de.; SILVESTRE, L. H. Sociedade Civil e Organização Rural do Jequitinhonha. In: RIBEIRO, E. M. (org.) **As feiras do Jequitinhonha**. Fortaleza, Editora ETENE/BNB, 2007, p. 67 - 82.

ASSIS, T. R. de P. **Sociedade civil, Estado e políticas públicas: reflexões a partir do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) no Estado de Minas Gerais**. 2009. 146 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, agricultura e sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ASSIS, T. R. de P. A experiência do programa um milhão de cisternas no Vale do Jequitinhonha: algumas reflexões. In: GALIZONI, F. M. (Org.). **Lavradores, água e lavouras: estudos sobre gestão camponesa de recursos hídricos no Alto Jequitinhonha**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 205-233.

AUGUSTO, H. dos A. **Aposentadorias rurais e o desenvolvimento municipal: o caso de Medina, nordeste mineiro**. 2003. 175 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2003.

AYRES, E. C. B.; AYRES, V. F.; RIBEIRO, E. M. Dimensionamento e caracterização dos agricultores nas feiras livres dos municípios do Baixo Jequitinhonha. **RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG**, v. 2, n. 2, p. 67-81, 2020.

AYRES, E. C. B.; OLIVEIRA, V. V.; AYRES, V. F. A feira livre de Jordânia-MG: agricultores, produtos e transporte. **RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG**, v. 4, n. 1, p. 123-137, 2022.

BAZOTTI, A.; COELHO, L. B. Produção de Commodities pela Agricultura Familiar: insegurança alimentar e novos desafios ao PRONAF. **REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO**, Curitiba, v.38, n.133, p.113-129, jul./dez. 2017.

BLUME, B. A. O que é o IDH? **POLITIZE!**, 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/idh-o-que-e/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

BRANDÃO, F. Agência Câmara de Notícias. **Conheça as regras do benefício emergencial de R\$ 600**. Brasília, 2020. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/noticias/649910-CONHECA-AS-REGRAS-DO-BENEFICIO-EMERGENCIAL-DE-R\\$-600](https://www.camara.leg.br/noticias/649910-CONHECA-AS-REGRAS-DO-BENEFICIO-EMERGENCIAL-DE-R$-600). Acesso em: 12 out. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 64.867, de 24 de julho de 1969**. Institui o Fundo Nacional de Saúde (FNS), vinculado ao Ministério da Saúde e dá outras providências. Brasília, DF, 1969.

BRASIL. **Decreto nº 2.867, de 08 de dezembro de 1998**. Dispõe sobre a repartição de recursos provenientes do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. **Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 jul. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 141, p. 1-2, 25 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 19 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.** Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Brasília, 2020a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm#:~:text=1%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e%20sobre,objetivam%20a%20prote%C3%A7%C3%A3o%20da%20coletividade. Acesso em: 19 jan. 2023.

BRASIL. **Entra em vigor estado de calamidade pública no Brasil. Planalto. Brasília, 2020b.** Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2020/03/entra-em-vigor-estado-de-calamidade-publica-no-brasil/>. Acesso em: 31 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.987, de 04 de abril de 2020.** Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Brasília, 2020c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113987.htm. Acesso em: 12 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 828, de 17 de abril de 2020.** Altera a Portaria de Consolidação nº 6/2017/GM/MS, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, publicado em 24/04/2020, edição 68, seção 1, p. 203. 2020d. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-828-de-17-de-abril-de-2020-253755257>. Acesso em: 22 ago. 2022.

BRASIL. **Lei complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.** Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências. Brasília, DF, publicado em 28/05/2020, edição 101, seção 1, p. 4. 2020e. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-complementar-n-173-de-27-de-maio-de-2020-258915168>. Acesso em: 25 jun. 2022.

BRASIL. **Veja quanto cada estado e município receberá no Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.** Agência Senado. 2020f. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/04/veja-quanto-cada-estado-e->

municipio-recebera-no-programa-federativo-de-enfrentamento-ao-coronavirus. Acesso em: 23 jun. 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei Complementar nº 39, de 2020**. 2020g. Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras disposições. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1889327&filename=PLP%2039/2020. Acesso em: 25 jun. 2022.

BRASIL. **Saiba quais são as principais dúvidas dos cidadãos sobre o Auxílio Emergencial. Brasília, 2020h**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/04/auxilio-emergencial-covid-19>. Acesso em: 31 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel coronavírus**. Brasília, [s.d.] a. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 31 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Fundo Nacional de Saúde**. Brasília, [s.d.] b. Disponível em: <https://portalfn.saude.gov.br/sobre-o-fns/>. Acesso em: 12 out. 2022

BRASIL. **Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus. Brasília**. Senado Federal. Brasília, [s.d.] c. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/relatorios-legislativos/covid-19>. Acesso em: 22 ago. 2022.

BRASIL. **Controladoria-Geral da União. Portal da Transparência**. Brasília, [s.d.] d. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/beneficios/consulta?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F01%2F2020&ate=31%2F12%2F2020&tipoBeneficio=6&uf=MG&nomeMunicipio=Almenara&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2ClinguagemCidada%2CmesAno%2Cvalor&ordenarPor=mesAno&direcao=desc>. Acesso em: 22 nov. 2022.

CALIXTO, J. S. **Reflorestamento, terra e trabalho: análise da ocupação fundiária e da força de trabalho no alto Jequitinhonha, MG**. 2006. 130. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Cáritas Diocesana de Araçuaí promove iniciativas solidárias em 11 municípios do Alto e Médio Vale do Jequitinhonha (MG), diante da Covid-19**. 2020. Disponível em: <http://caritas.org.br/noticias/caritas-organiza-mutirao-na-acao-solidaria-emergencial-no-vale-do-jequitinhonha>. Acesso em: 01 mar. 2022.

CÁRITAS BRASILEIRA - REGIONAL MINAS GERAIS. **Diversas ações e parcerias no estado têm levado alimentos e kits de higiene às pessoas em maior vulnerabilidade social**

nesta pandemia. 2021. Disponível em: <http://mg.caritas.org.br/noticias/caritas-minas-gerais-e-organizacoes-parceiras-se-unem-em-acao-solidaria-e-tempo-de-cuidar>. Acesso em: 01 mar. 2022.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, v. 6, n. 2, 2013.

CAV – Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica. [s.d.]. Disponível em: <https://cavjequi.org/>. Acesso em: 30 nov. 2021.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Panorama Social da América Latina 2020**, (LC/PUB.2021/3-P), Santiago, 2021.

CHILDFUND BRASIL. **Fundo para Crianças**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.childfundbrasil.org.br/>. Acesso em: 30 nov. 2021.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Boletim da Agricultura Familiar**. Brasília, DF, v. 1, n. 1, jul. 2021^a. Disponível em: <file:///E:/DADOS/Downloads/Boletim-da-Agricultura-Familiar-Julho-2021.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2023.

CORREA, M da. S. **As políticas públicas de transferência de renda desenvolvidas no Brasil Argentina e Uruguai entre os anos 1990 e 2010**: análise acerca do papel dos programas sociais na redução da pobreza. 2016. 84 p. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento, RS.

COSTA, D.; NARDELLI, R. **Criados critérios de classificação do espaço urbano e rural. Agência Senado**. 2009. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/104aterias/2009/10/06/criados-criterios-de-classificacao-do-espaco-urbano-e-rural>. Acesso em: 23 jun. 2022.

CRUZ, M. S da. *et al.* Agricultura familiar, feiras livres e feirantes do Alto Jequitinhonha. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 15, n. 35, p. 90-120, abr., 2020.

CUNHA, W. A.; FREITAS, A. F.; SALGADO, R. J. F. Efeito dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar em Espera Feliz-MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 3, p. 427 – 444, 2017.

DAGNINO, E. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, A. (comp.). **La cultura en las crisis latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, Conejo Latino-americano de Ciências Sociales, 2004. P. 195 – 216.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. O Pronat e o ptc: possibilidades, limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C. e SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 239 – 259, 2015.

DEL GROSSI, M.; FLORIDO, A. C. S.; RODRIGUES, L. F. P.; OLIVEIRA, M. S de. Comunicação de pesquisa: delimitando a agricultura familiar nos censos agropecuários brasileiro. **Revista NECAT**, v.8, n. 16, p. 40 - 45, 2019.

ENSP – FIOCRUZ. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP – Fiocruz). **Orientações sobre ética em pesquisa em ambientes virtuais**. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 2020. 12 p.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: FAO/INCRA, Versão resumida do relatório final do projeto UTF/BRA/036, 1994, 24 p.

FIRJAN. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. 2018**. Disponível em: <https://firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar**. [s.d.] a. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **LIBERAÇÕES – CONSULTAS GERAIS**. [s.d.] b. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.LIBERACOES_01_PC?p_ano=2020&p_programa=86&p_uf=AC&p_municipio=120170>. Acesso em: 22 ago. 2022.

FNS. Fundo Nacional de Saúde. **Repasses Fundo a Fundo**. 2022. Disponível em: https://painelms.saude.gov.br/extensions/Portal_FAF/Portal_FAF.html. Acesso em: 22 ago. 2022.

FONSECA, A, I. A.; FERREIRA, D. A. O.; OLIVEIRA, R. S. R. Feira e mercado: espaço e relações sociais. In: FONSECA, A. I. A. *et al.* (Orgs.). **Estudos sobre agroecologia, agricultura familiar e as territorialidades no Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Unimontes, 2013. p. 282 - 309.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha**: Estratégias e ações. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social**, [s.d.]a. Disponível em <https://firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/>. Acesso em: 26 ago. 2022.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS**, [s.d.] b. Disponível em <http://imrs.fjp.mg.gov.br/Perfil>. Acesso em: 26 ago. 2022.

GALIZONI, F. M. Terra, ambiente e herança no alto do Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 40, n. 3, 2002.

GALIZONI, F. M. **A terra construída**. Fortaleza: Etene/BNB, 2007.

GALIZONI, F. M. (Org.). **Lavradores, águas e lavouras**: estudos sobre a gestão camponesa de recursos hídricos no Alto Jequitinhonha. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

GALIZONI, F. M. *et al.* Efeitos da Covid-19 sobre a agricultura familiar, alimento e água no Vale do Jequitinhonha Mineiro. **Boletim informativo - UFMG**, 2021. 9 p.

GAZOLLA, M.; AQUINO, J. R. Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercialização em tempos de covid-19. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 2, p. 427-460, 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6^a. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa. 8.^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. 2.^a ed. Campinas, SP: Unicamp, Instituto de Economia, 2002. (Coleção Pesquisas, 1).

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, Supl. 1, p. 125-146, 2014.

GRISA, C. e SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C. e SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 19 - 50, 2015.

HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida:** trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 161p.

HOFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, ano XXI, n. 55, 2001.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**, 2017a. Resultados definitivos: agricultura familiar. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf. Acesso em: 19 jan. 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**, 2017b. SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/territorio>. Acesso em: 19 jan. 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**, 2017c. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 19 jan. 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto - PIB**, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 19 jan. 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malha Municipal Digital**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas>. Acesso em: 21 dez. 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil**, 2021b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 22 jan. 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/>. Acesso em: 31 out. 2022.

INSTITUTO BUTANTAN. **Como surgiu o novo coronavírus? Conheça as teorias mais aceitas sobre sua origem**. [s.d.]. Disponível em: <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/como-surgiu-o-novo-coronavirus-conheca-as-teorias-mais-aceitas-sobre-sua-origem>. Acesso em: 02 mar. 2021.

ISA. Instituto água e saneamento. **Municípios e saneamento**. 2021. Disponível em: <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/>. Acesso em: 28 mar. 2023.

JANNUZZI, P.M. Avaliação de programas sociais: Conceitos e referenciais de quem a realiza. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 25, n. 58, p. 22-42, 2014.

LAMARCHE, H. (Coord). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

LANDAU, E. C.; CRUZ, R. K. da; HIRSCH, A.; PIMENTA, F. M.; GUIMARAES, D. P. Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2012. 199 p. Disponível em: <file:///E:/DADOS/Downloads/doc-146.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2013.

LOBO, C. A.; BERNARDINO-COSCA, J. Quando o Estado não chega: a eficácia em programas educacionais em assentamento, comunidades indígenas e quilombolas. **Educação em Revista**, v.38, 2022.

MACHADO, C. L.; VITOR, Y. N.; SHIOMATSU, G. Y.; CARVALHO, R. T de. Mortalidade da COVID-19: entenda esse conceito! Coronavírus -**Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais**. 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.mg.gov.br/blog/81-taxa-de-mortalidade-da-covid-19>. Acesso em: 23 mar. 2022.

MADEIRO, C. **Maior programa para armazenar água no sertão tem queda de 94% em seis anos**. UOL Notícias, 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/02/04/cisternas-sertao-nordeste-queda.htm>. Acesso em: 23 mar. 2022.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes. 1981.

MATOS, M. M. S de; MENEZES, S de, S. Efeitos do mercado institucional Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no fortalecimento da agricultura familiar camponesa em Itapicuru/Ba. **Revista GEOgrafias**, v. 15, n. 2, p. 61 a 82, 2019.

MATTEI, L. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Brasília, DF: Ministério do desenvolvimento agrário/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

MINAS GERAIS, **Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Coronavírus. Belo Horizonte**, [s.d.]. Disponível em: <https://coronavirus.saude.mg.gov.br/painel>. Acesso em: 31 out. 2022.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado da Saúde. **Confirmação do primeiro caso de Coronavírus (Covid-19) em Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://www.saude.mg.gov.br/component/gmg/story/12233-confirmacao-do-primeiro-caso-de-coronavirus-covid-19-em-minas-gerais>. Acesso em: 26 jul. 2021.

MINAS GERAIS. **Minas consciente**: retomando a economia do jeito certo. 2021. Disponível em: https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/imagens/minasconsciente/protocolos/minas_consciente_protocolo_v3.12_revisado_1.pdf. Acesso em: 26 jul. 2022.

NORONHA, A.G.B. **O tempo de ser, fazer e viver**: modo de vida de populações rurais tradicionais do Alto Jequitinhonha, MG. Dissertação (Mestrado em Administração) – UFLA, Lavras, 2003.

ORTEGA, A. C. **Territórios deprimidos** - desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Uberlândia: Edufu, 2008.

PAULA, M. M. de; KAMIMURA, Q. P.; SILVA, J. L. G. da. Mercados Institucionais na Agricultura Familiar Dificuldades e Desafios. **Revista Política Agrícola**, v. 23, n. 01, 2014, p. 33 - 43.

PEREIRA, V. G.; RIBEIRO, E. M.; ALMEIDA, A. F. A Gestão Territorial do Médio Jequitinhonha: Entre Dificuldades e Possibilidades. **DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO**. Editora Unijuí, ano 14, n. 35, jul./set. • 2016, p. 142-176.

PERIN, G. *et al.* **A Evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**: uma análise da sua trajetória de implementação, benefícios e desafios. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea, 2021.

POZZEBOM, E. R. **Aprovado pelo Congresso, auxílio emergencial deu dignidade a cidadãos durante a pandemia. 2020**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/12/30/aprovado-pelo-congresso-auxilio-emergencial-deu-dignidade-a-cidadaos-durante-a-pandemia>. Acesso em: 23 jun. 2022.

QUEIROZ, M. I. P. Variação sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. São Paulo: T. A. Queiroz: 1991.

RAMBO, J.R.; TARSITANO, M. A. A.; LAFORGA, G. Agricultura familiar no Brasil, conceito em construção: trajetória de lutas, história pujante. **Revista de Ciências Agroambientais**. Alta Floresta, MT, UNEMAT – ISSN 1677-6062, v.14, n.1, p.86-96, 2016.

Rastreador do COVID-19. [s.d.]. Disponível em: <https://www.bing.com/covid.>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

RIBEIRO, A. E. M. As invenções de migrantes. **Travessia**, n.º 8, p. 27 - 30, set./dez. 1993.

RIBEIRO, E.M. *et al.* Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. **RESR**, Rio de Janeiro, v. 45, n.º 04, p. 1075-1102, out./dez. 2007a.

RIBEIRO, A. E. M. *et al.* As dimensões das feiras livres. In: RIBEIRO, E. M. (org.) **As feiras do Jequitinhonha**. Fortaleza, Editora ETENE/BNB, 2007b, p. 113-148.

RIBEIRO, E.M (Org.). **Sete estudos sobre a agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

RIBEIRO, E.M.; GALIZONI, F. M. Jequitinhonha: Terra, lavoura e migração no Alto Jequitinhonha. In RIBEIRO, E. M. (Org.). **Sete estudos sobre a agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013. p. 25 - 44.

RIBEIRO, E. M. *et al.* Programas públicos: Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Jequitinhonha. In RIBEIRO, E.M (Org.). **Sete estudos sobre a agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013a. p. 109 - 126.

RIBEIRO, E.M. *et al.* Feiras livres. In RIBEIRO, E. M. (Org.). **Sete estudos sobre a agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013b. p. 127 - 149.

RIBEIRO, E. M. *et al.* O. Desenvolvimento rural, universidade e extensão: a experiência do CAV e do Núcleo PPJ no Vale do Jequitinhonha. In: GALIZONI, F. M. (Org.). **Lavradores, água e lavouras: estudos sobre gestão camponesa de recursos hídricos no Alto Jequitinhonha**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013c. p. 39 - 57.

RIBEIRO, E. M. *et al.* Programas Sociais, Mudanças e Condições de Vida na Agricultura Familiar do Vale do Jequitinhonha Mineiro. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, n. 02, p. 365 - 386, abr./jun. 2014.

RIBEIRO, E. M. *et al.* A indústria doméstica rural do Jequitinhonha. In RIBEIRO, E. M. (Org.). **Do engenho à mesa: cultura material e indústria rural na agricultura familiar do Jequitinhonha mineiro**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2019. p. 243 - 274.

SANTANNA, A. **510 famílias beneficiadas por projeto do CAV Turmalina-MG**. 2021. Disponível em: https://m.facebook.com/radioturmalina/videos/834575790482773/?locale2=ga_IE. Acesso em: 01 mar. 2022.

SANTOS, A. J. S. **Um programa, contextos distintos**: um estudo de caso sobre o PNAE no Território do Alto Jequitinhonha. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) - UFMG/Unimontes, Montes Claros, 2017.

SANTOS, R. dos; MENEZES, S. de S. M. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Coruripe-Al: Reaproximação produção e consumo de alimentos saudáveis. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, Ano XXX, n. 2, Edição Especial, p. 151-172, jul./dez. 2019.

SANTOS, A. J. S.; GALIZONI, F. M. Agricultura familiar e gestão do PNAE. **Revista Campo -Território**, Uberlândia - MG, v. 16, n. 43, p. 421 – 443, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/62620>. Acesso em: 24 dez. 2022.

SCHNEIDER, S.; BLUME, R. Ensaio para uma Abordagem Territorial da Ruralidade: em busca de uma metodologia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.107, p.109-135, jul./dez. 2004.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2.^a ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 511-531, jul./set. 2010.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A.; LEONARDI, A.; MARINHO, M. de M. Os efeitos da pandemia da covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Estudos Avançados**, 34 (100), p. 167 - 188, 2020.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista grifos**. Unochapecó, v. 30, n. 51, p. 12- 41, 2021.

SCHUELER, P. **O que é uma pandemia?** FIOCRUZ, 2021. Disponível em <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia>. Acesso em: 21 jan. 2023.

SEBRAE. **MEI pode receber Auxílio Brasil? 2022**. Disponível em: [https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/mei-pode-receber-auxilio-brasil,7f713ed1fd4f2810VgnVCM100000d701210aRCRD#:~:text=O%20microempreendedor%20individual%20\(MEI\)%20tamb%C3%A9m,525%20\(regra%20de%20emancipa%C3%A7%C3%A3o\)](https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/mei-pode-receber-auxilio-brasil,7f713ed1fd4f2810VgnVCM100000d701210aRCRD#:~:text=O%20microempreendedor%20individual%20(MEI)%20tamb%C3%A9m,525%20(regra%20de%20emancipa%C3%A7%C3%A3o).). Acesso em: 31 out. 2022.

SILVA, T. C.; FERREIRA, P. R.; AMODEO, N. B. P. A Importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos territórios da cidadania dos Estados de Minas Gerais e da Bahia: Criação de novos mercados a partir da visão dos Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). **Mundo Agrário**, v. 15, n. 29, p. 1-21, 2014.

SILVA, J. L.; RIBEIRO, E. M.; LIMA, V. M. P.; HELLER, L. As secas no Jequitinhonha: demandas, técnicas e custos do abastecimento no semiárido de Minas Gerais. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, 2020.

SILVA, E. P. F. da; GALIZONI, F. M.; LIMA, V. M. P.; RIBEIRO, E. M.; PAULA, E. J. S. de; SANTOS, A. O.; SANTOS, A. F. R. METAMORFOSE DA CHAPADA: monocultura de eucalipto e tomadas de terras e águas no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 17, n. 44, p. 63-89, 2022.

SOUZA, J. L. de. O que é? IDH. IPEA, **Desafios do desenvolvimento**, Ano 5, Edição 39, 2008. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2144:catid=28. Acesso em: 12 ago. 2022.

SOUZA, A. B de. FORNAZIER, A.; DELGROSSI, M. E. Sistemas agroalimentares locais: possibilidades de novas conexões de mercados para a agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 23, 2020.

SOUZA, C. S.; SILVA, T.S.; SOUZA, D.A. Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos sobre a agricultura familiar no município de Rubim - MG. **RECITAL** -Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 4, n. 3, p. 104 - 123, 2022.

TROIAN, A.; MACHADO, E. T. L.O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil - Análise da Evolução e Distribuição Entre 1999 e 2017. **Revista Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí, ano 18, n. 50, p. 109 - 118, 2020.

VAN DER PLOEG, J. D. Dez qualidades da agricultura familiar. **AGRICULTURAS**: cadernos para debate N01, Rio de Janeiro AS-PTA, 2014.

VIVAMOS MEJOR. **Quem nós somos**. 2021. Disponível em: https://www-vivamosmejor-ch.translate.google.com/en/who-we-are/vision-mission-values?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc. Acesso em: 01 mar. 2022.

VEIGA, J. E. da. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 13, n. 3, p. 383-404, 1996.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

VEIGA, J. E. da. Nem tudo é urbano. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 26-29, 2004.

VERDÉLIO, A. A. Primeira morte por covid-19 no Brasil aconteceu em 12 de março. Agência Brasil, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-06/primeira-morte-por-covid-19-no-brasil-aconteceu-em-12-de-marco>. Acesso em: 22 jan. 2021.

WERNECK, G. L.; CARVALHO, M. S. A pandemia de covid-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. ENSP - FIOCRUZ. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP - Fiocruz). **Cadernos de Saúde Pública**, 36 (5), 2020.